

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

TAINÁ SOUZA SANTOS

**Trançando Vidas: Entre frestas e tessituras de cuidado para a
sustentabilidade da vida**

SÃO CARLOS
2024

Trançando Vidas: Entre frestas e tessituras de cuidado para a sustentabilidade da vida

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob orientação da Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna

Profa. Dra. Chirley Rodrigues Mendes

Profa. Dra. Máira Cavalcanti Vale

SÃO CARLOS

2024

Souza Santos, Tainá

TRANÇANDO VIDAS: entre frestas e tessituras de cuidado para a sustentabilidade da vida / Tainá Souza Santos – 2024.
103f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Anna Catarina Morawska Vianna

Banca Examinadora: Chirley Rodrigues Mendes, Maíra Cavalcanti Vale

Bibliografia

1. Estudos de gênero. 2. Raça. 3. Trabalho do cuidado. I. Souza Santos, Tainá. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Tainá Souza Santos, realizada em 30/04/2024.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna (UFSCar)

Profa. Dra. Chirley Rodrigues Mendes (UFNT)

Profa. Dra. Maira Cavalcanti Vale (UFNT)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

RESUMO

Esta pesquisa propõe-se a evidenciar as experiências e alianças entre mulheres negras e periféricas, vinculadas a uma Organização da Sociedade Civil (OSC) localizada na cidade de São Carlos - SP. A OSC Casa da Infância Estrela da Manhã é uma instituição que oferece projetos e atendimentos às famílias, crianças e jovens em contexto de vulnerabilidade social no bairro Antenor Garcia. Dentre os projetos ofertados pela instituição há o Trançando Vidas, que acolhe mulheres da comunidade com o intuito de prevenir violências domésticas, promover a autonomia financeira, fortalecer vínculos, e atender demandas familiares por meio de serviços socioassistenciais. A proposta deste trabalho, a partir de pesquisa etnográfica na Estrela da Manhã, é descrever as produções de cuidado entre as mulheres para a sustentabilidade da vida pessoal e familiar, partindo de referenciais teóricos do feminismo negro e decolonial, bem como das discussões recentes em âmbito nacional acerca do trabalho de cuidado para a elaboração do Plano e Política Nacional dos Cuidados.

Palavras-chave: estudos de gênero; trabalho do cuidado; raça; etnografia; projetos sociais.

ABSTRACT

This research aims to highlight the experiences and alliances between black and peripheral women linked to a Civil Society Organization (CSO) located in the city of São Carlos - SP. The CSO Casa da Infância Estrela da Manhã is an institution that offers projects and assistance to families, children and young people in a context of social vulnerability in the Antenor Garcia neighborhood. Among the projects offered by the institution is Trançando Vidas, which welcomes women from the community with the aim of preventing domestic violence, promoting financial autonomy, strengthening bonds and meeting family demands through social assistance services. Based on ethnographic research in Estrela da Manhã, the purpose of this work is to describe the production of care among women for the sustainability of personal and family life, drawing on theoretical references from black and decolonial feminism, as well as to point to the recent discussions at national level about care work for the elaboration of the National Care Plan and Policy.

Keywords: gender studies; care work; race; ethnography; social projects.

AGRADECIMENTOS

Início a escrita destes agradecimentos enquanto recordo-me do período em que também escrevia os agradecimentos finais em minha monografia, para conclusão do curso de Ciências Sociais. O ano era 2020. O mundo, literalmente, enfrentava uma pandemia sem precedentes, onde não tínhamos perspectivas de seu término. Naquele contexto, escrevia o meu trabalho na casa dos meus pais, em Sorocaba. Gostaria, primeiramente, de agradecê-los, bem como agradecer à família de minha irmã Kelly. Em reconhecimento às suas vidas, apoio ao longo dos meus nove anos enquanto universitária. Agradeço a ancestralidade de cada um/a de vocês, no qual também compartilho. Obrigada por terem sido uma família possível e suficiente. Reconheço com orgulho os seus passos vindos de longe.

Agradeço imensamente as mulheres que, mesmo brevemente, pude conhecer e trabalhar junto no projeto Trançando Vidas. A Helô, Conce e Célia agradeço pelas conversas e trocas durante o trabalho de campo. Agradeço especialmente a Alane e a professora Dani pelo envolvimento, engajamento e entusiasmo com as oficinas. A energia de vocês foi contagiante! Agradeço grandemente a Casa da Infância Estrela da Manhã, pela parceria e apoio para com o desenvolvimento deste trabalho, e por me proporcionar o reencontro com o meu eu-educadora.

Minha eterna gratidão ao Drico, meu companheiro, que me apoiou e segue apoiando nesta jornada. Obrigada por ouvir minhas lamentações, angústias e alegrias durante o mestrado. Você mais do que ninguém acompanhou de perto todo esse processo. Parte do que aqui escrevo também foi trançado por você, com amor.

Agradeço as amigas: Rai, Ell, Tatá, bill, Iasmin, Rô, Núbia, Luz, Fer e Bárbara, por partilharmos bons momentos juntos, trazendo alívio e afeto em meio a escrita da dissertação e as mudanças que enfrentei nos últimos meses de 2023. Agradeço especialmente a Raisia e a Tatá pelas conversas acadêmicas e artísticas, cheias de referências, livros e linhas de reflexão que compartilhamos juntas. Parte do que produzi também foi trançado por vocês.

Gostaria de agradecer mais uma vez à professora Chirley Mendes e Maíra Vale pela leitura e comentários feitos no relatório de qualificação, e agora nesta dissertação. Vocês me fazem crer que uma outra postura acadêmica é possível. De antemão, também quero agradecer a minha orientadora, Catarina, por me acompanhar neste ofício nos últimos anos. Por me

ensinar Antropologia e a produção de conhecimento científico. Você tem um papel fundamental em minha trajetória enquanto pesquisadora e antropóloga.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) pelos dois anos de financiamento desta pesquisa (Código de Financiamento 001). Sem este recurso, o meu percurso no mestrado em Antropologia Social na Universidade Federal de São Carlos não teria ocorrido. Agradeço ao LE-E pelas trocas, discussões analíticas e pelos olhares etnográficos sensíveis e profundos. Agradeço também a UFSCar por ser casa ao longo dos meus oito anos vinculada à instituição. Reconheço que a mulher e profissional que me tornei possui enorme contribuição das experiências, conhecimentos e vivências na universidade.

Por último, agradeço a espiritualidade que me acompanha, e que também contribuiu para a produção deste trabalho.

*Dedico este trabalho à minha avó Maria e à minha mãe, Neuza,
em nome de suas ancestralidades e histórias, com amor.*



Rosana Paulino. Tecelãs. 2003. Instalação: faiança, terracota, algodão e linha sintética. Dimensões variáveis.
Coleção particular.

SUMÁRIO

Introdução	10
1. Trançar percepções de si e da comunidade	23
1.1 <i>As pessoas têm medo de vir no Antenor. Ninguém vai querer vir aqui embaixo</i>	26
1.2 Entre a técnica e a acolhida: Trançando histórias e experiências	28
1.3 Políticas do Cabelo e da Estética Negra	32
1.4 Arranjos para o cuidado de si	35
2. Os arranjos do cuidado e as redes para a sustentabilidade da vida	39
2.1 <i>Seus filhos não são um problema, eles vão ser seu braço direito: o trabalho do cuidado e a rede de maternagem entre mulheres-mães</i>	41
2.2 <i>Ela estava distraindo bem [a cabeça]. Tão bom isso aqui, sabia?</i>	44
2.3 <i>A gente se vira. Corre aqui, corre ali: O conceito de sustentabilidade da vida</i>	48
3. A função do Estado na divisão sexual e racial do trabalho	55
3.1 <i>Não tem pra onde correr: Divisão racial e sexual do trabalho</i>	57
3.2 Entre o público e o privado, o doméstico e o não doméstico	59
3.3 Estado Cuidador	63
3.4 Ações estatais: O Plano e a Política Nacional de Cuidados	65
4. Conclusão: Pensar com as mãos	71
4.1 Futuros arranjos do cuidado	75
5. Anexo: Fragmentos das Entrevistas	77
6. Documentos e Materiais Consultados	96
7. Referências Bibliográficas	97

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda um projeto social intitulado “Trançando Vidas”, promovido por uma organização da sociedade civil (OSC), a Casa da Infância Estrela da Manhã, no bairro periférico Antenor Garcia, em São Carlos (SP), com o objetivo de fortalecer os vínculos entre as mulheres da comunidade no contexto *pós pandemia*. Por meio de abordagem etnográfica, este trabalho busca compreender como tal objetivo desdobrava-se na prática, isto é, como se dava o fortalecimento de vínculos por meio dos encontros, oficinas e participações das mulheres ingressantes no projeto. Interessava-me analisar, ainda, os cuidados individuais e coletivos que as mulheres dedicavam à manutenção e sustentabilidade da vida¹. O intuito, assim, foi descrever e analisar os agenciamentos entre mulheres da comunidade Antenor Garcia, compreendendo que tais agenciamentos perpassam o corpo e o território.

Para desenvolver a pesquisa, realizei trabalho de campo na instituição entre os meses de agosto a setembro de 2022. Estive presente por cerca de dois meses nas oficinas com as mulheres, participando com elas dos encontros. Neste processo, realizei ainda quatro entrevistas, duas com mulheres que participavam da oficina de Artesanato, e as restantes com as mulheres da oficina de Trança Afro. As entrevistas proporcionaram um espaço para ouvi-las sobre suas demandas pessoais e familiares, bem como sobre sua comunidade e o período pandêmico. Além das entrevistas e do trabalho etnográfico, realizei a pesquisa em alguns documentos da OSC. A seguir descrevo o acesso ao campo enquanto educadora², e o início da pesquisa de mestrado enquanto ainda estava vinculada à instituição. Abordo a influência da minha atuação como educadora e pesquisadora no desdobramento da pesquisa etnográfica, bem como apresento a estrutura da dissertação.

¹ O conceito de sustentabilidade da vida foi cunhado por pesquisadoras e mulheres indígenas do sul global a partir de noções vinculadas ao cuidado, a ecologia e a economia do cuidado. Para a antropóloga Yayo Herrero e a economista Amaia P. Orozco, pensar em sustentabilidade da vida é pensar, sobretudo, em uma vida que se sustente ecológica e economicamente sem extorquir, dominar e hierarquizar corpos, seres e/ou a natureza. Amaia Pérez Orozco (2006 [2012]) descreveu ainda que nessa perspectiva a aposta estaria em exigir uma “lógica ecológica do cuidado”. Este conceito será apresentado e discutido no capítulo 2. Os arranjos do cuidado e as redes para a sustentabilidade da vida.

² Na Casa da Infância Estrela da Manhã, os cargos de trabalho são compostos pelas professoras da Educação Infantil; educadora e orientadora social que são cargos distintos com funções similares. Suas atribuições incluem o trabalho de orientação e educação não formal de crianças e adolescentes. Há demais funções como a professora auxiliar junto à equipe de Educação Infantil; serviços gerais, cozinheira, auxiliar administrativo, coordenação pedagógica, e direção.

Como você soube daqui?

Em 2019 conheci a Casa da Infância Estrela da Manhã através de amigas próximas que trabalharam na instituição. Cotidianamente, elas me contavam sobre os trabalhos desenvolvidos na *escola*, com as crianças, jovens e mulheres da *comunidade*. Através de uma amiga, fui notificada sobre uma vaga de emprego em aberto na instituição e foi assim que, em maio de 2022, após prestar o processo seletivo, fui contratada para atuar como orientadora social no Projeto Trançando Vidas.

Passei, assim, a integrar a equipe da Estrela da Manhã para compor o projeto *Trançando Vidas* enquanto orientadora social. Durante minha - breve - permanência, auxiliiei nos aspectos logísticos e operacionais, como a organização de listas e planilhas, e com o acompanhamento dos formulários de inscrição. Na minha primeira semana de trabalho, li alguns documentos relacionados às premissas do SUAS³, mais diretamente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. As cartilhas do SUAS eram uma das premissas fundantes, presente nos projetos da Estrela da Manhã. Interessava-me conhecer as diretrizes que norteiam e fundamentam os trabalhos desenvolvidos pela instituição. Nesse sentido, buscava compreender como tais orientações e diretrizes apareciam nos projetos propostos pela Estrela da Manhã.

Pode-se, portanto, dizer que o meu primeiro contato com o projeto Trançando Vidas deu-se através dos papéis. Alane⁴, a assistente administrativa na época, enviou-me uma série de documentos para que eu o conhecesse com mais profundidade. Foi com os documentos que pude traçar um desenho acerca do que se tratava este projeto, e qual era seu público-alvo, notado através das fichas de inscrição. Durante cinco dias estive imersa em relatórios técnicos, papéis e livros, como a cartilha do Serviço Único de Assistência Social (SUAS).

O que os documentos mostravam era certa ressonância entre a proposta do projeto “Trançando Vidas” e os termos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma

³ O Sistema Único de Assistência Social (Suas) é um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e os recursos dos três níveis de governo, isto é, municípios, estados e a União, para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. O Suas organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial [s.p]. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e/>>. Acesso em: 13 out 22.

⁴ Os nomes aqui mencionados são fictícios, e foram modificados para preservar a identidade e exposição das mulheres com quem trabalhei durante a pesquisa de campo.

complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI)⁵. Composta por uma equipe formada majoritariamente por mulheres, a Casa da Infância Estrela da Manhã trabalhava justamente com foco no SCFV. Como dito, este trabalho social compõe o plano do Sistema Único de Assistência Social, especificamente o serviço de atenção básica às crianças e famílias, através de projetos de acesso à educação infantil, à educação no período de contraturno escolar, bem como o acesso socioassistencial a informações sobre políticas públicas, direitos e prevenção a todo e qualquer tipo de violência, seja ela física, emocional e/ ou psicológica.

Essa familiarização com o Trançando Vidas, contudo, durou um curto período de tempo devido a algumas mudanças no quadro de funcionárias da instituição. Alguns dias após a minha vinculação, alocaram-me para atuar enquanto educadora social em outro projeto social, o *Crescer Criança*. Foi assim que, a partir do meu ingresso, meu contato com o Trançando Vidas se deu entre as minhas andanças pelos corredores e salas da Estrela da Manhã, quando encontrava e conversava com outros funcionários sobre o desdobramento das oficinas e a participação das mulheres junto ao projeto.

Nesses momentos, havia uma pergunta recorrente dos funcionários da Estrela da Manhã aos recém ingressantes na instituição: *como você soube daqui?*. Ouvi com recorrência por parte das professoras da educação infantil, que eram as crianças aquelas que precisavam nos apresentar a escola: *Vocês - os novos professores - é que são os estranhos aqui, que estão conhecendo o espaço*. De fato, não apenas as dinâmicas institucionais eram novidades para mim, como também o próprio contexto do bairro.

A OSC está situada na extremidade sul do bairro Antenor Garcia, na *rua sete*. Ao redor das casas, havia montanhas e estradas, demarcando o limite do perímetro urbano. Pelas ruas da *comunidade*, notava-se a presença de crianças brincando de bola, interagindo com as outras crianças, algumas soltando pipa. Havia também jovens e homens conversando nas esquinas e calçadas, em frente aos bares. Eles geralmente se reuniam em frente a alguma casa para escutar funk, tocado nas caixas de som de um carro. Paralela à instituição, havia uma

⁵ O SCFV propõe atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários. É uma forma de “intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares” [s.p]. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos/>>. Acesso em: 13 out 22.

garagem com um posto para venda de botijão de gás e lava-rápido. Ali, costumeiramente os moradores e moradoras se encontravam para conversar sobre o cotidiano escolar e os acontecimentos recentes do território enquanto aguardam a saída das crianças e adolescentes da escola. Entre as profissionais da Estrela da Manhã e as mães das crianças, havia o vínculo profissional e escolar, mas havia também o vínculo entre vizinhas moradoras do bairro Antenor Garcia. Não à toa, para a elaboração do projeto Trançando Vidas, a instituição levou em consideração o contexto pandêmico de 2022, que, segundo análises de funcionárias, também moradoras do bairro, intensificou as complexidades do quadro de vulnerabilidade social de crianças, jovens e mulheres.

No início da pesquisa, havia, em relação a esse cenário, um certo estranhamento de minha parte por frequentar o território e a instituição. Após dois anos me movendo basicamente pelo perímetro da minha casa devido à pandemia de COVID-19, embarcar em um ônibus, percorrer o centro da cidade em direção a zona sul, caminhar por um bairro no qual meu corpo desconhecia trazia-me uma sensação desconfortável. Era como se viajasse para uma região muito distante da minha. A Estrela da Manhã se localizava a pouco mais de 4km da minha residência, no entanto, a distância a qual me refiro não é apenas geográfica, mas sim cultural e social. Ali residia uma ambivalência: a Estrela da Manhã e o Antenor Garcia eram como “o longe perto de mim”⁶.

Com certa frequência, ao chegar no território, eu avistava diversas crianças nas ruas, bem como mulheres e homens caminhando pelo bairro. Alguns levavam seus filhos para a escola, outros andavam em direção ao ponto de ônibus, ou até mesmo os via voltar do trabalho. Esses lugares eram cercados por morros e planícies verdes. Ali, observava os circuitos e movimentos de pessoas e animais pela avenida. Havia muitos carros e motos, assim como ônibus empresariais, transporte coletivo, carros da política militar e civil, até mesmo *carroças* amarradas em cavalos. O bairro em questão, circunscrito no perímetro urbano da cidade, estava próximo das rodovias e *estradas de terra*. Ao redor do bairro, os morros e as planícies verdes demarcavam o “fim” da cidade.

O horário era por volta das cinco horas da tarde, período em que muitos voltavam de seus postos de trabalho, enquanto outros se deslocavam para trabalhar, com seus uniformes profissionais. As crianças voltavam das escolas, correndo atrás dos cachorros e gatos da

⁶ As aspas duplas foram utilizadas neste trabalho para demarcar expressões, metáforas e noções de minha autoria e/ ou de autoras e autores referenciados neste trabalho.

comunidade. Algumas delas eram matriculadas na Estrela da Manhã. Corriam, atravessando as ruas e perambulando pelas calçadas. Em um dos dias em que estive por lá, ao me avistar, uma delas gritou do outro lado: *Oi, professora! Já vai?*. Lembro-me de sorrir, enquanto acenava para elas, confirmando com a cabeça. Essa ambivalência da posição de educadora e, posteriormente, pesquisadora, acabou sendo determinante para os desdobramentos da pesquisa, como se verá adiante.

Inserção no Trançando Vidas: alianças, ambivalências e intervenções

Foi em maio de 2022 em uma tarde de terça-feira - já ambientada na rotina escolar e do território que, a convite da coordenadora e diretora da *escola*, realizamos uma conversa inicial para alinhar as atividades que seriam desenvolvidas no projeto Trançando Vidas. Nessa conversa, também pude conhecer outros projetos da OSC, e nivelar as expectativas em relação a minha função enquanto orientadora social. Até aquele momento, minha presença na instituição não ocasionava estranhamentos entre as funcionárias, pois havia uma certa proximidade com o local devido a certas amizades que prestavam serviços para a *escola*. Assim, poucos dias depois recebi informações a respeito do início das oficinas de Informática, Trança Afro e Artesanato junto ao projeto.

O projeto Trançando Vidas pelo qual fui contratada era uma proposta nova na instituição, e, esse fator me interessou enquanto pesquisadora. As professoras e demais funcionárias estavam com uma expectativa elevada em relação ao desenvolvimento deste projeto, e dos impactos que ele ocasionaria na vida das mulheres na comunidade. No entanto, não havia, ainda, encaminhamentos definidos com a intenção de garantir que os objetivos específicos fossem atendidos.

Entre a coordenação e a direção também não havia uma conciliação quanto a permanência do Trançando Vidas nos anos subsequentes. Como o mesmo era uma proposta inédita, pairavam os riscos e inseguranças entre as funcionárias. Algumas o viam com pessimismo, pois julgavam uma ousadia investir verbas públicas sem nenhuma segurança de que haveria retornos para a instituição e para a comunidade. O projeto foi uma aposta em que poucas pessoas estavam dispostas a arriscar. Alane, auxiliar administrativo da OSC, argumentava para as demais: *Este dinheiro não é nosso, é da comunidade. Nós precisamos investir na comunidade*.

Este cenário de incertezas e indefinições me atraía. Em minhas impressões havia algo potente no Trançando Vidas: o trabalho com mulheres; a análise dos efeitos da pandemia de COVID-19 na comunidade; as dimensionalidades ainda não contornadas deste projeto. Meu engajamento, naquele momento, se dava com um viés técnico e profissional, oferecendo suporte às demandas do projeto enquanto orientadora social. As professoras me procuravam para pensarmos juntas no encontro de abertura e a recepção das mulheres. Dani, uma das professoras, e Alane estavam empolgadas com o início do projeto, e, sem dúvidas, a energia contagiante delas também me afetou.

Foi através da possibilidade de realizar minha pesquisa de mestrado na instituição e neste projeto em particular, que as linhas de vínculo enquanto pesquisadora e educadora borraram a circunscrição de cada função. Era delicado para mim e para elas, as funcionárias e oficinairas, a distinção entre uma função e outra. Este aspecto deixou-me intrigada, dado o fato de que esses papéis misturavam-se, produzindo atravessamentos sutis difíceis de dimensionar naquele contexto de imersão em meu campo de pesquisa.

Foi a nível metodológico que essa imbricação pesquisadora-educadora trouxe-me inúmeras reflexões acerca do fazer antropológico e do trabalho de campo etnográfico. O “lugar ambíguo” que habitei, como descreveu a assistente social e antropóloga Izis Morais L. dos Reis: “foi potente exatamente pelas interpretações diversas e, às vezes, contraditórias, sobre mim” (2018, p. 76). Enquanto pesquisadora, buscava não necessariamente intervir nas oficinas a não ser que fosse demandado pelo campo. Nesse sentido, minha atuação fronteiriça, se aproximou das colocações de Reis: “Minha posição e minha identificação como pesquisadora se construiu de modo não linear, foi negociada em complexas teias de interação e, certamente, nem sempre era clara” (2018, p. 73).

Enquanto pesquisadora, foi durante o processo de escrita que encontrei fissuras para experimentar configurações textuais de descrição e análise de campo. Busquei na literatura, nos romances e em alguns escritores e escritoras inspirações artísticas e artesanais para trançar com o meu fazer antropológico nos processos de escrita e de reelaboração do texto. Observei a necessidade de espaço para que o texto e o trabalho antropológico se desenvolvessem. Pensar em espaço lembrou-me de Célia, mulher negra e professora da oficina de Trança Afro, ao dizer sobre o tempo e a paciência para trançar cabelos. Naquela circunstância, me pareceu que a escrita é um trabalho mais manual que intelectual. Aprendi com elas a pensar com as mãos, e não (somente) com a cabeça.

É inegável que o meu fazer antropológico foi trançado com meu fazer enquanto educadora. Primeiramente, foi preciso observar, afetar-se, desenhar o território e o contexto no qual estive inserida. A indispensável presença da visão crítica, ao refletir em formas de atuação e contribuição junto às crianças e adolescentes e demais pessoas envolvidas. Atrelado a esses trabalhos, houve também a escrita de projetos e relatórios. Já enquanto pesquisadora, fui interpelada com a expectativa de que eu precisava *intervir* nas oficinas. As professoras e funcionárias conversavam comigo a partir dessa perspectiva. Não bastava acompanhá-las, estando em observação no trabalho de campo. Era preciso fazer, pôr em prática, intervir.

No diário de campo, refleti acerca dos sentidos possíveis associados à palavra intervenção. Para elas, o que seria *intervenção* exatamente? Através das análises de materiais e das conversas com minhas interlocutoras de pesquisa, compreendi que intervenção estava associada à ideia de contribuição. Essa contribuição se relacionava a proporcionar uma experiência *diferente* para o grupo em questão. Esta não era uma experiência que partia de uma premissa utilitarista, ou para uma "transformação da desigualdade social", (como pressupõe o código de ética da assistência social), somente. Mas sim uma *intervenção* parcial, pontual, vinculada aos desejos e demandas das mulheres. Como exemplo, houve a vivência da prática de yoga, em que ministrei para e com elas, a partir das aflições trazidas em campo.

Nesse sentido, foi preciso me deslocar da teoria para sustentar as ambiguidades e contradições do meu fazer antropológico durante a experiência de campo. Havia certa provocação e desconforto de minha parte relacionada ao meu contexto socioeconômico - por vir *lá de cima*, por ser uma mulher branca, e pelo meu vínculo com a universidade. Notei que esse desconforto não partia apenas de minha parte, mas também das demais professoras da Estrela da Manhã. Há uma constatação entre elas de que, os estudantes da UFSCar, não permanecem na instituição por um longo tempo. *Logo elas vão embora para fazer outras coisas*. Elas sabiam da minha vinculação com a universidade, e associaram este fato como: *em breve ela sairá da instituição*.

Dado o contexto: uma mulher branca vinda do centro da cidade de São Carlos, atuando em uma região periférica com mulheres negras, em sua maioria, me colocava em uma posição de latente reflexão sobre minha prática enquanto pesquisadora. Pensava em como utilizar da minha posição e privilégios para contribuir com as mulheres da comunidade e o projeto em si, caso fosse de seus interesses. Foi assim que me articulei junto a uma amiga da pós graduação, a Fatumata Baldé, para participar em uma das rodas de conversa sobre cabelo

crespo, racismo e negritude. Também convidei, a partir do interesse dasicineiras, um amigo cabeleireiro, João, que trabalhara com cabelos cacheados, crespos e ondulados em seu salão no centro da cidade.

Busquei tecer alianças que fossem relevantes para as professoras e as demais participantes das oficinas. Durante os dois meses de trabalho de campo, me propus a compor junto com os grupos, com um olhar atento para os processos, as trocas e técnicas manuais de feitura das tranças e artesanatos. A partir do meu envolvimento e participação nas oficinas, notei certos tensionamentos no campo, associado ao meu vínculo a partir de um lugar ambíguo, que ora produzia afetos de confiança entre e com as mulheres, ora produzia um ar de apreensão entre certas professoras.

Nesse sentido, foi interessante observar que este cenário de apreensão não envolvia todas as mulheres da instituição, mas algumas funcionárias em particular, estas inclusive, que vez ou outra me procuravam para *pensarmos coisas diferentes para as mulheres*. Observei, nesse sentido, que tais funcionárias possuíam uma postura bastante ativa na *escola*, engajadas com os projetos e com as demandas que surgiam entre asicineiras e as moradoras da comunidade.

Com o intuito de atenuar as tensões com algumas educadoras, me coloquei à disposição para pensarmos e criarmos encontros juntas. A intenção em diminuir as tensões entre nós não estava relacionada a exclusão ou apagamento de nossas diferenças, ou até mesmo a não reflexão sobre tais aspectos. Ao contrário, era importante para a pesquisa fazer-ver as diferenças socioeconômicas e de opinião entre nós. Coloquei-me à disposição, desta maneira, como uma forma de me engajar com elas, através da observação e análise das demandas e intervenções nas quais as professoras, a Célia, e as mulheres julgassem relevantes para o projeto.

Foi assim que surgiu a prática de yoga, pensada em conjunto com a professora Célia. Além dessa oficina - que será descrita adiante, as funcionárias perguntavam sobre minhas impressões, especificamente o que eu observava dos encontros. A partir dessas observações parciais, nós, as funcionárias, professoras e coordenadora, pontuávamos os aspectos a serem trabalhados junto com asicineiras. Por isso o acompanhamento cotidiano do projeto era tão significativo para elas. A partir do meu lugar enquanto pesquisadora e educadora, compreendi

nesse sentido, que engajar-se com o Trançando Vidas envolvia trabalhar com as mulheres, a instituição, as professoras e demais funcionárias.

Cuidado em meio a andanças: a Estrutura da dissertação

Em minhas andanças pelo território notei a presença de animais como cavalos, cachorros e gatos livres pelas ruas. Como já dito, a região em que o bairro Antenor Garcia está localizado é considerado o *fim da cidade*, onde misturam-se áreas urbanas e “naturais”. Ali não é uma área considerada rural, tampouco pode ser compreendida como área sem nenhuma interferência humana. Esses campos ora são cercados para a criação de cavalos e vacas, ora são depósito de entulhos, estradas de terra e ocupações dos moradores de rua.

Dado o contexto, é comum a presença de animais na Estrela da Manhã. Gatos e cachorros feridos foram cuidados, resgatados e encaminhados para órgãos responsáveis, quando necessário. Alguns desses animais tornaram-se *mascote* da *escola*, recebendo nome, alimento e cuidado das funcionárias. Havia uma rotatividade dos animais que moram na instituição, devido a presença dos bebês e pelo fato de, às vezes, eles irem embora do local. Nos arredores, é comum observar a presença de muitos cachorros e cavalos pelas ruas. A instituição recebe ligações de terceiros constantemente, *todos os dias, mais de uma vez ao dia*, contou a coordenadora, para confirmar se a OSC trabalhara com animais em situação de rua.

Devido aos entulhos espalhados pelo território, alguns insetos como escorpiões apareciam nas casas das mulheres. Escorpiões, morcegos e corujas são animais que habitam o ambiente, por entre as fissuras das paredes, pedras, e objetos jogados pelo bairro. Nesse sentido, houve uma campanha comunitária no bairro Cidade Aracy para que algo fosse feito a respeito. Já na Estrela da Manhã, através de uma parceria com a prefeitura municipal, houve a divulgação de folders explicativos para cuidado e manuseio desses *bichos*, uma vez que um escorpião foi encontrado no refeitório da instituição. O espaço foi dedetizado e nos grupos com as famílias um comunicado sobre a presença do escorpião também circulou entre elas.

Havia uma determinada área do Antenor Garcia composta com algumas chácaras, barracos, área menos antropizada, ainda que transformada para uso humano e para circulação de veículos. O território, nesse sentido, se circunscreveu em uma paisagem urbana, mas não somente. Há uma extensa área verde ao redor que foi ocupada por famílias, pastos e entulhos

a céu aberto. O deslocamento entre e pelo território é um aspecto comum entre as mulheres do trançando vidas. *Só tem uma linha de ônibus que vem pra cá, e ele passa de hora em hora só*, uma delas comentou certo dia.

O território também é dominado pelos *irmãos*, grupo formado por homens e jovens envolvidos com o tráfico. Os irmãos ora aparecem como uma defesa para a comunidade, ora aparecem como ameaça. Durante minha pesquisa de campo, ouvi o relato de dois homens que foram mortos recentemente na comunidade: um policial, assassinado pelos *irmãos*, e um jovem negro assassinado pela polícia. Lembro-me de chegar na *escola* próximo as oito horas, e, enquanto caminhava no pátio em direção a sala da oficina de Trança Afro, ouvi algumas funcionárias comentarem sobre um assassinato ocorrido por volta das cinco horas naquela manhã. Entre as mulheres, este foi o assunto da oficina naquele dia.

Dentro de poucas semanas após o homicídio, uma homenagem foi produzida a esse jovem em um muro do bairro. As mulheres, vez ou outra, comentavam sobre os *irmãos* em circunstâncias em que precisavam de proteção para si mesmas e para seus filhos. Há um senso de comunidade conectado aos sentidos de cuidado e proteção que envolve os irmãos, e que também perpassa o compromisso entre as mulheres. A Estrela também compõe essa figura acolhedora e nutridora, sendo caracterizada como uma *mãe*, para algumas funcionárias. Diante das violências advindas do Estado, foram as tessituras de cuidado entre mulheres que sustentaram suas existências, bem como a de seus filhos e familiares.

As contradições e ambiguidades desse processo envolveram uma constante reiteração do papel da mulher e do feminino a partir da lógica do cuidado, distanciada de uma visão crítica a respeito. Um dos projetos ofertados pela instituição, nesse sentido, é o da “Mãe Voluntária”. Assim, foi necessário refletir sobre os papéis sociais delimitados pelo gênero. Quais as outras funções essas mulheres ocupam que não o da cuidadora? Por outro lado, se há um déficit da presença do Estado na promoção de assistência social e políticas públicas para o cuidado, foram as redes trançadas pelas mulheres que reduziram os buracos governamentais em relação a manutenção e sustentabilidade da vida?

Para responder essas perguntas a presente dissertação está dividida, além desta introdução, em três capítulos e uma conclusão. O primeiro capítulo apresenta uma discussão teórica ligada ao feminismo negro e ao feminismo descolonial. Nele, busquei analisar a luz de autoras como bell hooks (2020 [2015]), Grada Kilomba (2019 [2008]), e Lélia Gonzalez

(2020) os processos de subjetivação, confinamento e descolonização entre e pelas mulheres do *Trançando Vidas*. Neste capítulo, me interessava pensar, particularmente, acerca de conceitos como confinamento, subjetivação e descolonização do eu. O processo de trançar percepções de si e da comunidade buscou evidenciar as produções subjetivas e materiais de suas existências durante as oficinas. Me interessava observar as fricções e rearranjos entre as ideias de confinamento e descolonização em minha pesquisa etnográfica.

Já no segundo capítulo, propus reflexões a partir da noção de cuidado e em como esta categoria interage com o conceito de sustentabilidade da vida. Aqui, o meu esforço foi o de tratar de um campo teórico relacionado as redes de cuidado e maternagem, à economia feminista e a economia do cuidado. Desse modo, meu intuito foi o de refletir sobre o cuidado em si e suas interações com o trabalho do cuidado, a partir da perspectiva de Valeriano & Tosta (2021) e Julian Simões (2015), assim como em outras dinâmicas de cuidado produzidas pelas mulheres nas oficinas.

No terceiro capítulo, proponho uma análise da divisão racial e sexual do trabalho refletido no âmbito doméstico González & Hasenbalg (1982) e Federici (2018), no qual denominei espaço-casa. A proposta é a de observar as contradições neste espaço, que ora as confina e oprime, ora as faz obter um local de trabalho e de formação de vínculos entre mulheres e a comunidade. Através da compreensão das ambiguidades entre a casa, o público e o privado e o que entende-se por ambiente doméstico e não doméstico, analiso a função do Estado no que tange o enfrentamento da divisão racial e sexual do trabalho em relação ao trabalho de cuidado, através da elaboração de políticas públicas, como O Plano e Política Nacional de Cuidados, a PNC.

Já na conclusão, propus uma breve reflexão sobre os processos de escrita através do movimento de pensar com as mãos. O trabalho de campo e o processo de escrita da dissertação posteriormente fizeram-me imergir em reflexões relacionadas à escrita. Tais reflexões levaram-me de encontro com a obra *Kusina Mai*, da artista zimbabweana Nontsikalelo Mutiti. O trançar desta obra junto a escrita foram tentativas e esforços para criar outros caminhos textuais, visuais, descritivos e etnográficos. Assim, a partir do campo e de suas afetações, fui deslocada para um experimento com as palavras e a escrita narrativa. Neste capítulo, os “arranjos futuros de cuidado” apontam para certas indagações, contradições e investigações que se desdobram a partir deste trabalho, como a relação entre público e

privado, a casa enquanto espaço de trabalho, de produção de vida e afeto, criando deslocamentos para a noção de cuidado e para outros campos de análise.

Nesse sentido, o trabalho que aqui apresento é uma tentativa de aproximar as experiências das participantes do Projeto Trançando Vidas, em sua maioria mulheres negras moradoras de territórios urbanos periféricos, com certas discussões da economia feminista e do feminismo negro. O que me interessa em autoras como bell hooks (2020 [2015]), Grada Kilomba (2019 [2008]), Sueli Carneiro (2003), Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021 [2020]), Angela Davis (2016 [1981]), Françoise Vergès (2020) e Angela Figueiredo (2020) é a construção de um pensamento para analisar, a partir das experiências de mulheres e de uma abordagem interseccional ou ainda multidimensional, os efeitos, contextos, resistências, estratégias e contradições na qual essas mulheres estão submetidas. E, tão importante quanto analisar estes fatores é ir além de denúncias, bem como de descrições de suas experiências e narrativas, para, assim, fazer-ver o que brota em seus encontros durante as oficinas (IMUÊ, 2019), e que produzem afetos de empoderamento, resistência e engajamento coletivo entre as mulheres.

Além dos interesses mencionados acima, havia também o desejo pelo engajamento mútuo, a partir do encontro com o campo e de questões em torno de interesses comuns (MORAWSKA, 2021). Era relevante pensar como a Antropologia, especificamente o trabalho etnográfico, poderiam contribuir para com as mulheres da comunidade e a instituição Casa da Infância Estrela da Manhã. Essas reflexões atravessaram-me ao pensar nas demandas nas quais funcionárias e mulheres me comunicavam, para *propormos juntas coisas diferentes* Rita Segato (2021 [2013]). Para Segato, a antropologia por demanda está “sujeita à demanda daqueles e daquelas que antes haviam sido objeto de nossa observação; uma antropologia atenta e interpelada por aquilo que esses sujeitos nos solicitam [...]” (2021 [2013], p. 15). Foi através das interpelações do trabalho de campo e do esforço para a proposição de uma experimentação etnográfica engajada que esta pesquisa costurou-se (MORAWSKA, 2021).

Situar as experiências destas mulheres engloba os desdobramentos do contexto pandêmico, como o aumento do desemprego, a acentuação das vulnerabilidades e as dificuldades econômicas⁷. Enquanto “massa marginal”, como pontuou González (2020), tais mulheres incorporaram, através de um conjunto de práticas materiais de discriminação,

⁷ Mais informações em:

https://www.geledes.org.br/desigualdades-mulheres-negras-e-politicas-publicas-em-meio-a-pandemia/?gclid=Cj0KCQiAiJSeBhCCARIsAHnAzT-TTkE-zag_1LlfSvMeEcaRteBWYBM8B_eqIswHb-2vV8bk4D-SSXoaAgNwEALw_wcB. Acesso em: 16 jan 2022.

racismo e sexismo, uma posição de inferioridade dentro das relações de distribuição e produção no campo do trabalho e na manutenção de suas existências (VERGÈS, 2020).

Um dos fatores em questão relaciona-se à distribuição geográfica da população negra, demarcada nas regiões “subdesenvolvidas” do país. O racismo, assim como o sexismo, segundo Lélia González (2020), estruturam uma divisão racial (e sexual) do trabalho. Para a antropóloga, “a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação “profissional”: doméstica e mulata” (p. 59). Enquanto empregada doméstica, elas internalizam a diferença, a subordinação e a inferioridade (TEIXEIRA, 2015). Quando não atuam como domésticas, a encontraremos enquanto prestadoras de serviço de baixa remuneração.

Desse modo, a proposta do presente trabalho muito se aproxima da tese “As artes e práticas cotidianas de viver, cuidar, resistir e fazer das empregadas domésticas”, de Juliana Teixeira (2015), que “tem como foco justamente pensar essas mulheres, não só como dominadas, mas também como sujeitos que podem exercer micropoderes, resistir, cuidar de si e dos outros e, por que não, gerir os outros, seus lares, seu cotidiano?” (p. 10). A intenção aqui, assim como fez Teixeira (2015, p. 10), é a de “trazer uma pesquisa na qual elas não sejam sujeitos marginais ou sujeitos silenciados”.

1. Trançar percepções de si e da comunidade.

Localizada na *rua 7*⁸, no Antenor Garcia, um bairro periférico na cidade de São Carlos, a Casa da Infância Estrela da Manhã é uma organização da sociedade civil (OSC), fundada em maio de 2002, pela associação Amigos de São Judas Tadeu - ASJT. A OSC surgiu a partir da atuação de um coletivo de civis junto à Pastoral Social da Paróquia São Judas Tadeu, também localizada em São Carlos, ao constatarem o contexto de grande vulnerabilidade social que famílias, jovens e crianças se encontravam, bem como a ausência de escolas, creches e demais serviços públicos para as moradoras do bairro em questão⁹.

A Amigos de São Judas Tadeu, com o objetivo de construir uma organização não governamental para o atendimento das crianças, adolescentes e adultos, mobilizava instituições públicas, privadas e *colaboradores* de diversos setores da cidade. Esse era o caso da empresa Faber Castell, que atuava na instituição junto a uma equipe de voluntários. A associação também obtinha o apoio de vereadores para a aprovação de emendas parlamentares, além de outros recursos financeiros advindos de eventos beneficentes, mantidos pela pastoral católica São Judas Tadeu, com a intenção de viabilizar a construção do local.

Este projeto resultou na edificação de um prédio com cerca de 600 m², finalizado no ano de 2007, abrigando a Casa da Infância Estrela da Manhã, uma unidade de educação infantil com quatro salas de aula, atendendo em média sessenta crianças de um a três anos, e crianças de seis a onze anos em um projeto de contraturno escolar, o Crescer Criança. Em seu prédio, há mais cinco salas onde ocorrem cursos e oficinas para adolescentes, jovens e adultos. Dentre as oficinas já ofertadas pela instituição estão dança, artesanato, jiu jitsu, yoga, informática e roda de conversa com uma profissional da área de psicologia¹⁰.

O prédio também possui áreas externas, onde situa-se um parque com areia e *playground* para as crianças, uma pequena horta destinada para projetos de educação

⁸ No bairro Antenor Garcia, assim como nos demais bairros ao redor, as ruas são nomeadas pela comunidade como “rua 1”, “rua 2”, “rua 3” etc. ao invés dos nomes oficiais registrados pela prefeitura.

⁹ Por razões políticas, mantive algumas palavras flexionadas com pronomes femininos, já que esta pesquisa contou apenas com a participação de mulheres.

¹⁰ Em relação ao seu projeto político pedagógico, a Estrela da Manhã descreve-se enquanto um espaço de respeito à infância, bem como do brincar, sendo este um elemento insubstituível para o desenvolvimento infantil. Busca promover a “valorização da família para a educação, cuidado, saúde e preservação dos direitos das crianças e dos adolescentes”, proporcionando, ainda, um espaço de acesso ao lazer, à cultura, à dignidade, bem como a convivência com familiares e a comunidade na qual pertencem. O Projeto político pedagógico da instituição é um documento restrito apenas à equipe da Estrela da Manhã. Seu acesso a mim foi permitido devido ao vínculo com a OSC, e para o andamento da pesquisa realizada no local.

ambiental e, ao lado, o bazar da instituição contendo roupas, objetos eletrônicos e móveis doados por empresas, grupos religiosos e demais parceiros para que a Estrela da Manhã obtivesse verbas complementares, a serem destinadas para a manutenção do espaço e de alguns projetos ofertados.

Para assegurar a viabilidade econômica e a manutenção do espaço e dos projetos sociais e educacionais, a OSC possui parcerias com o setor público e privado da cidade, como já afirmado anteriormente. Uma delas é com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de São Carlos (SENAC - São Carlos)¹¹ para o oferecimento de cursos, como corte e costura e manicure. Também dispõe da parceria com a empresa de tecnologia Amdocs¹², que já doou computadores e ofertou curso de informática básica para os jovens e crianças da *comunidade*. Além dessas parcerias, a OSC possui projetos institucionais como o “Educação Infantil para Todos”, “Crescer Criança” e o “Trançando Vidas”, iniciado em 2022, destinado às mulheres do bairro, com o objetivo de “ofertar um ambiente de acolhimento; promoção da autonomia financeira e minimização das vulnerabilidades sociais e violências que tais mulheres vivenciam, e que, após a pandemia da COVID-19 acentuou gradativamente”¹³.

Segundo o plano de trabalho do projeto, o Trançando Vidas tem como finalidade ofertar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV para adultos do Município de São Carlos, de acordo com a Resolução CNAS nº 109/ 2009, da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais¹⁴. Desse modo, com base nesta Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, apoiado também pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), e pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, lei nº 12.435¹⁵), foram promovidas ações continuadas através das oficinas de Artesanato, Inclusão Digital e Trança Afro. Nesse sentido, é importante ressaltar que o Trançando Vidas é destinado aos residentes dos bairros Cidade Aracy I, Cidade Aracy II e Antenor Garcia, bem como

¹¹ O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC atua desde 1946 enquanto agente de educação profissional voltado para o Comércio de Bens, Serviços e Turismo do país. Atualmente está presente em mais de 1.800 municípios em todo território nacional. Sua cartela contempla cursos presenciais e à distância, em diversas áreas de conhecimentos, desde a formação inicial, formação continuada e pós graduação. Informações retiradas pelo portal Senac.br. Disponível em: <https://www.senac.br/>. Acesso em: 04 fev 2023.

¹² A Amdocs é uma empresa de tecnologia da informação com sede em inúmeros países do mundo, visando aprimorar serviços de tecnologia de comunicação e mídia de empresas e clientes associados. Disponível em: <https://www.amdocs.com/about>. Acesso em: 04 fev 2023.

¹³ Tais informações foram retiradas do projeto escrito pela instituição destinado à prefeitura municipal de São Carlos. O acesso deste documento é restrito aos membros da instituição, e seu acesso a mim foi permitido devido ao vínculo com a OSC, e para o desenvolvimento da pesquisa realizada no local.

¹⁴ Mais informações sobre a Resolução CNAS nº 109/ 2009 estão disponíveis em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf>. Acesso em: 19 out 2022.

¹⁵ Mais informações sobre a Lei nº 12.345 está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em 04 fev 2023.

moradores de bairros arredores. Essas áreas são compostas por grupos e pessoas sobretudo negras, em contexto de vulnerabilidade e desigualdade socioeconômica, geográfica e política, segundo descrições das moradoras locais e que também são funcionárias da OSC.

O ecólogo Waldir José Gaspar (2006), em sua tese de doutorado sobre o bairro Antenor Garcia, descreveu o território com uma infraestrutura básica, contendo um número elevado de moradias construídas de maneira precária. Segundo o autor, “toda a zona localizada a sul da linha férrea apresenta-se como um grande bolsão de pobreza, desvalorizada devido à falta de infra-estrutura urbana, carência de equipamentos públicos e com pouca possibilidade de expansão, decorrente da situação geográfica natural” (2006, p. 6). Em sua análise socioeconômica e histórica, Gaspar observou um alto índice de desemprego, analfabetismo, e a presença de pessoas negras de baixa renda, que, segundo suas descrições, se assemelhou à trajetória de vida da população negra escravizada do final do século XIX e início do século XX.

O alto índice de desemprego, analfabetismo, assim como de *gravidez precoce* e violência doméstica permanecem elevados, segundo descrições e avaliações de funcionárias da Estrela da Manhã. Tais funcionárias, bem como professoras, residem no bairro em questão. Célia, mulher negra, professora da oficina de Trança Afro, comentou que o Centro Comunitário foi fechado há alguns anos, assim, não há um espaço de ocupação com atividades esportivas e oficinas para adolescentes e jovens. Outra funcionária da OSC também comentou que, com a pandemia da COVID-19, os índices de desigualdade social, violência e dependência química cresceram consideravelmente.

Ademais, funcionárias da Estrela da Manhã descrevem o bairro enquanto um território com uma quantidade elevada de crianças e adolescentes inseridos na *indústria do tráfico*. Algumas dessas funcionárias, residentes do bairro em questão, acompanham as dinâmicas de circulação de pessoas, e afirmam que os serviços públicos, altamente escassos, foram fechados devido a *atos de vandalismo*. Segundo elas, o consumo abusivo de álcool e drogas também foi acentuado, assim como o número de pessoas dependentes de auxílios governamentais.

Desse modo, devido às análises da instituição quanto ao aprofundamento de desigualdades e violências no contexto pandêmico, a Estrela da Manhã criou o projeto Trançando Vidas, com o objetivo de *prevenir a ruptura de vínculos familiares, promover ações assistenciais às mulheres atendidas*, bem como *oferecer encontros semanais* que seriam norteados por um orientador social e *oficineiros/as*¹⁶ contratados para os cursos de Trança

¹⁶ Na instituição, as oficineiras referem-se aos profissionais contratados para ofertar as oficinas no projeto.

Afro, Informática e Artesanato. Como parte do projeto havia também a oferta de rodas de conversa com profissionais da psicologia, assistência social e demais facilitadores do campo social¹⁷. Através do acesso aos projetos da instituição, pude compreender, em certa medida, as perspectivas institucionais acerca dos efeitos ocasionados pela pandemia na comunidade, e os trabalhos desenvolvidos por meio do projeto Trançando Vidas.

Em paralelo aos encontros com os documentos, persegui também os materiais em salas de aula, as falas, as práticas manuais que evidenciaram-se através das mulheres da comunidade em seus relatos durante a pesquisa de campo. Uma dessas questões envolve o próprio bairro - a *comunidade* -, em que moram. Como descreverei adiante, as mulheres do Trançando Vidas, além de compartilharem nas oficinas percepções da comunidade, também debatem a relação entre elas e o território e, envolvidas por diálogos acerca da rotina de cuidado dos filhos, os problemas financeiros, o desejo de retornar aos estudos e aprendizados técnicos. Tais encontros desdobram-se em fissuras que refletiram em ações e rodas de conversa sobre políticas do cabelo e da estética negra. Este capítulo busca argumentar que tais fissuras e ações entre as mulheres permitem outros arranjos para o “cuidado de si”, que serão discutidos no último tópico deste capítulo.

1.1 As pessoas têm medo de vir no Antenor. Ninguém vai querer vir aqui embaixo.

O meu primeiro dia de pesquisa de campo na oficina de Artesanato foi em uma manhã fria e chuvosa. Carmen, a professora de artesanato, me convidou rapidamente para participar de um trabalho artesanal com massas de biscoito. Estavam todas na sala de costura, em volta de uma mesa branca longa e comprida. Numa ágil visão panorâmica, contabilizei em torno de dez mulheres presentes na oficina, naquela quinta-feira nublada. Minutos antes, quando aproximei-me da sala, entrei pela porta calma e sorratamente, para não lhes causar nenhuma distração. Algumas já me conheciam, outras estranharam minha presença naquele espaço, tão familiar a elas, e que a partir daquele momento contava com a minha presença.

A sala, que é, primeiramente, a sala de costura, com máquinas na lateral direita, próximo às janelas, é também a sala para as oficinas de artesanato. No centro desta sala há uma grande mesa, larga e comprida, para que as atividades de corte e costura, bem como os

¹⁷ Os objetivos específicos do projeto eram: a) fomentar o desenvolvimento emocional das mulheres atendidas; b) promover a autonomia financeira; c) atender, orientar e acompanhar demandas familiares por meio dos serviços socioassistenciais; d) desenvolver a autoconfiança das mulheres. Tais informações foram retiradas no documento enviado à prefeitura municipal de São Carlos, contendo a descrição do projeto, bem como seus objetivos gerais e específicos.

trabalhos artesanais sejam realizados. As mulheres ficavam em volta desta grande mesa, forrada com papel graffiti para que os pigmentos de tinta e resíduos de outros materiais não a sujassem.

Durante a oficina, enquanto certas *oficineiras* organizavam os tecidos, tesouras, molduras e potes com água dentro do armário, e as demais guardavam os bonecos de biscuit produzidos naquele dia em uma mesa menor, paralela a mesa branca, observei que estas mulheres, negras e brancas, possuíam diferentes faixas etárias. Algumas eram mães, outras eram avós, outras não tinham filhos. E, enquanto modelavam massas e pintavam painéis, também faziam dos encontros um momento de partilha pessoal. Havia espaço para trocas e diálogos, entendendo-se enquanto parte de um núcleo, não necessariamente homogêneo, mas um núcleo do qual se compartilhava territórios comuns.

Era comum ouvi-las conversar nas oficinas sobre os mais distintos assuntos. Entre elas, havia diferenças no qual buscarei descrever posteriormente, como havia, também, muitas similitudes: todas moravam e frequentavam este mesmo território periférico da zona sul da cidade de São Carlos. Enquanto participava das oficinas de trança afro e artesanato as ouvia descrever seu território enquanto *aqui embaixo*.

Participavam em torno de três a sete mulheres nas oficinas de Trança Afro. Nesta oficina em questão, a flutuação de mulheres nesta oficina era maior comparada à oficina de Artesanato. Elas narravam como era difícil manter-se com regularidade no curso devido às demandas de trabalho e cuidado dos filhos. Comentavam com frequência, ainda, sobre suas demandas financeiras e familiares. Entre elas, o fator econômico fazia-se presente com certa regularidade, se comparado às *oficineiras* de artesanato. A trança, para muitas mulheres, simbolizava a possibilidade de produzir uma renda complementar.

Pude acompanhar, nesse sentido, uma oficineira em diálogo com a professora Célia acerca das formas para atrair clientela. Ela comentava como seria difícil trabalhar com as tranças porque *as pessoas têm medo de ir no Antenor*. *Ninguém vai querer vir aqui embaixo*, disse ela. A professora Célia, nesse sentido, argumentou que elas *não podem pensar assim*, e que não são todas *as pessoas lá de cima*¹⁸ que sentem receio de vir para o Antenor Garcia. *Todos os meus clientes são de lá de cima*, comentou. A expressão “lá de cima” é utilizada para marcar a diferença do Antenor Garcia com os mais influentes, localizados no centro e nas regiões arredores ao centro. Foi através dos afetos e trocas nas oficinas, trançados pelos

¹⁸ *Lá de cima* é uma descrição bastante comum entre os moradores/ as do Antenor Garcia para caracterizar quem mora antes do grande morro que divide a cidade de São Carlos. Este morro segrega os moradores que, segundo descrições da instituição, estão em um contexto maior de vulnerabilidade social. Ali encontram-se os bairros periféricos como Cidade Aracy I, Cidade Aracy II, Zavaglia, Eduardo Abdelnur e Antenor Garcia.

aprendizados da técnica e o diálogo que muitas histórias e vivências eram relatadas, entre elas: a rotina de cuidado dos filhos, a necessidade de retornar aos estudos e os problemas financeiros. Estes assuntos costuravam experiências que serão descritas em seguida.

1.2 Entre a técnica e a acolhida: Trançando histórias e experiências.

Os encontros da oficina de Trança Afro eram um espaço de acolhimento, escuta e fortalecimento entre mulheres. Algumas reuniam-se em volta de uma mesa, outras sentavam em cantos mais afastados da sala de educação infantil. Puxavam uma a duas cadeiras de plástico, e saíam a procura de uma *modelo* pela *escola*, para que pudessem praticar as técnicas aprendidas durante as oficinas. Ressaltavam que tais técnicas eram uma *questão de jeito, de truque*. Enquanto algumas trançavam nas *cabeças* e outras nas *bonecas*¹⁹, as rodas de conversa sobre os problemas domésticos e familiares, problemas com os filhos, dificuldades financeiras, e também sobre a criação e educação de crianças sem redes de apoio, e, principalmente, sem a presença do progenitor eram recorrentes.

A professora Célia era constantemente procurada pelas mulheres mais jovens minutos antes do início da oficina para aconselhamentos. Era notável como Célia era uma inspiração para elas. Costumeiramente a professora contava parte de sua história pessoal para que as alunas não desencorajassem. *Antes de trabalhar com trança, eu faxinei muita casa. Hoje, eu vivo da trança [...] Criei minhas filhas, comprei minha casa, meu carro.*

Célia, autodeclarada mulher negra, conversava comigo acerca das *falas das meninas* no final de cada oficina. Ela comentou sobre certas frases que as *oficineiras* diziam frequentemente, como *eu não consigo; eu não sei fazer*. Para a professora, tais narrativas refletiam a autoestima baixa dessas mulheres, em sua maioria negras. Ainda, lembro-me que Célia as lembrava recorrentemente da importância do ânimo, para seguir a trajetória profissional com *paciência*. Suas análises aproximam-se das perspectivas feministas negras (COLLINS, 2019 [2000]; LORDE, 2020 [1984]; HOOKS, 2020 [2015]); KILOMBA (2019 [2008]), em se tratando dos condicionamentos socioculturais que atravessam os corpos de mulheres negras, ao negar suas biografias, histórias e experiências e imagens positivas sobre si. Patricia Hill Collins (2019 [2000]) conceituou este fato enquanto domínios disciplinares do poder. Grada Kilomba, em certo sentido, compreendeu que o caráter histórico de violência e

¹⁹Antes de treinar em cabeças humanas, elas praticavam em bonecas de manequim, para treinar os penteados e tranças. Essa boneca é bastante comum e usual entre cabeleireiros que estão iniciando na profissão.

apagamento da vida de mulheres negras contribuíram para que possíveis imagens positivas na percepção de si fossem desmanteladas.

Com o andamento do trabalho de campo, tornava-se cada vez mais notável como o público-alvo atingido na oficina de Artesanato e na oficina de Trança Afro eram distintos. Na oficina de Artesanato, as mulheres eram majoritariamente mais velhas e idosas. Quando conversavam sobre suas questões pessoais e familiares, não se detinham em tais assuntos. Seus encontros e diálogos eram focados nas distintas *técnicas* envolvendo os trabalhos manuais, e com o processo de *aprender fazendo para pegar o jeito* (SAUTCHUK, 2017), bem como nos acontecimentos eventuais envolvendo os moradores e moradoras de seu território. Havia, entre elas, uma compreensão coletiva de que estar nas oficinas era sinônimo de *trabalho*. *A senhora tem que trabalhar*, comentou uma delas, ao ver aicineira Roseli sentada numa cadeira, observando as demais mulheres.

Já nas oficinas de Trança Afro, o público-alvo era composto, em sua maioria, por jovens mulheres negras, na faixa dos vinte anos de idade, e mulheres-mães negras. Era recorrente a presença de crianças na sala. Seus filhos as acompanhavam na oficina, já que não havia outra pessoa para cuidar das crianças. *Quando você está sozinha, muitos te ajudam. Quando você tem filhos é diferente*, comentou uma das *oficineiras*. Constantemente, elas conversavam sobre a rotina de trabalho, cuidado da casa e dos filhos enquanto mães solo. Todas as mulheres de ambas as oficinas trabalhavam em empregos informais; eram empregadas domésticas, garçonetes ou prestavam algum serviço de forma autônoma.

Enquanto trançavam em *cabeças e bonecas*, uma das *oficineiras*, Marina, jovem mulher negra e mãe solo, relatou sobre uma festa universitária em que foi trabalhar como garçonte, em um salão próximo à rodoviária da cidade - a oito quilômetros de distância, em média, do bairro em que mora, o Antenor Garcia. Ela descrevia como os universitários *comem pouco e são muito educados*. E, enquanto trabalhava na festa, sentiu-se muito respeitada por eles. O seu grande problema, no entanto, foi após o expediente de trabalho, por volta das duas horas da manhã. Nenhum aplicativo de viagens queria levá-la, dada a distância, horário e destino final (o bairro Antenor Garcia). O preço da corrida também estava altíssimo, segundo ela, *quase R\$50,00 reais*. Mais da metade da diária recebida naquela noite seria destinada para o pagamento do motorista de aplicativo, caso voltasse de carro, comentou.

Dada a circunstância, Marina decidiu voltar para sua casa caminhando. Estava sozinha e exausta após a noite intensa de trabalho e ainda precisou se locomover por quase duas horas. Essa é, em média, o tempo entre a rodoviária de São Carlos até o bairro Antenor Garcia, localizado no extremo sul da cidade. Marina caminhou em todo o trajeto, e, antes de ir para

sua casa, foi ao encontro dos seus três filhos, que estavam com a avó paterna. Ela nos contou que *ela [a avó] a ajuda porque já passou por isso, e sabe que não é fácil*. A avó paterna das crianças foi mãe muito jovem, assim como ela, e também *criou* seus filhos sozinha. Naquela noite, Marina chegou bem em sua casa junto às crianças. Quando estava prestes a finalizar o relato sobre o seu fim de semana para as demais *oficineiras*, ela ainda comentou: *É. Eu escolhi essa vida para mim*.

Cláudia, uma das alunas do curso, após ouvir as experiências e dificuldades de Marina, comentou que *quando a gente nasce pobre, precisa estudar*, incentivando-a a permanecer no curso de trancista, fazer uma faculdade, e não desanimar com os percalços de sua trajetória pessoal. *Nós, mulheres negras, precisamos mudar nossa história; sair da faxina, ir estudar*, complementou. *Eu fui estudar porque eu vi na televisão que quem vinha da favela era analfabeto. Eu não queria ser vista como analfabeta, e [por isso] fui estudar*, contou Cláudia.

Marina seguia trançando a *cabeça* de uma modelo, em silêncio, enquanto Cláudia e algumas *oficineiras* conversavam entre si sobre a importância dos estudos. Uma delas disse o quanto reforça diariamente ao seu filho para *ir estudar, trabalhar, porque é melhor do que ficar nas esquinas*. As esquinas são os pontos de tráfico de drogas. É recorrente a presença de jovens negros entre dezesseis a dezenove anos sentados, juntos, trabalhando para a *indústria do tráfico*, e suportando o abuso policial. Outra mulher-mãe, ao ouvir sobre o assunto, comentou: *a surra que eu dou em casa, é melhor que a surra da polícia. Melhor eu como mãe bater do que a polícia*. As palmadas, para certas mulheres, são um modo para educar e impor respeito, colocando seus filhos no *caminho certo*.

No decorrer da pesquisa de campo, constatei como as oficinas são um *chamariz* para que as mulheres da *comunidade* estejam na Estrela Da Manhã, pois o objetivo do Trançando Vidas, assim como os demais projetos da instituição, é o fomento da convivência e do fortalecimento de vínculos. Nesse sentido, ficou evidente que, em cada uma das oficinas, uma rede de apoio se formava entre as mulheres. Essa rede possuía configurações distintas em cada uma das oficinas. Era comum ouvi-las desabafar sobre seus dilemas pessoais, por essa razão, *a terapia [ali] rolava solta*. O vínculo entre elas possibilitou que um ambiente de acolhimento e cuidado em saúde mental acontecesse. *Aqui me ajuda muito; a autoestima muda*, comentaram certas mulheres.

Quando alguém faltava nas aulas, ou por algum motivo pessoal deixava de participar das oficinas, elas perguntavam à professora o que havia acontecido. Cleide, a *oficineira*, certa vez comentou sobre a ausência de uma senhora que frequentava o curso de Artesanato, *ela*

*estava distraído bem a cabeça. Tão bom isso aqui, sabia?! Ou, ainda, quando precisavam de alimentos, as *oficineiras* se organizavam para trocarem e/ ou doarem umas às outras: *ela falou que estava sem sal. Eu tô com tanto sal em casa, então trouxe para ela.**

Desse modo, é possível observar, através das narrativas e práticas dessas mulheres, que o Trançando Vidas promovia não só o fortalecimento de redes de apoio entre elas, como propunha em seu projeto, mas também o exercício de percepção de si e de sua comunidade. Ir para as oficinas e encontrar o grupo era um momento *para ficar de boa e se livrar do stress*. Ali, elas encontravam um espaço para acolhimento, empoderamento, escuta, respeito e amparo. Muitas não se sentiam respeitadas em seu trabalho e em suas casas, pois, como disseram, *eles [os chefes e maridos] só respeitam outro homem, não a gente*.

As trocas de experiências, vivências e saberes entre as mulheres do Antenor Garcia traçam uma série de relações envolvendo gênero, raça e pobreza, e outros desdobramentos, como a maternagem, as violências patriarcais e institucionais a qual essas mulheres estão submetidas diariamente. A antropóloga Lélia Gonzalez (2020), referência para o feminismo negro brasileiro, desenvolveu em seu campo de trabalho três abordagens - a decolonial, a interseccional e a psicanalítica -, para discutir a posição de confinamento que mulheres negras encontram-se.

A autora analisou como se dão as formas de subjetivação das opressões e da dominação em se tratando de mulheres negras. Para González (2020), a hiperssexualização do corpo e o envolvimento com o trabalho doméstico produz efeitos nocivos na percepção de si. Da mesma forma, para hooks (2020), as subjetivações de mulheres negras no campo das violências cotidianas as levam a destituir-se de seu valor e dignidade, se reconhecendo enquanto “decaída” e “não humana”, nos termos da própria autora.

Como argumentou a psicóloga e artista Grada Kilomba (2019 [2008]), a subordinação, a diferença e a baixa autoestima internalizada são reflexos do racismo e do sexismo. Somando-se a isso o reflexo de demais fatores como a falta de acesso à escolaridade formal, a dependência financeira de familiares e maridos, a localização geográfica a qual se encontram, o recorrente confinamento e anonimato no qual são submetidas culturalmente.

Para descrever como a percepção de si é afetada torna-se importante considerar ainda os domínios disciplinares do poder (COLLINS & BILGE, 2020). Para Collins e Bilge, os domínios servem para coagir determinados grupos a manterem-se em caminhos já prescritos culturalmente. Estes domínios interseccionais mobilizam os contextos de opressão nos quais estão inseridas como a periferia, a pobreza, a maternagem solo, a deficiência física, o racismo e o sexismo para confiná-las em suas experiências individuais. Como conceituou Collins

(2019 [2000]), estas são as imagens de controle que as aprisionam em determinados percursos pré-estabelecidos.

Nesse sentido, possibilitar um espaço de fala e escuta a partir do Projeto Trançando Vidas, em que se compartilham as intersecções das opressões mencionadas, como é o caso das trajetórias e experiências da professora Célia e das *oficineiras*, possibilita pensar quais são os agenciamentos individuais e coletivos para a criação de frestas, resistências e mobilizações para não se engendrar nestas imagens de controle. Nas oficinas de Trança Afro, em particular, havia nesse processo o resgate e a ressignificação de memórias de sofrimento e inadequação de seus cabelos crespos na infância.

1.3 Políticas do Cabelo e da Estética Negra

Em meados de março de 2023, articulei com as funcionárias da Estrela da Manhã e a professora Célia um encontro com João, um colega cabeleireiro especializado em cabelos com curvatura na cidade. Nossa proposta era proporcionar às *oficineiras*, uma troca de experiências e técnicas para o cuidado do cabelo afro. João é profissional de cabelos ondulados, cacheados e crespos há quase dez anos, onde já trabalhou em diversos salões locais e regionais. Foi em novembro de 2022 que o encontrei por acaso. Pudemos conversar por alguns minutos em seu salão, no centro da cidade. Em meio aos diálogos, comentei sobre o meu envolvimento com o projeto Trançando Vidas, no qual João interessou-se em conhecer. Entrei em contato com a professora Célia e as *oficineiras* para averiguar a possibilidade de sua participação no curso e agendamos um dia para a visita.

Quando João chegou à oficina de Trança Afro, alguns meses depois, a sala estava cheia e ele carregava em suas costas uma mochila preta. Nela havia tesouras, pentes e outros utensílios de trabalho. Ao entrar na sala, foi recebido por Célia e pelo orientador social. Ambos perguntaram sobre os itens dispostos na mesa: *Você precisa de mais alguma coisa? Esses utensílios são suficientes?* João respondeu que eram suficientes para o encontro, e que também havia levado alguns materiais.

Em seguida, ele se apresentou como cabeleireiro, e, enquanto narrava sua trajetória pessoal, João também respondia às dúvidas das participantes. Perguntavam-lhe sobre os cuidados com os cabelos crespos; os cuidados específicos em cabelos trançados; e quais eram, para ele, os melhores produtos com baixo custo no mercado destinados para cabelos cacheados e crespos. Era perceptível a disponibilidade de João em responder às questões e

compartilhar seus conhecimentos, assim como era evidente a presença e a participação das *oficineiras* para com suas explicações e explicações.

Enquanto o grupo conversava e tirava as dúvidas com João, Célia comentava, em paralelo, a relevância de se ter o contato com os outros cabeleireiros, justamente para *aprender técnicas diferentes. Cada um faz de um jeito, não tem jeito certo*, dizia. Após a fala da professora, João frisou que ele não trabalha, por exemplo, com produtos químicos, progressivas, ou outros tratamentos que, segundo suas palavras, *agridem* cabelos crespos. Ele ainda ressaltou em sua fala o contexto histórico do racismo do Brasil, relacionando este fato com sua infância, em que o cabelo afro era tido como *feio, desarrumado e ruim*. Através de seu trabalho e também enquanto filho de Oxum, ele dizia procurar realçar *a autoestima de pessoas negras através da beleza e da estética negra*.

Para ele, a trança e a expressão dos cabelos afro referem-se *ao processo de se reconhecer e se amar*. Este comentário gerou reverberações entre algumas mulheres maduras do grupo, que estavam, inclusive, com os seus cabelos presos em coques. Elas diziam que não aprenderam quando crianças a cuidar de seus cabelos. João, nesse sentido, trouxe ainda mais técnicas para elas, *simples e naturais*, utilizando produtos de baixo custo ou apenas água para *finalizar* os cabelos crespos.

Para exemplificar esses procedimentos, ele utilizou uma *boneca* para demonstrar às mulheres o passo a passo para a finalização dos cabelos. Em sua mochila, inclusive, havia alguns adereços como secador de cabelo, difusor e um pente garfo. Após suas demonstrações, próximo ao final da oficina, João comentou sobre a possibilidade de elas realizarem um sorteio, com o intuito de escolher uma *cabeça* para ser *finalizada* por ele, em um outro encontro. As mulheres ficaram animadas com a ideia, sorriram disputando a tal vaga. João contou que essa seria uma boa oportunidade para que elas conhecessem certas técnicas através da prática, e em um cabelo real. *Com esses conhecimentos, vocês podem finalizar os seus próprios cabelos*, relatou. Enquanto Joel manuseava a boneca presa sobre a mesa, exemplificando técnicas e métodos para arrumar os cabelos, a professora Célia afirmava a importância do cuidado com o cabelo afro: *a gente precisa aprender a arrumar o cabelo crespo*.

Outro encontro cujo objetivo era o de valorizar a estética negra e africana foi com Fatumata Baldé, uma colega de turma da pós-graduação. Fatumata foi convidada para apresentar vestimentas, acessórios e tecidos que compõem a estética africana de seu país, a Guiné-Bissau. Através de imagens de suas tias e primas, Fatumata relatou em quais contextos certas roupas eram utilizadas. Junto à apresentação das peças de roupa e tecido, ela também

relatou os contextos históricos da trança e do ato de trançar. E de como em seu país, *é comum as pessoas aprenderem a trançar desde pequenas*. O que para ela, segundo suas observações, é diferente do contexto brasileiro. Para ela, no Brasil, as tranças estão relacionadas à questão estética, bem como às questões políticas de valorização das raízes ancestrais negras e africanas.

Ela ainda nos contou como o ato de trançar cabelos é um gesto de acolhimento. Quando morava em Guiné-Bissau, encontrava suas amigas em casa e, não importava o local e nem as circunstâncias, trançar os cabelos era uma prática cotidiana entre elas. *Todos sabem trançar. Isso é bem comum no meu país*, comentou. Durante o processo, *nós desabafamos, fofocamos e conversamos sobre a vida*.

Nas oficinas, havia uma rotatividade recorrente de *oficineiras*, por isso, é importante situar quem eram as mulheres presentes nestes encontros. Quando não eram mulheres jovens, por volta dos dezoito a vinte anos, em média, elas possuíam idade próxima aos sessenta anos. Havia também uma mulher neuro divergente e cadeirante. O espectro da velhice e de ser vista enquanto uma pessoa com deficiência, as faziam se sentir incapazes e desinteressantes para o mercado de trabalho. *Eu consegui fazer, olha como ficou bonito*, uma delas comentou durante a oficina. Trançar cabelos e construir decorações artesanais produziam afetos de satisfação, de valorização de si e do trabalho desempenhado.

Essas mulheres, no entanto, também eram afetadas pela comparação com os trabalhos desenvolvidos pelas *oficineiras* do grupo, assim com o trabalho das professoras. Ao passo em que havia um envolvimento e desejo pelos aprendizados e pela prática com as tranças e o artesanato, as ambivalências se manifestavam entre elas. Frases como *eu não sei fazer, vai ficar feio e, vou demorar a tarde inteira*, eram recorrentes entre elas. Era comum que, em certas oficinas, algumas mulheres buscassem de imediato às professoras e colegas para produzir parte das atividades. E, em certas ocasiões, outras mulheres permaneciam sentadas, observando o andamento dos trabalhos de seu grupo.

Mesmo com os esforços por parte das professoras, e das demais profissionais da *escola*, muitas confrontavam-se com o que Célia chamava de *baixa autoestima*, por isso era necessário *fortalecer* as mulheres. Era perceptível o constante esforço da professora e de funcionárias da instituição para que o fortalecimento de vínculos fosse cultivado entre e por elas. No entanto, como argumentou a artista, psicóloga e escritora Grada Kilomba (2019), foram séculos de subjetivação e racismo desmantelando olhares “positivos” sobre e entre as mulheres negras. As fissuras foram produzidas e cultivadas nas oficinas, e este movimento,

para a autora, manifesta os esforços de descolonização do eu, que proporcionam às mulheres arranjos outros para o cuidado de si.

1.4 Arranjos para o cuidado de si

As imposições subjetivas nas mulheres da comunidade são também interpeladas pelos arranjos de descolonização, através de práticas e políticas que envolvem o cabelo, a fala, a estética negra, e as habilidades técnicas manuais, desloca-se por entre fissuras e frestas de descolonização. Tais fissuras aproximam-se da noção de arranjos de cuidado proposta pela antropóloga Natália Helou Fazzioni (2023) que,

[...] procura evidenciar que as experiências de cuidado envolvem sempre um misto entre “arranjos” de longa duração, em geral os que são definidos pelas relações de parentesco – e que não se limitam às relações de consanguinidade e aliança – com arranjos de média duração (ajuda pontual de um parente ou um vizinho, trabalho, serviço de saúde), e, finalmente, outros de curta duração (um auxílio para descer uma escada, uma carona, um empréstimo de dinheiro, um prato de comida).

Nesse sentido, os arranjos de cuidado de longa, média e curta duração são fundamentais na produção de fissuras entre as mulheres para descolonização do eu. Uma dessas produções está relacionada com o fato de que algumas mulheres, no decorrer do curso, iniciaram procedimentos estéticos para realizar a transição capilar. Neste trabalho, mobilizo o termo estética associada ao seu caráter político, próximo ao que argumentou a antropóloga Mylene Mizrahi (2019): “o caminho parece ser o de tomar a estética não tanto para reduzi-la à forma e à aparência, sem, contudo, excluí-las da análise, mas para concebê-la como uma força, uma potência” (p. 458). Ainda sobre o cabelo crespo, a pedagoga Nilma Lino Gomes (2006) defendeu que, “mesmo apresentando-se alisado, pranchado ou alongado”, o cabelo “sempre será crespo e sempre remeterá à raça negra” (p.144), em se tratando de sua dimensão igualmente política.

Lembro-me que, na oficina ministrada pelo cabeleireiro João, avistei pelos corredores da Estrela da Manhã uma oficineira com seus cabelos crespos soltos. Desde que a conheci, a encontrava com os cabelos presos, em coque. Naquele dia, quando a vi, não a reconheci. De imediato, não percebi que o meu estranhamento era em relação aos seus cabelos soltos e cacheados. Ao perceber o meu olhar vigilante, ela me contou: *eu passei pela transição capilar*.

No início do projeto, Fatumata Baldé, colega de pós-graduação, apresentou um material expositivo acerca dos aspectos históricos sobre a trança em cabelos afro e o uso de

turbantes, como mencionado nos relatos de campo. Enquanto apresentava os slides na televisão, as mulheres em roda, expunham as relações com seus cabelos na infância e adolescência. Uma delas relatou acerca da ausência de produtos e informações específicas para o cuidado de cabelos crespos. *Antigamente era tudo diferente, relataram. Hoje em dia tem um monte de produtos.*

Algumas mulheres, com seus cabelos presos em coque, nos contaram sobre o processo de alisamento recorrente, e o quanto os seus cabelos ficaram quebradiços após o procedimento de progressiva capilar. No curso, elas aprendiam sobre os seus cabelos crespos, repensando junto a outras mulheres a noção de que seus cabelos são *ruins* e *feios*, como descreveu Célia. Ela dizia como *foram anos e anos em que negros e negras ouviram que seus cabelos não eram bons*. Nesse sentido, os encontros das trancistas caracterizaram uma fresta para que outras relações com a estética negra e com sua negritude se desdobrassem. Kilomba (2019), nesse sentido, argumentou que

O cabelo tornou-se o instrumento mais importante da consciência política entre africanas/os e africanas/os da diáspora. Dreadlocks, rasta, cabelos crespos ou “black” e penteados africanos transmitem uma mensagem política de fortalecimento racial e um protesto contra a opressão racial. Eles são políticos e moldam as posições de mulheres negras em relação à “raça”, gênero e beleza (p. 89).

As políticas do cabelo entre mulheres negras em relação à raça, gênero e beleza foram marcadores sociais que as fizeram refletir sobre si mesmas, em um processo de interiorização. As condições às quais estão submetidas eram alvo de suas conversas. *Encontrar outras pessoas negras*, como descreveu Kilomba (2019) foi um fator importante para que se identificassem com as experiências de vida compartilhadas entre elas.

Nesse estado, o sujeito negro inicia uma série de identificações consecutivas com outras pessoas negras: sua(s) história(s), suas biografias, suas experiências, seus conhecimentos, etc. Essa série de identificações previne o sujeito negro da identificação alienante com a branquitude. Em vez de se identificar com a/o “outra/o” branca/o, desenvolve-se uma identificação positiva com sua própria negritude, o que por sua vez, leva a um sentimento de segurança interior e de autorreconhecimento (p. 154).

O processo de identificação é um processo de *criar* a outridade, através dos cabelos Black, do uso de turbantes e de vestimentas que demarquem aspectos da cultura e estética negra. “A busca por essa aparência distintiva está fortemente alicerçada na vontade de ter

cabelos “naturais”. É, assim, explicitamente motivada por um retorno à “naturalidade” dos cabelos negros, ao que seria a sua “essência”, para a autora (p. 762).

O processo de identificação configurou vínculos entre elas através de histórias e experiências de vida. Voltar-se ao universo interior e às questões de sua comunidade foram uma das experiências recorrentes nas oficinas, ao lembrarem-se de suas infâncias, da relação com seus familiares, com suas dores e traumas do passado. Havia, nesse sentido, duas experiências recorrentes nas aulas de trança afro, particularmente: a presença de falas sobre o seu cotidiano e sobre a relação com os seus cabelos.

Célia se reuniu com as mulheres em dias específicos antes das oficinas. Em nossa entrevista, ela ressaltou a importância dos vínculos. *Eu gosto, assim, de conversar... Porque eu percebo que elas são pessoas bem carentes, sabe? E aos poucos elas vão se abrindo, vão se abrindo, se sentindo à vontade aqui.* A fala tinha um papel importantíssimo para Célia. A possibilidade das trocas, desabaços, conversas era o que a entusiasmava no curso. Era evidente como ela se sentia realizada no papel de professora e conselheira. Em suas palavras,

Olha... a experiência que eu tive aqui, que eu achei super legal, é o desabaço das alunas com a gente. Comigo, sabe? Assim... Eu fiquei muito feliz, porque é difícil hoje em dia você confiar em alguém. Assim, não, elas não pedem diretamente um conselho. Mas só de algumas falarem, a gente já aconselha. Já vem um desabaço com, entre aspas, alguma pergunta: “O que eu faço?”.

A professora chegava minutos antes para conversar com algumas meninas em particular. Ela me contou o fato de estar ouvindo um desabaço, enquanto aicineira chorava. Próximo ao horário de início da oficina, em que as meninas adentravam a sala de aula, esta icineira em questão enxugou as lágrimas em sua roupa. Célia, por fim, comentou que situações como essa eram comuns em suas aulas. Para Grada Kilomba (2019), situações como essa relacionam-se com o empoderamento, pois precede o momento no qual alguém se torna o sujeito falante, falando de sua própria realidade.

Nesse sentido, segundo a autora, o racismo cotidiano “refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as Pessoas de Cor não só como “Outra/o” – a diferença contra a qual o sujeito branco é medido – mas também como Outridade” (Kilomba, 2019, p. 52). A subjetivação e o racismo estão ligados à diferença e ao poder. E, ao passo que as mulheres se apropriam de suas experiências de vida e ocupam-se de si mesmas, dá-se o processo de descolonização do eu.

Através das contribuições da antropóloga Natália Helou Fazzioni (2023) com a noção de arranjos de cuidado, imbricado com o conceito de descolonização do eu, partindo de Grada

Kilomba (2019), se evidenciou a magnitude das trocas nas oficinas para que esses processos sustentassem fissuras entre elas. Fazzioni defendeu que “o arranjo quase nunca depende unicamente do indivíduo, prescindindo de relações baseadas em vínculo, reciprocidade, afetos e trocas monetárias (embora menos presentes nesse contexto)” (2023, p. 174). A noção de arranjo se aproximou da ideia de empoderamento apresentada pelas mulheres, no qual ambos se dão enquanto procedimentos coletivos e compartilhados. Desse modo, os arranjos para a descolonização de si partem também das diferenças entre elas, e do processo de apropriação de suas vivências, histórias e experiências.

2. Os arranjos do cuidado e as redes para a sustentabilidade da vida.

Neste capítulo, busco refletir acerca das possibilidades e estratégias de manutenção e sustentabilidade da vida, a partir de agenciamentos coletivos entre as mulheres-oficineiras da comunidade. Para propor tal discussão, utilizarei como referencial teórico autoras como a economista Amaia Pérez Orozco (2006 [2012]) e a antropóloga Yayo Herrero (2014), com o intuito de relacionar as incursões envolvendo as condições materiais de existência dessas mulheres, junto do conceito de sustentabilidade da vida. Longe de esgotar tal discussão, este desdobramento foi um exercício e também um esforço, ao trançar os materiais coletados em campo junto a certos referenciais teóricos advindo do campo dos feminismos decoloniais, do ecofeminismo e da economia feminista. Nesse sentido, como argumento principal, evidencio as fissuras para a produção da sustentabilidade da vida no contexto pandêmico a partir de uma série de atores, agentes e ações, envolvendo as redes de maternagem entre mulheres-mães, os vínculos entre as oficinairas e o fortalecimento de uma economia criativa e do cuidado.

Os efeitos da pandemia de COVID - 19 no âmbito doméstico e ocupacional eram discutidos com recorrência entre as oficinairas. Dada a presença do assunto, conversei com algumas mulheres durante as entrevistas acerca das relações de trabalho neste contexto. Grande parte delas atuavam como empregadas domésticas e profissionais autônomas. E, durante as nossas conversas, o meu interesse era compreender as estratégias de sobrevivência criada por elas para sustentar a manutenção da vida familiar naquele período. Tratava-se de fazer- ver as articulações individuais, familiares e entre, instituições, como o caso da Estrela da Manhã e do Projeto Araci (PROARA)²⁰, bem como da *comunidade*, para a construção de agenciamentos coletivos, redes de apoio e *ajuda* entre elas. Na entrevista com Conce, a oficinaira narrou que,

Durante a pandemia eu praticamente não trabalhei, nada, ficava em casa o dia inteiro, porque ninguém vinha aqui mesmo fazer unha [...] Meu marido ficou afastado pelo governo, recebia muito pouco. O único auxílio que eu recebi é o auxílio mesmo, aquele auxílio que [o governo federal] dava... E hoje, é... A gente tem como trabalhar, a gente voltou a trabalhar. Ai agora eu tô fazendo faxina com uma amiga, mas não tá compensando. É muito trabalhoso, muito cansativo.

Grande parte das mulheres obtiveram o Auxílio Emergencial para subsidiar os custos da vida doméstica, além de fabricarem trufas e cones recheados para vender nas ruas de seu

²⁰ O Projeto Araci - PROARA surgiu em 2003 no bairro Cidade Aracy, na cidade de São Carlos, com o intuito de promover atividades esportivas e recreativas para crianças, adolescentes e adultos. O projeto oferece aulas de natação, jiu-jitsu, fit-dance, futebol, vôlei dentre outras modalidades para as moradoras do território Cidade Aracy e região, como Eduardo Abdelnur, Zavaglia e Antenor Garcia. Informações acessadas em: <https://www.instagram.com/p/Co7Wx7KtM_i/> Acesso em 24 fev 2023.

bairro e entre as funcionárias da Estrela da Manhã²¹. Nos grupos de whatsapp, era comum vê-las oferecendo bolos e doces para *ajudar* com a manutenção da economia doméstica. *Desempregado a gente ficou, mas... Íamos fazendo uma coisinha aqui, outra lá, né? [...] A gente pegou o auxílio, né? Quando a gente ficou desempregado a gente começou a vender doce, que é trufa*, relatou uma oficineira durante a entrevista. Já outras mulheres trabalharam normalmente na pandemia, ainda que com certas inconstâncias, uma vez que certos clientes mantiveram-se, mas a frequência das faxinas diminuiu.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - PNAD Contínua do ano de 2020 (IBGE, 2020), 93,4% das mulheres estavam ocupadas com o trabalho doméstico, sendo que cerca de 66% delas eram mulheres negras. A pesquisa do PNAD ainda levantou que, no total, 75% estão na informalidade e recebem uma média salarial de R\$862,00, número referente ao último trimestre de 2020. Esta média salarial de nível nacional ficou distante da remuneração alcançada pelas empregadas domésticas do bairro Antenor Garcia no contexto pandêmico, segundo o relato de mulheres na pesquisa de campo, por isso o Auxílio Emergencial foi imprescindível para que suas famílias pudessem atravessar o período de crise sanitária mundial.

Desse modo, a necessária sobrevivência através do trabalho não permitiu que mulheres negras e periféricas permanecessem em suas casas na pandemia. Durante as entrevistas, as oficineiras me disseram sobre a necessidade de permanecer no trabalho, *fazendo bicos* em paralelo para sustentar sua família. Segundo as sociólogas Marta Maria Valeriano e Tania Ludmilla Dias Tosta (2021, p. 413), tal contexto atravessou de maneira generalizada mulheres trabalhadoras: “poucas foram as trabalhadoras que puderam ficar em casa. Entre as formalizadas houve a recusa dos empregadores em oferecer isolamento remunerado; na informalidade, a grande maioria seguiu trabalhando”. As autoras apontam para a intensificação do trabalho doméstico e de cuidados não remunerados como um dos principais impactos na vida de mulheres ocasionados pela pandemia da COVID-19. Em suas palavras, o efeito e o contexto pandêmico promoveu a:

Extensão e a intensificação do trabalho doméstico e de cuidados realizados para o seu próprio grupo familiar, uma vez que as pessoas passam a ficar mais tempo em casa, demandando mais tempo e trabalho de quem limpa, cozinha, cuida de crianças

²¹ Braço social do Governo Federal, o Auxílio Emergencial, que posteriormente tornou-se o Auxílio Brasil, “integra em um só programa várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda. O novo programa social de transferência direta e indireta de renda é destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Além de garantir uma renda básica a essas famílias, o programa busca simplificar a cesta de benefícios e estimular a emancipação dessas famílias para que alcancem autonomia e superem situações de vulnerabilidade social”. Informações retiradas do site SED MS. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/auxiliobrasil/>. Acesso em 28 nov 23.

e idosos, orienta atividades escolares, organiza e gerencia a rotina e as demandas domésticas (Valeriano & Tosta, 2021, p. 413).

A maior permanência em casa durante a pandemia da COVID-19 enfatizou um elemento amplamente conhecido: o trabalho doméstico e de cuidados, tensionando a intersecção entre trabalho e família, ou seja, entre as prestações de serviços remunerados e o trabalho doméstico não remunerado.

Neste capítulo, a título de discussão teórica e analítica, optei por não distinguir trabalho doméstico e trabalho do cuidado, compreendendo que ambos friccionam-se em certa medida, uma vez que casa e trabalho, cuidado remunerado e não remunerado entrecruzam-se na vida dessas mulheres. Nesse sentido, no tópico seguinte abordarei especificamente acerca da maternagem e o trabalho do cuidado por e entre as mulheres do Antenor Garcia, compreendo a presença da economia do cuidado na *comunidade*.

2.1 Seus filhos não são um problema, eles vão ser seu braço direito: o trabalho do cuidado e a rede de maternagem entre mulheres-mães.

Era frequente a presença de crianças nas salas de aula, seja para trançar os cabelos, seja com suas respectivas mães participantes das oficinas. No lado de fora das salas, ouvia-se bebês brincando, dançando e correndo no *parquinho*. Alguns destes bebês eram filhos e/ ou netos das mulheres que estavam ali presentes. Enquanto brincavam, passeando pelo corredor em frente a sala da oficina de Trança, montados em carros e outros em velotrois, as mulheres conversavam sobre as rotinas de cuidado de seus filhos.

Já na oficina de Artesanato, o assunto recorrente entre elas era sobre os filhos e filhas já casados, bem como a presença dos netos em suas casas: *a criança alegre a gente*, uma senhora comentou. *É tão bom, né?! E aí fica aquele silêncio quando vão embora. A gente sente falta, sabia?*, a mesma senhora complementou. Ao fundo, ecoavam os gritos das crianças da educação infantil no pátio da Estrela da Manhã.

Lá fora, com a presença das crianças, ouvia-se suas vozes e gritos ecoando pelo prédio. Dentro da sala, escutávamos a fricção sutil do estilete modelando a massa de biscuit para a criação do boneco de Santo Antônio. Enquanto algumas modelavam as massas, outras seguiam em busca de tintas, potes com água e pincéis nos armários. Na mesa de trabalho, alguns sacos plásticos foram trocados de lugar, e massas eram amolecidas com canos PVC. Durante o processo, uma oficineira espalhava a tinta azul em um recipiente para *abrir o tom*. *Assim ele também fica mais grossinho*, comentou a professora. Enquanto o pincel deslizava

sobre o suporte decorativo de madeira, espalhando a tinta azul, outras mulheres conversavam sobre os *problemas* decorrentes de seus filhos envolvidos com o uso de substância química e com os *irmãos* da comunidade. Os irmãos são um grupo de homens, em sua maioria jovens, envolvidos com o tráfico de drogas do bairro.

O papel do cuidado e da cuidadora - seja de crianças, netos, sobrinhos, abordado no artigo do antropólogo e sociólogo Julian Simões (2015) -, elucidou a linha tênue entre o trabalho profissional do cuidado, como quando recebem para *olhar* seus netos, e do trabalho doméstico não pago. Há certas contradições entre aquelas que cuidam e recebem por isso, e daquelas que cuidam sem uma remuneração, por compreender uma competência “natural” e “feminina” do cuidado.

Nesse sentido, a discussão central posta em questão foi: quais foram os atributos e/ou critérios do trabalho do cuidado pago para alguns, e do trabalho do cuidado não pago a outras? Como essas diferenciações são feitas? Entre as mulheres do projeto, notou-se que elas não se dão pelo vínculo familiar, já que avós e tias cuidadoras cobram por seus trabalhos. Nesta discussão, cabe pensar as dimensões de vínculo e rede de apoio entre mulheres, questionando a concepção dada a ideia de família, para pensar acerca da relacionalidade produzida entre mulheres-mães.

Afonso e Filgueiras (1996) ainda argumentam como as políticas públicas dirigidas para as famílias apenas de laços biológicos devem ser, na verdade, destinadas estrategicamente às mulheres-mães. Para as autoras, “esta ligação está fundamentada na posição estratégica da mulher dentro do grupo familiar e dos vínculos que ali se desenvolvem a partir de valores e práticas sócio-culturais” (1996, p. 319). Essa posição estratégica está relacionada ao fato dessas mulheres serem, muitas vezes, chefes de família, e administrarem a logística da vida doméstica.

A importância de estabelecer vínculos entre mulheres-mães foi frequentemente realçado pela professora Célia. Nas oficinas, ao conversar com as mulheres mais jovens, recomendava-lhes *sempre pedir ajuda*, caso precisassem. Seja para comprar comida ou para receber apoio com as crianças. Para Célia, as oficinas de Trança eram a circunstância propícia para *fortalecer as mulheres e a comunidade* neste processo com a maternidade e com a gestão da vida pessoal, profissional e familiar.

As práticas e cuidados para a manutenção e sustentabilidade da vida exercidas pelas mulheres evidenciou que muitas são as chefes de suas famílias. Já no contexto das redes de apoio entre mulheres-mães da comunidade, por exemplo, esta se aproxima da noção de maternagem - conceito que irei investigar posteriormente, uma vez que as mesmas realizam o

trabalho do cuidado independentemente do grau de parentesco com as crianças. Ademais, é importante salientar que o trabalho relacionado à maternagem possui caráter circunstancial, vindo a partir de uma situação contextual, e não de uma vocação para cuidar.

Segundo as psicólogas Böing e Crepaldi, “o conceito de maternagem pode ser compreendido como o conjunto de cuidados dispensados ao bebê que visam suprir suas necessidades” (2004, p. 217). A maternagem, estado em que se estabelece um vínculo afetivo do cuidado e do acolhimento de uma criança, independente de vínculos de parentesco, é um papel recorrentemente desempenhado pelas mulheres do Antenor Garcia. Muitas delas, enquanto mães-solo, sustentam-se em suas redes de apoio, com os cuidados de vizinhas, avós e tias de seus filhos/as. Até mesmo a Estrela da Manhã representa este papel da maternagem para o cuidado das crianças, uma vez que não há escolas de educação infantil no bairro.

Dado o contexto de falta de instituições para o cuidado, uma mulher-mãe relatou que no período das férias (entre dezembro e janeiro), trabalhara como babá, atendendo as demandas da comunidade. Naqueles meses, ela cuidou de cerca de vinte e cinco crianças em sua casa, já que a Estrela da Manhã estava fechada. Para que as mães dessas crianças pudessem trabalhar fora, era constante a busca por cuidadoras dentro do bairro. Esta demanda em particular, levou-me a observar o formato das estruturas familiares, que são, em maioria, monoparental feminina simples e extensa²². Para Afonso e Filgueiras (1996), é necessário que contextualizemos a diferença e a diversidade na composição familiar. Em seus termos:

O desconhecimento a respeito da diversidade das formas familiares existentes em favor de uma forçada homogeneização em torno de um só modelo leva a estigmatização de várias formas de família acusadas de desestruturação" por apresentarem particularidades que as afastam do modelo ideologicamente dominante, em particular famílias de classes populares (p. 323).

Desse modo, refletir sobre as formações familiares de mulheres-mães no contexto do Antenor Garcia implica analisar criticamente a estrutura familiar hegemônica, bem como o papel central da maternagem enquanto uma ação coletiva entre mulheres para o cuidado de crianças. Na Estrela da Manhã há um projeto chamado *Mãe Voluntária* em que as mulheres-mães que não trabalham - formalmente - prestam serviços no local. Trata-se de uma rede de apoio e contribuição para com a limpeza, organização e assistência logística dentro da instituição. *Outras instituições não querem a participação de vocês, nós aqui queremos*, comentou a coordenadora, certa vez, em uma reunião com asicineiras da comunidade.

²²As famílias monoparentais simples são aquelas em que há a presença do pai e/ou da mãe no cuidado dos filhos e filhas. Já as famílias monoparentais extensa são aquelas que possuem relações com outros membros de consanguinidade, como avós, primas etc. (Afonso; Filgueiras, 1996).

Próximo ao término das oficinas, era comum algumas mulheres se deslocarem para os banheiros no intuito de auxiliar as professoras com o banho das crianças. Ou até mesmo se atrasarem no começo das aulas, pois prestaram auxílio à equipe com a entrada das crianças, por volta das oito horas da manhã. Observei que ao menos duas a três vezes na semana uma mulher-mãe voluntária fazia-se presente compondo o grupo de trabalho, já que a Estrela da Manhã possui um corpo enxuto de funcionárias.

Segundo a equipe da Estrela da Manhã, o objetivo do projeto “Mãe Voluntária”, assim como os demais projetos da instituição, é o de fortalecer vínculos entre as mulheres e crianças da comunidade, para que elas dialoguem, troquem experiências, saberes e conhecimentos. A dinâmica deste trabalho também evidencia uma certa naturalização do trabalho do cuidado e da maternagem relacionada à figura feminina, sujeitando-as às imagens de controle (BUENO, 2020) que as circunscrevem em determinados papéis de gênero. Além disso, a convivência, o cuidado, e, principalmente, o acolhimento oferecido para e entre as mulheres com o intuito de estreitar os vínculos entre elas e a instituição, reforçam as dinâmicas de suporte e de construção de redes de apoio formada por e entre elas.

2.2 Ela estava distraído bem [a cabeça]. Tão bom isso aqui, sabia?

E aos poucos elas vão se abrindo, vão se sentindo à vontade aqui. E, em matéria de aprender, elas também têm um desempenho bem legal. Relato da professora Célia, em setembro de 2022.

Uma das experiências de cuidado coletivo proporcionadas às mulheres da comunidade foi com o grupo de estagiárias do curso de Psicologia, vinculadas ao Centro Universitário Central Paulista (UNICEP) da cidade de São Carlos. Este grupo era composto por três estudantes, que acompanhavam a oficina de Trança Afro às sextas-feiras pela manhã. Estive presente em um dos encontros, cujo tema era a identificação e associação de sentimentos como a raiva, o medo, a alegria, o amor e a angústia com acontecimentos do cotidiano.

De início, as estagiárias do curso de psicologia, conceitualizam cada um dos sentimentos, e, conforme a explicação dada por elas findava, algumasicineiras traziam suas experiências para a roda, relacionado ao sentimento anteriormente abordado. O diálogo e a abertura para desabafos entre elas possuía um território comum já compartilhado. Durante a roda de conversa, lembro-me de ouvir a professora Célia dizer que *a trança, antigamente, era feita com a pessoa no chão [ajoelhada, apoiando a cabeça sobre as pernas de uma outra pessoa], como forma de acolhimento.*

As estratégias de resistência individuais e grupais das mulheres do Trançando Vidas partem do compartilhar de suas experiências, trajetórias, trocas e redes de apoio mútuo. A noção da mulher negra guerreira também foi associada a sentimentos de pertença e acolhida coletiva. Nesse sentido, pensar a partir do conceito de resiliência processual (PRESTES & PAIVA, 2016) auxiliou na compreensão sobre os recursos e suportes mobilizados entre elas para enfrentar as adversidades com efeitos menos danosos.

A figura da mulher negra guerreira era trazida por elas recorrentemente, para reafirmar a importância do *trabalho duro* e do *esforço* para se alcançar o que deseja. Para as mulheres do Antenor Garcia ver-se enquanto uma mulher negra guerreira as empoderava para seguir adiante, e para não *fugir* das suas condições de existência, como algumas delas descreviam com certa frequência. Ouvir as experiências de outras mulheres guerreiras de sua comunidade as alimentava com forças para caminhar à frente. *A vida da gente não é fácil, mas a gente não pode desistir*, dizia a professora Célia. A ideia de empoderamento (NAILA KABEER, 1999; SRILATHA BATLIWALA, 1994) relacionava-se com o fortalecimento e o acolhimento coletivo produzido entre elas.

Para a antropóloga Cecília M. B. Sardenberg (2006), não há um consenso ao que se entende por empoderamento. A autora argumentou acerca das complicações do uso deste conceito, uma vez que o mesmo é mobilizado por diferentes atores: de agências de cooperações internacionais a movimentos sociais feministas. Ademais, segundo Sardenberg, é necessário localizar os contextos nos quais essa noção é mobilizada. Para agências e órgãos internacionais, esta noção é tida como um instrumento para o desenvolvimento e a democracia. Já para a cientista social e defensora dos direitos da mulher Srilatha Batliwala (1994), de modo sucinto, o empoderamento relaciona-se à noção de interesses estratégicos para a conquista coletiva de igualdade e dignidade. Para a socióloga Sarah Mosedale (2005), este conceito é compreendido enquanto um processo para construção da autonomia, não havendo um estágio de empoderamento “final” ou “absoluto”. Ainda, para a economista Naila Kabeer (1999) empoderamento é o processo através do qual há a capacidade de fazer escolhas estratégicas em se tratando da vida pessoal. Na perspectiva desta economista social, que muito se aproxima da perspectiva trazida pelas moradoras da comunidade Antenor Garcia, o empoderamento implica na possibilidade de produzir alternativas às condições materiais e afetivas de existência em um contexto no qual isso parece negado e impossibilitado.

Ver-se enquanto forte e guerreira as faziam se sentir preparadas para as *batalhas* do cotidiano. Observei como essa noção as aproximava de um sentimento de confiança e fé em si mesma. A imagem da mulher negra guerreira trazia a elas o senso de partilha de um território

comum, que as integrava, ao mesmo tempo em que se compartilhava do fortalecimento e acolhimento mútuo, pois traziam vivências que se assemelhavam a outras mulheres do grupo.

Para as psicólogas Clélia Prestes & Vera Paiva (2016), os vínculos de apoio e acolhimento entre mulheres periféricas e negras têm protagonizado estratégias individuais e grupais de enfrentamento, superação e resistência, como sujeitos de sua vida cotidiana e atrizes sociais. Esses aspectos favorecem processos de resiliência [...]” (p. 680). Para tais autoras resiliência é um processo multideterminado, sistêmico e, principalmente, contextual. Nas palavras da psicóloga Marilza Souza (2009), “a resiliência deixa de ser considerada uma qualidade ou uma capacidade individual para ser compreendida como um processo dinâmico inter-relacional, sistêmico, inserido no contexto histórico, social e cultural” (p. 193).

Desse modo, não me interessa discutir de maneira aprofundada o conceito de resiliência, mas sim compreender quais são as estratégias individuais e coletivas produzidas pelas mulheres moradoras do bairro Antenor Garcia para confrontar as subordinações e desigualdades a qual estão submetidas. Trata-se de evidenciar como a imagem da mulher negra guerreira e da noção de resiliência, bem como os diálogos coletivos são mobilizados pelas oficinairas da comunidade.

Eu acho que é interessante as conversas, porque às vezes é alguma coisa que a gente tá passando... E daí as outras pessoas já comentam o que aconteceu. Como pode ser resolvido... Eu acho bem interessante. Eu gosto bastante, comentou a oficinaira Vitória durante nossa entrevista. É evidente observar, nesse sentido, a função central do acolhimento e das rodas de conversa durante as oficinas enquanto uma ferramenta política e estratégica para o fortalecimento e engajamento dessas mulheres.

No trabalho de campo, a professora Célia me procurou para conversar sobre as demandas (SEGATO, 2021[2013]) do projeto Trançando Vidas, a partir das vivências e dizeres das mulheres como *eu não posso; eu não consigo; isso não é para mim*. Ela perguntou-me sobre a possibilidade de mediar uma roda de acolhimento e autoestima com as mulheres, já que, de minha parte, havia um envolvimento paralelo com terapias e práticas integrativas em saúde. Enquanto realizava a pesquisa de campo, Célia também questionou as minhas impressões sobre os encontros, e quais demandas vindas das oficinairas eu observava, para que nós realizássemos um trabalho em conjunto. Para a professora, era importante *trazer coisas diferentes* com a intenção de fortalecer a comunidade e as mulheres.

Por fim, a roda de acolhimento sugerida por Célia tornou-se um momento dedicado ao autocuidado coletivo de mulheres da oficina de Artesanato, com uma prática de yoga voltada às demandas trazidas por elas. Costumeiramente, elas relatavam sobre a sobrecarga diária de

trabalho, a constante ansiedade, o cansaço e a falta de tempo para cuidarem de si. Nos reunimos em uma manhã, na *sala de espelhos*, para uma roda de acolhimento e cuidado coletivo. As cadeiras de plástico foram organizadas uma ao lado da outra, formando um círculo. Enquanto ajeitava a caixa de som com algumas músicas relaxantes, o orientador social, Mateus, abriu as janelas de vidro para que o ar circulasse pela sala. Apenas duas janelas foram abertas, já que o clima estava nublado e com ventos gélidos. Aquela era uma manhã um tanto fria.

Com as janelas e cortinas ajustadas, cadeiras dispostas em seus devidos lugares e a caixa de som sobre a mesa, Matheus foi chamá-las para a prática. Lembro-me de as recepcionar observando seus olhares demonstrando certa estranheza e curiosidade. Enquanto sentavam, aloquei o caderno com as orientações da prática próximo a mim. Eu as esperava com uma certa ansiedade, buscando produzir um ambiente confortável e inclusivo para todas.

Dispostas em seus lugares, iniciei a aula perguntando se alguém já havia praticado yoga, e se conheciam algo sobre a prática em questão. Todas elas responderam-me que não, então, compartilhei minhas experiências e impressões sobre a filosofia e a prática da yoga, e porquê eu a escolhi para aquela roda de acolhimento. Como muitas diziam sobre o cansaço, a falta de tempo para cuidarem de si e da ansiedade, encontrei na yoga uma ferramenta para conduzir o encontro e a nossa conversa coletiva.



Foto 1. Roda de acolhimento e autocuidado com as mulheres da oficina de Artesanato.

Antes mesmo de iniciar a prática, enquanto conversávamos, mencionei o trabalho da escritora negra Audre Lorde, e o seu legado ao pensar sobre o autocuidado, especialmente o autocuidado de mulheres negras. Trouxe a elas um questionamento feito pela mesma autora:

quem cuida de quem cuida? Para refletirmos inicialmente sobre as demandas em ser mulher, mãe, trabalhadora, cuidadora, dentre outras demais funções²³.

A roda de acolhimento e autocuidado durou cerca de uma hora, dividida em dois momentos: as partilhas coletivas e a prática de yoga, cada uma com cerca de trinta minutos de duração. A prática focou em exercícios respiratórios com algumas posturas para alongar e abrir espaços no corpo. Todas as mulheres participaram da prática, e trouxeram suas impressões no final: *queremos yoga toda semana; foi muito bom; eu gostei*. Ao final, as mulheres relataram acerca dos efeitos que o encontro produziu através de desabafos pessoais por parte de algumas participantes.

Este fortalecimento e acolhimento, no entanto, não se estendia por entre as relações familiares e no ambiente doméstico. Mas ali, durante as oficinas, o papel do cuidado permeava os encontros de forma recorrente. Era comum, nesse sentido, a presença de pacotes contendo rosquinhas, torradas e bolos feitos por elas. Próximo ao final das oficinas, algumas mulheres colocavam sobre a mesa os petiscos fabricados em casa para que as demais conhecessem seus produtos. Desse modo, a economia entre elas circulava, promovendo a venda e a troca de alimentos, produtos e serviços.

2.3 A gente se vira. Corre aqui, corre ali: O conceito de sustentabilidade da vida.

O aspecto econômico das mulheres, bem como de suas famílias dentro da *comunidade* do Antenor Garcia, era marcada por um elevado índice de vulnerabilidade. Muitas eram dependentes de seus maridos e/ ou de programas e auxílios sociais para garantir a alimentação, o pagamento de aluguel e as demais contas, como água e energia elétrica. Nas oficinas, era recorrente os assuntos perpassarem campos como a política e o *dinheiro*, já que *as coisas estavam muito caras ultimamente*. Certa vez, na sala de aula, em meio às conversas e tranças em cabeças e bonecas, asicineiras reclamaram do preço do leite. *Uma caixa de leite custa oito reais. Eu não consigo comprar leite pro meu filho o mês inteiro*. Poucos dias depois, comentaram novamente como *o preço do [sabão em pó] Omo estava caríssimo. Tá tudo caro*. Os preços inflacionados de itens básicos nos supermercados era uma questão frequente entre elas.

²³ Sobre a escritora e ativista Audre Lorde e a questão do autocuidado feminino:

<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/quem-foi-audre-lorde-e-o-que-ela-nos-ensina-sobre-autocuidado-feminino/>. Acesso em: 03 fev 2023.

O país, com uma taxa de inflação acima de 8% no ano de 2022²⁴, fez com que muitas mulheres e suas famílias perdessem ainda mais o poder de compra. Quando conversava com elas sobre a vida econômica no contexto doméstico, algumas contaram-me que *o dinheiro que fica, ela compra coisas para casa*. Conce, uma das oficinairas, comentou ainda *que os armários [de sua casa] estão todos vazios. O dinheiro que chega vai para o mercado. Tudo está mais caro, e o preço [está] subindo*.

Foi a partir dos comentários expostos que uma aluna idealizou uma brincadeira, a *amiga alimentação*. A proposta era realizar uma modalidade alternativa da “amiga secreta”, já que os preços dos supermercados estavam muito abusivos. *Cada uma traz um óleo, um café... Tá tudo tão caro*, disseram. Marina, ao ouvir tais conversas, afirmou: *A gente tem que olhar para a gente; para dentro da nossa casa. Você está conseguindo pagar sua casa? Seu carro?* A professora Célia, por fim, relatou durante sua entrevista que, para ela, as dificuldades financeiras surgiram após o mês de março e abril de 2022, pois *os seus clientes não vieram tanto* [para o salão]. Segundo suas análises e observações, o arsenal de clientela que compareceu uma vez a cada três meses reduziu, pois os *custos de vida* aumentaram muito no último semestre, e, *entre trançar o cabelo e comprar um pacote de arroz e feijão*, é sabido que a alimentação foi priorizada.

Outro assunto recorrente era acerca do cuidado do filho, da casa, do marido e da família. Como disseram: *o pobre tem que cuidar*. Seja na *sala de espelhos*, local onde as rodas de conversa e discussões históricas sobre o ato de trançar aconteciam, ou na sala de aula, onde as mulheres trançavam as *cabeças* de pessoas e *bonecas*. Enquanto conversavam na sala de aula, muitas ouviam seu filho/a brincando no pátio da Estrela da Manhã. E, em meio a esse contexto, elas ainda descreviam as brigas entre irmãos, os problemas domésticos, a ausência do progenitor e pai da(s) criança(s), bem como a ausência de uma rede de apoio.

Junto ao cuidado de crianças, também havia a educação, o trabalho doméstico, a necessidade de *fazer dinheiro*. Algumas avós tornaram-se cuidadoras de seus netos, e recebiam salário por isso. As demais trabalhavam como faxineira, manicure, e a venda de doces e torradas. Para Silvia Federici (2021),

O trabalho doméstico, na verdade, é muito mais que a limpeza da casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar de nossas crianças - futura mão de

²⁴ Inflação dos alimentos é a maior até setembro desde o início do Plano Real. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/10/inflacao-dos-alimentos-e-a-maior-ate-setembro-desde-o-inicio-do-plano-real.shtml/>> . Acesso em 19 out 2022.

obra -, ajudá-la desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo espera delas (p. 28-29).

Durante o campo, foi perceptível que o seu envolvimento com o mundo do trabalho era a partir do cuidado, e de funções entendidas como “femininas”. As fontes de renda das mulheres partem da venda de balas pelos sinaleiros da região, em casas pelos bairros próximos, e do ofício de designer de sobancelhas. Muitas, se não todas, recebem auxílios governamentais, como o auxílio Emergencial, auxílio Gás e auxílio doença. Essa *ajuda do governo*, como referem-se, foi imprescindível para a manutenção e sustentabilidade da vida, já que os trabalhos informais no qual atuam não garantem um salário fixo.

A lógica da sustentabilidade da vida abarca majoritariamente as esferas de atividade econômica não remunerada. Atrelado às práticas de movimentos sociais, movimentos de mulheres indígenas do sul e a economia solidária, a sustentabilidade da vida traz em sua terminologia uma relação de manutenção da vida em sua ampla teia de ontologias e ecologias. Tal conceito é abordado por Amaia Pérez Orozco (2006 [2012]) e Yayo Herrero (2014). Além de outras pesquisadoras, como Silvia Federici (2010) e Yuderkys Espinosa Minoso (2014), que constroem uma reflexão acerca dos feminismos decoloniais, do ecofeminismo e da economia feminista. Desse modo, pode-se descrever o campo da sustentabilidade da vida abarcando pelo menos três grandes campos teóricos, cujo eixo são as relações e a interdependência do cuidado. Segundo Amaia Orozco,

Se atribuímos à sustentabilidade da vida (ou seja, os processos sociais de satisfação de necessidades) o estatuto de categoria central de análise, a primeira pergunta que surge é: de quais necessidades estamos falando? A economia feminista contribui para esse enfoque, entre outras questões, com a ênfase nos trabalhos não remunerados e nas esferas não monetarizadas da economia. Por “cuidados” podemos entender a gestão e a manutenção cotidiana da vida e da saúde, a necessidade mais básica e diária que permite a sustentabilidade da vida (2006 [2012], p. 53.).

Pensar a sustentabilidade da vida enquanto um processo de gestão e manutenção cotidiana da vida e da saúde traz em destaque a importância do movimento de mulheres indígenas e camponesas, de setores da agroecologia e do trabalho com e na terra pelos povos tradicionais e quilombolas. Desse modo, entende-se por sustentabilidade da vida a noção de que a manutenção da vida não existe sem o cuidado, e que, histórica e culturalmente este cuidado é distribuído às mulheres devido ao patriarcado e a dominação masculina.

O conceito de sustentabilidade da vida foi elaborado a partir de noções vinculadas ao cuidado, e também relacionadas ao sistema patriarcal. Para a antropóloga Yayo Herrero e a economista Amaia P. Orozco, pensar em sustentabilidade da vida é pensar, sobretudo, em uma

vida que se sustente ecológica e economicamente sem extorquir, dominar e hierarquizar corpos, seres e/ ou a natureza, entendendo-a apenas enquanto um recurso. Amaia Pérez Orozco (2006 [2012]) colocou ainda que nessa perspectiva a aposta estaria em exigir uma “lógica ecológica do cuidado”²⁵.

Há um ponto em questão extremamente relevante ao tratarmos acerca do que é compreendido como uma lógica ecológica do cuidado, que é a ideia de interdependência, pois foi a lógica do cuidado que permitiu sustentar a vida. Nas palavras de Carrasco (2001), “é necessário reconhecer que os cuidados não remunerados têm sido, historicamente, os que permitiram sustentar a vida no dia a dia, e que funcionaram como “a mão invisível da vida cotidiana” (p. 16).

A economia feminista e a economia ecológica - duas visões heterodoxas inscritas na economia crítica - têm discutido acerca das imbricações entre economia, ecologia, e as pautas e teorias feministas, que envolvem a noção de cuidado e a do trabalho não remunerado. Nesse ponto em questão, a antropóloga Yayo Herrero (2014) argumentou que “temos um problema civilizatório: ter construído a organização material das sociedades contra a natureza, da qual fazemos parte, e contra os vínculos e as relações que sustentam a vida” (p. 12).

Nesse sentido, reforço que as bases fundantes da economia feminista bem como da economia ecológica são imprescindíveis para contextualizar e alijercar os pilares em torno da sustentabilidade da vida. A partir de uma visão feminista, ecológica e econômica, a sustentabilidade da vida propõe a via da ecodependência e da interdependência. Segundo a antropóloga Herrero (2014), “a economia ecológica aponta a inviabilidade de um metabolismo econômico que desconsidera os limites biogeofísicos e os ritmos necessários para a regeneração da natureza (p.19)”.

Os diálogos entre a economia feminista e a economia ecológica possibilitou uma riqueza conceitual e política, pois ambas analisam e valorizam, separadamente, processos, elementos, sujeitos e ecologias que foram considerados inferiores pelo pensamento capitalista-moderno e androcêntrico. A economia geral ignora o caráter eco e interdependente da vida, ainda que isso seja imprescindível para as ecologias humanas e não humanas. Para Herrero,

A redução do campo do valor a aquilo que é exclusivamente monetário transforma a noção do que é objeto de estudo econômico, descartando, assim, a complexidade da regeneração natural e de todos os trabalhos humanos que não fazem parte da esfera mercantil, que se tornam invisíveis (Herrero, 2014, p. 22)

²⁵ Nesta discussão em particular, cabe ressaltar as contribuições mais recentes de autoras como a filósofa Maria Puig de la Bellacasa (2017) e a antropóloga Anna Tsing (2015), ao tratar da interdependência entre atores humanos e não humanos enquanto política vital para uma sobrevivência colaborativa.

Os trabalhos (invisíveis) do cuidado que sustentam a manutenção da vida na comunidade Antenor Garcia tensionam-se entre práticas econômicas remuneradas e as práticas não remuneradas. Qual o valor do cuidado afetivo? Quais são as linhas que delimitam as fronteiras do trabalho do cuidado? Essas são questões relevantes para o campo em questão. Por fim, cabe ressaltar que nem a economia feminista nem a economia ecológica são perspectivas totalizantes. Cada uma dessas perspectivas, de forma situada, trazem contribuições extremamente necessárias, mas que não são suficientes. Ambas se mantêm em diálogo, abarcando outros debates que perpassam o campo econômico e demais categorias que atravessam esta pesquisa, como trabalho e raça.

2.4 Só quem faz sabe o valor que tem: a feitura dos trabalhos artesanais e manuais.

Recordo-me do dia em que as oficineiras aprenderam a trançar os cabelos com fios de lã. Antes do *treino nas cabeças*, duas a três mulheres se reuniram em torno de uma boneca para praticarem juntas. Elas dividiram os cabelos em quatro partes, onde cada uma segurava uma dessas partes do cabelo para que a outra oficineira pudesse trançar. Elas estavam em um círculo em volta da mesa, algumas praticavam em pé, outras sentadas. O sol atravessava as frestas da janela de vidro, no alto da parede. Os gritos das crianças adentravam a sala, enquanto elas organizavam-se para trançar, conversando sobre suas casas, desavenças familiares e a necessidade de *fazer dinheiro*.



Foto 2. Duas mulheres juntas aprendendo a trançar cabelos com fios de lã.

Era comum, tanto nas oficinas de Artesanato quanto nas oficinas de Trança Afro, ouvi-las comentar acerca do tempo, da paciência e do trabalho que o fazer manual exigia. Lembro-me de que, em um dos meus primeiros dias de pesquisa de campo junto às oficineiras do curso de Artesanato, as observei preparando uma massa de *biscuit* para fazer bonecos e decorações para alguns vasos de metal. A massa estava bastante endurecida e, antes de usá-la, era preciso pressioná-la muitas vezes sobre a mesa para que ficasse macia e amolecida. Minutos após o início da oficina algumas alunas reclamaram, afirmando estar a dois dias nesse processo. Outras mulheres, ao ouvir as reclamações, disseram: *agora eu sei porque o pão [artesanal] é caro. Só quem faz sabe o valor que tem.*

Discussões em torno do valor e da valorização do trabalho eram frequentes entre elas. As professoras dos cursos de Artesanato e Trança Afro afirmavam que a identificação do valor do tempo, da dedicação e dos gastos para a feitura de um trabalho artesanal, ou da trança *nas cabeças* era imprescindível para que as vendas fossem vindouras. Durante a pesquisa de campo, pude observar através das reações das alunas, como o ato de atribuir um preço para os seus serviços e produtos era desafiador para a maioria delas.

A professora Célia afirmava com recorrência para as oficineiras a necessidade de *valorizar o trabalho* [com as tranças]. E continuava: *Não é porque a gente mora no Antenor que a gente vai cobrar R\$10,00. O preço está muito abaixo comparado a lá em cima.* Célia, como muitas das alunas, era uma mulher negra que trabalhou como faxineira por muitos anos de sua vida. Foi através do seu trabalho e da sua *paciência* que, hoje, ela *vive das tranças*. Era notável como sua trajetória era uma fonte de inspiração para as mulheres. Célia sempre às lembrava: *tem que ter paciência. Tem que ter paciência para cobrar. Tem que ter paciência para vender. Se você consegue vender, você aumenta sua autoestima, você fica feliz. Resolve os seus problemas.* Uma das oficineiras, afetada pelas palavras da professora, comentou para o restante do grupo: *nós, mulheres negras, precisamos mudar nossa história, sair da faxina.*

Nesse sentido, o acesso a espaços formativos como escolas e faculdades, bem como o vínculo empregatício eram caminhos para a produção de outras condições materiais de existência, o que consequentemente, afetava em aspectos subjetivos. *Aumentar a autoestima*, como narrou Célia, proporcionado pela venda de serviços e pelo trabalho, manifestava-se como uma faísca inicial para a abertura de fendas - ou frestas, a nível pessoal e coletivo.

Tais fendas, no entanto, imbricavam-se nos ambientes pelos quais as mulheres exerciam seus trabalhos, geralmente em suas casas. Neste espaço-casa, a convivência e as “regras” atravessavam outros sujeitos, como seus maridos, sogras e filhos, tecendo, assim, outros modos de sociabilidade dentro deste espaço. A casa, ora evidencia a reprodução sexual do trabalho, ora produz maneiras outras de se relacionar com cômodos, calçadas, garagens e muros, que serão descritos adiante no capítulo 3.

3. A função do Estado na divisão sexual e racial do trabalho.

O trabalho do cuidado é uma ocupação imperativa entre as mulheres do Projeto Trançando Vidas. Seja o serviço doméstico, a lida com filhos e parentes, ou até mesmo com a prestação de serviços que envolvem bem estar, estética pessoal e o cuidado de crianças. Tais funções, segundo relatos etnográficos, ocorrem em um ambiente habitual para elas: geralmente em suas casas ou nas casas de suas clientes. Ao longo da pesquisa de campo, pude observar que a casa configura não apenas um local privado, mas também público. Foi neste espaço, especificamente na garagem, que trançavam cabelos de colegas, e acolhiam dez a quinze crianças enquanto babás. Ou até mesmo em uma sala de estar, para realizar o trabalho de manicure.

A antropóloga Antonádia Borges (2016), em sua investigação acerca da agência de mulheres em redes de ação coletiva na África do Sul, como as de caráter político-partidário, matriz religiosa e associações não governamentais, observou que as mulheres produziam transformações na própria concepção sobre gênero, e no significado de desigualdade de gênero em seu campo de pesquisa. A atuação pública e ativa das mulheres fez com que Borges tomasse a "casa" enquanto um espaço não demarcado apenas como lugar privado, exclusivo, conseqüentemente, apartado do espaço público.

O trabalho do cuidado e a rede de relações tecidas entre as mulheres do Antenor Garcia também incidem sobre a dicotomia público e privado, uma vez que suas casas são espaços coletivizados para desempenhar trabalhos remunerados, assim como os trabalhos de cuidado e manutenção doméstica. Ao circular pelo território, pode-se observar algumas calçadas com duas a três cadeiras disponíveis para a vizinhança, e em como os portões se mantêm abertos frequentemente. Há casas com pilhas de materiais reciclados e entulhos pela frente. As calçadas e garagens, nesse sentido, são pontos de encontro entre crianças, jovens e adultos. Como argumentou Borges (2016),

[...] podemos perceber que as casas não se tratam de espaços privados, exclusivos, e conseqüentemente separados do espaço público – este, sim, “comum”, tanto no sentido de pertencer a todos (ou quase todos), como de ser regido por regras mais ou menos compartilhadas que tornam o convívio entre estranhos viável (p. 217).

Durante as oficinas, uma das participantes, Dulce, relatou que na casa de sua sogra, onde mora, também habitam outras três crianças, além de seu filho e companheiro. O irmão de seu marido e a sua esposa também dividem o espaço. Ela nos contou das “regras” e da

organicidade da casa, dominada pela sua sogra, e os constantes desentendimentos com os demais familiares. Apesar das regras compartilhadas, como mencionada pela antropóloga no trecho acima, Dulce reclamava do fato de não receber amizades e clientes dentro de sua casa, já que não havia permissão de sua sogra. Ainda, frisava como os outros moradores eram *folgados* por não a ajudarem com os trabalhos domésticos.

A “casa” das moradoras da comunidade Antenor Garcia é, assim, um ambiente público-privado, podendo ser caracterizada enquanto híbrida, onde as relações de trabalhos ditos “formais” e os trabalhos ocultos da vida doméstica são executados. Ao abordar o trabalho doméstico, Silvia Federici (2018) enfatiza a casa enquanto um local privado e familiar servindo à manutenção e à perpetuação da dominação patriarcal, de classe e de gênero. Não há, desse modo, uma divisão equânime do trabalho doméstico, como argumentado por Federici. No contexto do bairro Antenor Garcia, alguns maridos administram os bares na garagem de suas casas, recebendo clientes e colegas; as esposas permanecem na parte interna da casa. Essa dinâmica demonstra a diferença entre o que se entende por trabalho remunerado, e o trabalho invisível do cuidado doméstico e familiar realizado por mulheres, ambos neste espaço-casa.

Nádia Araújo Guimarães (2016) mostra as contradições envolvendo a mercantilização do trabalho de cuidado e da categoria “cuidadora”, emergente no Brasil por volta de 1990. Segundo Guimarães, uma das implicações do trabalho do cuidado não remunerado são as relações de valoração do amor e do afeto. A discussão em torno desse tema, segundo a autora, são as ambiguidades da casa enquanto mercado, amor enquanto trabalho, e a suposta “naturalização” das profissões ditas “femininas”.

O conceito de trabalho oculto mencionado por Federici (2019), com o intuito de caracterizar o trabalho exercido por milhares de mulheres para a manutenção e sustentabilidade da vida doméstica. Este trabalho do cuidado não remunerado (LOPATE, 1974), envolve a logística de manter crianças com as vacinas em dia; o acompanhamento de suas tarefas escolares; a rotina de levá-las à escola; alimentá-las, dentre outras funções. Nesse sentido, Federici (2018) argumentou que, “por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas” (p. 58).

Estender-se em inúmeras partes para assegurar a sustentabilidade da vida familiar, enquanto prestadoras de serviço e realizando o trabalho oculto do cuidado demarca o que Lélia Gonzalez (1982; 2020) denominou como divisão sexual e racial do trabalho. Este

cenário é circunscrito pelos marcadores de gênero e raça, que as engendram enquanto cuidadoras, babás e empregadas domésticas (VERGÈS, 2020).

3.1 Não tem pra onde correr: Divisão racial e sexual do trabalho

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD-C) realizada pelo IBGE, em 2018, 93% dos postos de trabalho doméstico eram ocupados por mulheres; destas, 67% se autodenominavam negras” (COSTA, SANTOS & RODRIGUES, 2022, p. 266). Para discutir o contexto em que essas mulheres trabalhadoras domésticas e em serviços ditos informais estão inseridas é preciso, por meio de uma abordagem interseccional, compreender as interações entre gênero, raça e classe (ALMEIDA, 2019; DAVIS, 2016a [1981]) na divisão racial e sexual do trabalho (GONZÁLEZ & HASENBALG, 1982). Este entrecruzamento edifica estruturas de desigualdades que se articulam e produzem os contextos socioculturais no qual estão inseridas.

É importante destacar que tais categorias não estão isoladas ou até mesmo fixas, pelo contrário, elas movimentam-se e se cruzam a outras categorias, que são sustentadas pelas relações sociais e simbólicas perpetuadas temporal e culturalmente, e se expressam nas bases materiais, como o trabalho. Para Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982), o lugar da mulher negra na divisão social, sexual e racial do trabalho tem se fixado, historicamente, nas atividades manuais ligadas à reprodução. “Na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como seu lugar na força de trabalho” (Gonzalez, 1982, p. 96).

As experiências e trajetórias das mulheres no projeto Trançando Vidas refletem os dados acima, como evidenciam seus relatos acerca das experiências com a faxina nas casas em que trabalhavam. Muitas diziam que não abaixavam a cabeça, e que não aceitavam humilhações. Uma delas nos contou quando, após o fim do expediente, recebeu uma marmita que estava há, pelo menos, cinco dias, segundo ela, guardada na geladeira. A senhora da casa em que trabalhava, perguntou se desejava alimentar-se no local. Rose, que se encontrava com muita fome após um dia de faxina, foi até a geladeira, a abriu e encontrou um pote em uma das prateleiras, na parte superior. Ao abrir a vasilha reparou as condições em que a comida estava - prestes a estragar, seca e com um cheiro desagradável. Nos contou a reação que teve no momento, um tanto de indignação e enjôo pelo alimento que foi ofertado a ela.

Para Costa, Santos e Rodrigues (2022), tais experiências demarcam resquícios do colonialismo e da escravidão nas relações de trabalho, bem como a permanência da colonialidade do poder por parte das estruturas sociais, institucionais e do pacto da branquitude entre pessoas brancas (BENTO, 2022). Para a autora, uma das marcas do pacto da branquitude é a hierarquização das relações entre negros e brancos.

Segundo a psicóloga negra Cida Bento (2022), essa transmissão atravessa gerações para a perpetuação de um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visam manter seus privilégios. O pacto da branquitude contém um componente narcísico, de autopreservação, como se o “outro”, o “não-branco”, o “diferente” ameaçasse o “normal”, ou “universal”. Para ela, o sentimento de medo e ameaça está intrínseco ao preconceito, e da representação que é feita do “outro” e do modo como reagimos a ele.

Valeriano e Tosta (2021), em seu trabalho enquanto domésticas da cidade de Goiânia, mencionam que uma delas comentou sobre o destino da mulher, que é o *tanque e o fogão*. E acrescentou situando a mulher preta e pobre, que, segundo ela, “*não tem outra: vai ser doméstica (p. 415)*”. E ainda diz, “*não é o que eu queria, mas fazer o quê? Não estudei. A patroa é estudada. Pra mim só restou isso (p. 415)*”. O comentário não é o que eu queria em relação ao trabalho doméstico se aproxima da fala de uma das oficineiras do curso de trancista, ao mencionar a relevância dos estudos para *sair da faxina*. É interessante observar, ao analisar as duas falas, o lugar partilhado entre mulheres negras e mulheres periféricas de que não há outra possibilidade de trabalho: *pra mim só restou isso*. Conce, aluna da oficina de Trança Afro, durante a entrevista, afirmou ainda como *não tem pra onde correr*.

Não tem pra onde correr aproxima-se do conceito de confinamento de mulheres negras (GONZALÉZ, 2020 [2020]) na relação com a divisão racial do trabalho, este como sendo uma “articulação ideológica incorporada e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, [o racismo] é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição” (p. 34). Nesse sentido, para a antropóloga, o racismo, enquanto articulação ideológica alinhada a um conjunto de práticas, demonstra sua eficácia na medida em que estabelece a divisão racial do trabalho.

Junto à divisão racial do trabalho, há também a divisão sexual do trabalho, que confina, nos termos de Gonzalez, mulheres, e particularmente mulheres negras, a trabalhos de cuidado num campo ambíguo entre a remuneração e a não remuneração. As implicações de gênero neste trabalho podem suscitar ainda no trabalho afetivo, emocional e psicológico, vide

as marcas deixadas pelo período escravista com as amas de leite, também conhecidas como mães pretas²⁶.

Para a socióloga Hirata (2016), tais dimensões refletem a complexidade do trabalho doméstico e do cuidado enquanto a dificuldade em apreender as fronteiras entre suas diferentes dimensões: o afeto, as emoções, o amor - já mencionados acima, como não sendo apenas do domínio exclusivo das famílias; e o cuidar, o fazer, as técnicas de maternagem não apenas cercados pelo domínio exclusivo das trabalhadoras do cuidado.

Desse modo, discutir a interseccionalidade entre raça e gênero no campo do trabalho evidencia uma complexa teia de relações entre empregadas domésticas, o trabalho do cuidado remunerado e o não remunerado, discriminações e as imagens de controle, conceito discutido pela socióloga estadunidense Patricia Hill Collins (2019 [2000]), nas quais essas mulheres foram - e estão - submetidas.

3.2 Entre o público e o privado, o doméstico e o não doméstico.

Na literatura feminista sobre trabalho do cuidado e economia do cuidado, é comum a presença de termos de diferenciação como trabalho doméstico e trabalho do cuidado, trabalhos remunerados e trabalhos não remunerados. Neste subcapítulo, revisito tais noções para discuti-las, com o intuito de dissolver - ainda que parcialmente - essas dicotomias. Confiro atenção particular às dimensões do trabalho e da casa enquanto um ambiente público e privado, já que as noções de públicos e privados, casa e trabalho são pressupostos que nortearam as argumentações de autoras apresentadas em capítulos anteriores.

Analisar as dimensões do que é compreendido enquanto trabalho oculto e da casa como um espaço que transborda o campo privado, demonstrou durante a pesquisa a necessidade de revisão destas discussões, uma vez essas dicotomias foram borradas e desdobradas durante o processo de trabalho e análise dos materiais de campo.

Refletir acerca do conceito de trabalho oculto em relação ao trabalho do cuidado, que aqui abarca o cuidado em suas diferentes esferas, como a doméstica e a de maternagem, articula-se às dimensões opressivas, segundo Davis, relacionadas a essa modalidade de trabalho que não é “nem estimulante, nem criativo, nem produtivo” para homens e mulheres,

²⁶ No período colonial, as amas de leite eram mulheres escravizadas que amamentavam bebês senhoriais quando a mãe progenitora não queria amamentar, ou estava impossibilitada de fazê-lo. Em vários casos, essas mulheres pretas eram afastadas de seus filhos para que pudessem ‘criar’ os bebês senhoriais.

Informações acessadas no trabalho “Amas na fotografia brasileira da segunda metade do século XIX”, de Sandra Sofia Machado Koutsoukos. Disponível em: <<https://www.studium.iar.unicamp.br/africanidades/koutsoukos/index.html>> Acesso em: 28 fev 2023.

especialmente mulheres negras (p. 226, 2016, [1981]). Este pensamento contrasta certas narrativas de oficinas, já que as mesmas atribuem significados e sentidos outros às suas ocupações.

Friedrich Engels (1984 [1884]) argumentou que a desigualdade sexual presente no século XIX, não existia antes do advento da propriedade privada. Angela Davis, nesse sentido, defendeu que “durante as primeiras eras da história da humanidade, a divisão sexual do trabalho no interior do sistema de produção econômica era complementar, e não hierárquica” (2016 [1981], p. 227). Segundo a autora, foi no século XIX com o surgimento da burguesia e da classe média emergente que a “dona de casa” surgiu. A figura da “dona de casa” refletia uma realidade parcial, de mulheres brancas como símbolo de uma prosperidade emergente da época.

Já as mulheres negras trabalhavam sob a coerção da escravidão, segundo Davis. Para a socióloga Angela Figueiredo (2020), “as reflexões de Angela Davis (2016 [1981]) contestam a construção homogeneizante da categoria mulher, pois para ela, durante a escravidão, as mulheres negras foram, acima de tudo, trabalhadoras” (p. 11). A autora africana Oyèrónké Oyěwùmí (2017), também discutiu a naturalização das categorias mulher e gênero como conceitos que refletem as experiências ocidentais do mundo. Muitas mulheres negras trabalhavam fora, ressaltando o fato de que não eram “apenas donas de casa”, mas que, historicamente, estiveram imersas nas tarefas de cuidado. Como o contexto cultural e sócio histórico de mulheres negras está diretamente interseccionado pelas relações de gênero, classe e raça, as dicotomias entre público e privado acabam tendo suas fronteiras borradas. Nesse sentido, Angela Davis ainda argumentou:

Assim como seus companheiros, as mulheres negras trabalharam até não poder mais. Assim como seus companheiros, elas assumiram a responsabilidade de provedoras da família. As qualidades femininas não ortodoxas da assertividade e da independência - pelas quais as mulheres negras têm sido frequentemente elogiadas, mas mais comumente censuradas - são reflexos de seu trabalho e de suas batalhas fora de casa (p. 233, 2016 [1981]).

Aqui, tomamos como base as reflexões sobre trabalho e as relações dentro e fora de casa tratadas por Davis. O conceito de trabalho a partir de determinada literatura ocidental está associado com o sujeito que “realiza uma certa atividade produtiva pela qual auferem um salário, isto é, o preço do trabalho dentro do mercado laboral”²⁷. Não me interessa aqui realizar uma vasta investigação teórica acerca da categoria trabalho, mas sim apresentar como

²⁷ Equipe editorial de Conceito.de. (6 de Dezembro de 2010). Atualizado em 7 de Junho de 2022. *Trabalho - O que é, conceito e definição*. Conceito.de. <https://conceito.de/trabalho>. Acesso em 18 jul 2023.

esta noção desloca-se para dimensões outras na materialidade da vida de mulheres negras, particularmente, das mulheres-oficineiras do Antenor Garcia. O trabalho ora é veiculado como fonte de renda, ora é transpassado pelos vínculos e redes de cuidado. Em determinados contextos estes são remunerados, em outros não, como já citado em capítulos anteriores. Certas atividades, inclusive, não são classificadas como trabalho para algumas mulheres, vide que em uma das falas acerca do período pandêmico, disseram: *eu praticamente não trabalhei*.

Mesmo diante das discussões feministas sobre trabalho invisível e trabalho oculto, questiono-me o que seria considerado trabalho para minhas interlocutoras de pesquisa. Quais são as suas relações com o que é compreendido na literatura como trabalho do cuidado. Como se deu a vinculação com suas casas, tendo em vista as diferentes extensões que este espaço mobilizou, enquanto comércio, bar, ambiente para prestação de serviço e *cultos* religiosos. Assim como suas relações com os demais familiares e *bichos* ali presentes.

Tais extensões, ambiguidades e dimensões da casa foram alvo de discussões com certas autoras do campo dos estudos de gênero (PATEMAN, 1996; OKIN, 2008), ao refletirem sobre a dicotomia público e privado na esfera doméstica. Nesse sentido, para a filósofa política Susan Okin (2008) que investigou as configurações históricas das relações público-privado a partir de uma perspectiva de gênero, tais

Distinções entre público e privado têm tido um papel central, especialmente na teoria liberal – “o privado” sendo usado para referir-se a uma esfera ou esferas da vida social nas quais a intrusão ou interferência em relação à liberdade requer justificativa especial, e “o público” para referir-se a uma esfera ou esferas vistas como geralmente ou justificadamente mais acessíveis (p. 305).

Já para a filósofa Carole Pateman (1996), “as feministas rejeitam a alegação de que a separação entre privado e público é resultado inevitável das características naturais de gênero [...] Portanto, a separação entre público e privado é restabelecida como uma divisão dentro da própria sociedade civil, dentro do mundo dos homens (p. 59). Ainda em relação às ambiguidades e extensões envolvendo casa, trabalho e a dicotomia público e privado, as autoras Selfa & Spinelli (2018) discutiram acerca dessas concepções em se tratando dos efeitos materiais na esfera doméstica. Para as pesquisadoras, baseado na filósofa política Okin, “o público e o doméstico [privado] não são esferas separadas, mas duas partes de uma mesma realidade impossíveis de serem compreendidas de forma isolada” (2018, p. 23). Nesse sentido, as autoras propõem uma reformulação da organização familiar, ao considerar esta enquanto um aspecto central da constituição e produção da vida doméstica.

Nas extensões que se dão dentro do lar é importante frisar que essas dimensões entre o público e o privado seriam interseccionadas por uma série de vinculações dadas neste ambiente, como o território, os espaços da casa, a formação do núcleo familiar, incluindo questões de gênero, cor e classe. Ademais, em se tratando de mulheres negras no âmbito doméstico e nas relações de trabalho, Angela Figueiredo (2011) defendeu que há “o estabelecimento de regras cotidianas pautadas no desrespeito e na exploração dos corpos, do tempo e da negação do direito à vida “privada” das trabalhadoras domésticas” (p.92). Nesse sentido, se faz necessário localizar as multidimensionalidades para situá-las (HARAWAY, 1995) em um campo de análise e configurações.

A exploração e a negação do direito à vida privada, seja ela no âmbito doméstico e/ou pessoal, vincula-se a certos relatos de mulheres da comunidade, uma vez que essas foram submetidas às demandas de seu marido, família e trabalho de cuidado. Tais vinculações fazem parte de sua *função*, que era o de apoiar sua família e estar disponível para o trabalho, concomitantemente. No entanto, as oficineiras também comentavam sobre certas angústias vivenciadas no âmbito doméstico, ao sentir sua privacidade violada por seus maridos. Dadas as descrições etnográficas, observei que as contradições da dicotomia público e privado, seja no espaço material e simbólico da casa, seja no âmbito pessoal seguiram com ambiguidades,

[...] Resultando diretamente das práticas e teorias patriarcais do passado, que têm sérias consequências práticas – especialmente para as mulheres. A divisão do trabalho entre os sexos têm sido fundamentais para essa dicotomia desde seus princípios teóricos [...] “Público/privado” é usado tanto para referir-se à distinção entre Estado e sociedade (como em propriedade pública e privada), quanto para referir-se à distinção entre vida não doméstica e vida doméstica (Okin, 2008, p. 306-307).

Segundo apontamentos da autora, a divisão sexual do trabalho foi fundamental para que a dicotomia público/privado se estabelecesse no interior do Estado e da sociedade. Repensar tais categorias como unicamente associadas à vida doméstica e à vida não doméstica, como mencionado por Susan Okin, revela linhas outras, como argumentadas por Davis (2016 [1981]), em se tratando da historicidade de mulheres negras e as controvérsias entre o público e o privado. Tais controvérsias produzem frestas que possibilitam refletir acerca do Estado enquanto um articulador da esfera doméstica (privada) e não doméstica (pública) para a produção de cuidado.

Neste contexto, me refiro ao Estado enquanto um agente mobilizador das diferentes dimensões do cuidado - situado no âmbito doméstico e não doméstico, no interior da vida familiar. Considero, assim, como políticas estatais podem articular-se com associações de bairro, movimentos de mulheres, cooperativas para fomentar redes de manutenção e

sustentabilidade da vida. Desse modo, examino como o Estado pode compor junto às famílias em suas distintas formações e núcleos, com a intenção de atender demandas existentes em relação ao trabalho de cuidado, que é historicamente vinculado às mulheres devido a divisão sexual e racial do trabalho.

5.3 Estado Cuidador

O contexto pandêmico e suas implicações na vida pessoal e familiar foi inevitável nas falas de Célia, Conce e Helô - mulheres entrevistadas no trabalho de campo. Perguntei a elas como estavam nesse período, em se tratando de aspectos materiais e financeiros. Conce e Célia comentaram sobre o acúmulo de dívidas, já que o *benefício* - Auxílio Emergencial - não custeou os gastos para manutenção da vida doméstica. A oficineira Helô contou sobre o uso recorrente de cartões de crédito para que ela e sua família pudessem comprar mantimentos e custear as demais contas mensais. Em suas palavras:

Tivemos bastante dívida. Porque daí naquele tempo tinha liberado o auxílio emergencial, né? Começaram a liberar cartão de crédito. Então nós sujamos o nome com uns três cartões de crédito. Porque [...] Não tinha da onde tirar o dinheiro, então era dali. Era... era, tipo assim, era Banco do Brasil, Caixa (Entrevista com Helô, em outubro de 2022).

Matos et al. (2022) evidenciaram em seu artigo aqueles e aquelas diretamente afetados pelo contexto pandêmico: as populações vulneráveis, pobres, periféricas e indígenas expostas ao vírus em seus territórios e em locais de trabalho. O *benefício*, para Conce e Helô foram imprescindíveis na lida com a pandemia, mas de longe foram suficientes. Dessa forma, se fez necessário recorrer para as linhas de crédito, ações socioassistenciais das OSC's e da Assistência Social da comunidade.

Este retrato local, somado à falta de políticas públicas direcionadas ao combate à pandemia, desenhou o agravamento do país em relação a situação de insegurança alimentar da população, retornando ao Mapa da Fome no período pandêmico, no qual o Brasil havia saído desde o ano de 2014²⁸. Um exemplo disso se deu no início de 2023, quando veio a público a morte do povo Yanomami nos noticiários: “Entre 2019 e 2022, 177 indígenas do povo

²⁸ Informações retiradas do site:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>. Acesso em 23 jul 2023.

yanomami morreram por algum tipo de desnutrição, segundo dados do Ministério da Saúde”, divulgou a BBC News Brasil²⁹.

Descrevo esse cenário para situar as circunstâncias políticas e socioeconômicas a nível estatal, que refletiram na comunidade Antenor Garcia. Enquanto discuto acerca das redes de cuidado e seus desdobramentos na vida de mulheres-oficineiras, é necessário situar a conjuntura política, para analisar as dissonâncias e contradições de políticas públicas em se tratando de aspectos materiais que envolvem o cuidado e o trabalho do cuidado em território nacional e local. Nesse sentido, o Estado enquanto um agenciador do cuidado possuiria o intuito de garantir as condições materiais de existência, considerando as diferenças e necessidades dos arranjos familiares.

Conce, uma das interlocutoras de pesquisa, comentou sobre a falta de cuidado do Estado para garantir as políticas socioassistenciais de acesso à informação, alimentação e auxílios. *Aí tu quer pegar uma cesta básica, pede [para] a assistente social, e você não consegue. Mas, em paralelo, ela [a vizinha] tava pegando leite no postinho, ela tava me dando. Todo dia um litro, dois litros.* A alimentação foi um fator comentado recorrentemente entre elas. Perguntei a Helô quais eram os gastos mais elevados de sua família, ela comentou que *é com comida, porque tem quatro crianças, aí tem que ser muita coisa.*

Durante a pandemia, a inflação dos alimentos básicos chegou a 11%, segundo a Carta de Conjuntura apresentada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA³⁰. Os preços elevados nos supermercados eram motivo para conversas e comentários recorrentes entre elas. Como disse Conce em sua entrevista:

[...] Hoje, é... a gente tem como trabalhar, a gente voltou a trabalhar. Mas o que adianta? Voltamos a trabalhar, mas os preços tudo aumentaram? Entendeu? As coisas aumentaram, mas o que a gente faz... a unha não aumentou muito, o salário não aumentou muito (Conce, 2022).

Mesmo tendo voltado a trabalhar, o aumento dos preços mostrava como a renda não era suficiente para sustentar a vida em sua rede de complexidades materiais, emocionais, financeiras, psicológicas e relacionais não se designa a esfera do trabalho, somente. É necessário pensar, desse modo, quais são as demandas sociais e econômicas que influenciam e que necessitam de respaldo institucional bem como de políticas públicas para que direitos

²⁹ Informações retiradas da matéria: “Sob Bolsonaro, mortes de yanomami por desnutrição cresceram 331%”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw011x9rpldo>. Acesso em: 23 jul 2023.

³⁰ Acesso a Carta de Conjuntura “Inflação de alimentos: como se comportaram os preços em 2022”. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2023/01/inflacao-de-alimentos-como-se-comportaram-os-precos-em-2022/>. Acesso em 21 jul 2023.

básicos sejam garantidos. A partir das narrativas de Conce, Heloísa e Célia, quais atos, tranças e artesanias podem ser mobilizadas? Quais rachaduras são produzidas para que políticas públicas surjam, com o objetivo de atenuar as desigualdades em relação a divisão racial e sexual do trabalho?

3.4 Ações estatais: O Plano e a Política Nacional de Cuidados.

É indiscutível como os fatores socioeconômicos afetam diretamente as mulheres e suas famílias. *A unha não aumentou muito, o salário não aumentou muito* é um reflexo de como essas experiências materiais também perpassam instituições governamentais, e tocam em papéis, documentos e políticas públicas. Nesse sentido, faz-se necessário compreender o papel do Estado em seu caráter político do cuidado, pois, “a politicidade do cuidado pode indicar possibilidades para o reordenamento dos estereótipos que subjagam as mulheres” (p. 1228, PIRES, M. R. G. M et al., 2016) em práticas, posições e tarefas ditas “femininas”. O déficit de creches e/ou espaços coletivos de cuidado na comunidade administrados pela prefeitura da cidade é uma nítida situação de precariedade, em que sobrecarrega famílias e mulheres.

A noção de fissuras e frestas discutida neste trabalho não tem como intenção mascarar as precariedades (TSING, 2015) e não abordar criticamente a função do Estado no campo do cuidado e da divisão sexual e racial do trabalho. Pelo contrário, foi através das fissuras e das precariedades que redes e formas outras de habitar a comunidade foram possíveis. No entanto, o papel e influência de instituições governamentais também deve-se fazer presente, não como sendo a única estratégia possível para essas questões, mas enquanto um mobilizador de ações e campanhas que atendam ao menos parcialmente as necessidades discutidas e descritas nos capítulos anteriores.

Políticas públicas e sistemas consolidados como o Bolsa Família, o Auxílio Emergencial, o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e a rede de educação pública durante o período pandêmico, foram cruciais para que as demandas de moradia, alimentação e higiene fossem minimamente sanadas, porém, é sabido que elas não foram suficientes devido a complexidade do trabalho de cuidado e da lida com a pandemia de COVID-19.

Considerando a historicidade do trabalho do cuidado, as desigualdades de gênero e a necessidade de se pensar em políticas públicas no âmbito do cuidado, a Secretaria Nacional de Cuidados e Família - SNCF, associada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência

Social, Família e Combate à Fome - MDS, elaboraram, ainda que provisoriamente, a Política Nacional de Cuidados (PNC), discutida atualmente.

Em dezembro de 2023, iniciou-se a primeira etapa de discussão sobre o Projeto de Lei n. 2029/2015, proposto pela Deputada Cristiane Brasil, que visa instituir a Política Nacional de Cuidado, através do Mapa Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil. Essa seção do site Participe + Brasil vinculada ao governo federal, abordou os conceitos fundamentais relacionados ao cuidado e que norteiam a proposta, bem como a definição de seu alcance, dos indivíduos de direitos e beneficiários, além de suas diretrizes e princípios. A consulta ao MP incluiu um formulário eletrônico com o objetivo de coletar opiniões sobre a temática de cuidados, identificando as principais necessidades e compreensões relacionadas ao tema, bem como sugestões e propostas à PNC.



Imagem 1. Imagem da Campanha de Lançamento do GTI (Grupo de Trabalho Interministerial) divulgada pelo governo federal para a elaboração do Plano Nacional de Cuidados.

A Política Nacional de Cuidados tem como objetivo “assegurar o direito ao cuidado, promover a corresponsabilização social pelos cuidados, garantir a autonomia e independência das pessoas que necessitam de cuidados, e incentivar o bem-estar e a qualidade de vida de todos” (s.p, IPEA)³¹. Segundo ainda o relatório apresentado pelo Mapa Conceitual da Política Nacional de Cuidados, elaborado pelas secretarias mencionadas anteriormente, “a Política Nacional de Cuidados não tem a pretensão de abarcar a totalidade das questões sociais

³¹ “Governo lança grupo de trabalho para elaborar Política Nacional de Cuidados nesta segunda (22)”, artigo publicado no site gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2023/maio/governo-lanca-grupo-de-trabalho-para-elaborar-politica-nacional-de-cuidados-nesta-segunda-22>. Acesso em: 14 dez 2023.

relacionadas aos cuidados - que podem incluir desde o cuidado em saúde, até o cuidado com o meio ambiente -, mas concentra-se naqueles aspectos relacionados ao trabalho de cuidados” (s.p, Gov.br).

Dentre os principais aspectos conceituais desenvolvidos pelo Marco Conceitual, que orientam a formulação da Política e do Plano Nacional de Cuidados estão: 1) breve histórico da formulação da Política Nacional de Cuidados no Brasil; 2) conceito de cuidado; 3) transformação do cuidado em objeto de política pública; 4) a Política Nacional de Cuidados no Brasil: componentes e estratégias de ação; 5) considerações finais. Resumidamente, segundo o Mapa Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil,

O Decreto nº11392/2023, que define a estrutura regimental do MDS [Ministério de Desenvolvimento Social], indica que a SNCF [Secretaria Nacional de Cuidados e Família] tem como competências propor e adotar estratégias intersetoriais e interfederativas para a constituição de uma Política e de um Plano Nacional de Cuidados, promovendo a integração de políticas socioeconômicas e setoriais, com atenção às desigualdades de gênero, raça, etnia, ciclo de vida, deficiência e território, além de fomentar o intercâmbio de experiências entre países, especialmente no âmbito da Cooperação Sul-Sul. Já o Decreto nº11351/2023 que define a estrutura do MMulheres, estabelece que cabe à SENAEC/MMulheres elaborar a política nacional de cuidados para desenvolver, executar e integrar estratégias de visibilização e desnaturalização da divisão sexual do trabalho (s.p, Gov.br).

Nesse sentido, o objetivo dos órgãos federais citados é a de formular, coordenar e fazer a gestão da Política Nacional de Cuidados, incluindo os seus programas, planos, projetos, orçamentos e metas. No Mapa Conceitual para a PNC, constata-se que a atual forma de organização social dos cuidados é insustentável, uma vez que há uma crescente demanda deste trabalho devido ao processo acelerado de envelhecimento da população brasileira, bem como da incidência de certo grau de deficiência ao longo da vida, dentre outros fatores, que foi conceituado por uma parcela de especialistas como “crise dos cuidados”.

Um aspecto relevante do processo de construção da Política de Cuidados no Brasil, segundo o Mapa Conceitual, tem sido a preocupação com as trabalhadoras remuneradas e não remuneradas do cuidado, em especial a categoria das trabalhadoras domésticas, responsável por parcela expressiva dessa espécie de trabalho no país. Desse modo, ao promover tais políticas públicas, os resultados esperados incluem: a dignidade de trabalhadoras e trabalhadores do cuidado, a garantia do direito ao cuidado a todas as pessoas que dele necessitar, assim como o reconhecimento, e a redistribuição do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado.

Dessa forma, pretende-se reduzir a pobreza e as desigualdades estruturais que sustentam o território brasileiro, em suas múltiplas expressões: de gênero, raça e classe, além

de contribuir para uma organização social do cuidado que abarque o Estado, empresas, organizações sociais e a sociedade civil. Para a PNC, o processo de inserção das políticas públicas envolve romper barreiras, para atingir efetivamente a sua universalidade, segundo argumentação exposta em seu Marco Conceitual. Reflito, nesse sentido, a noção de universalidade apresentada no excerto. O pressuposto para uma política pública universal, como o SUS e o SUAS não seja relacionada somente a uma via institucional, estatal, acadêmica e burocraticamente imposta, mas sim em constante e permanente diálogo com as práticas e saberes de culturas locais, comunidades periféricas, povos tradicionais e originários. Na imagem abaixo, há uma proposta de estruturação das políticas públicas da Política Nacional de Cuidados:



Imagem 2. Tipologias de políticas públicas e exemplos do PNC. Imagem acessada através do Mapa Conceitual.

No Art. 3º. do Plano Nacional de Cuidados descreve-se que “A Política Nacional do Cuidado será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”. Nesse sentido, há certos projetos sociais da cidade de São

Carlos, como a Casa da Infância Estrela da Manhã, e os empreendimentos do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária, o NuMI-EcoSol, vinculado à Universidade Federal de São Carlos, que podem ser beneficiados numa articulação junto a PNC. Há outros projetos sociais no município que dialogam com a PNC, como o PROARA, ação social já mencionada anteriormente; o Projeto CorAção, a associação ACORDE³², e o núcleo de finanças solidárias do Banco Comunitário Nascente, localizado no bairro periférico Jardim Gonzaga. Este banco comunitário em questão disponibiliza serviços de natureza comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, tendo por princípio a Economia Solidária³³.

Tais projetos e associações citadas possibilitam a tecitura de alianças com o programa, dentro dos eixos como “Tempos”, “Recursos” e “Transformação cultural”, criando parcerias com o governo federal, tanto no processo de implantação dessas políticas públicas quanto no mapeamento de diagnósticos sobre organizações relacionadas ao cuidado no Brasil. Nas descrições do Mapa Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil, o GTI-Cuidados “tem o prazo de até um ano - a contar de sua instalação, ocorrida no dia 22 de maio de 2023 - para apresentar um diagnóstico sobre a organização social dos cuidados no Brasil (considerando tanto as necessidades quanto a oferta de cuidados atualmente existente)”, bem como propor a Política e o Plano Nacional de Cuidados.

Essas são algumas propostas que visam institucionalizar e trazer à politicidade o trabalho do cuidado através e pelo Estado. Este movimento representa um marco histórico para o Brasil, devido à brutal desigualdade de gênero incrustada em nossa cultura, mas não somente. Tais políticas são estratégias e possibilidades para descentralizar das mulheres o papel do cuidado e a função de cuidadora. A discussão para a elaboração de um Plano Nacional de Cuidados ainda é uma semente incipiente a ser germinada, mas simboliza e representa um avanço para o debate em questão.

Tratar o trabalho do cuidado e as desigualdades envolvendo a divisão racial e sexual do trabalho a partir de um plano e política nacional descentraliza de mulheres e oficinas o papel de cuidadoras, compreendendo ainda o ambiente doméstico em seus contornos públicos

³² A ACORDE é uma associação de Capacitação, Orientação e Desenvolvimento do Excepcional, que tem por finalidade promover atividades, que possibilitem, crianças, adolescentes e adultos com deficiências intelectuais, a desenvolver suas capacidades. Já o projeto CorAção é uma organização sem fins lucrativos, fundada em outubro de 2017, no bairro Aracy na cidade de São Carlos. Atualmente a associação assiste cerca de 130 crianças em situação de vulnerabilidade social, entre 5 a 13 anos de idade, além das famílias e da comunidade. Informações retiradas dos sites: <https://myprojetcocoracao.org/>; <https://institutoacorde.org.br/>. Acesso em 21 dez 2023.

³³ Informações sobre o Banco Comunitário Nascente foram acessadas no site: <https://banconascente.wordpress.com/about/>. Acesso em 21 dez 2023.

e privados que atravessam o Estado. O processo de implementação do PNC pode reduzir os contextos de vulnerabilidade, dívida e precarização da vida em comunidades periféricas como o Antenor Garcia, rompendo em certa medida, com a demarcação histórica do trabalho de cuidado destinada às mulheres, principalmente às mulheres negras.

4. Conclusão: Pensar com as mãos.

Acho que escrever é um ofício um pouco estranho, porque ao mesmo tempo que supõe alguma familiaridade com as palavras, supõe também um certo estranhamento das palavras, uma certa dificuldade com as palavras, ao contrário do que normalmente a gente pensaria [...] Porque eu acho que escrever literatura, escrever poesia tem a ver com perceber esses pontos cegos das palavras. Os pontos em que elas falham. Ou mesmo ver a língua com estranheza. Acho que escrever é um ofício um pouco estranho, porque ele é muito marcado pela possibilidade do fracasso (Ana Martins Marques, em depoimento gravado para o Itaú Cultural, 2020).

Crio este espaço para elaborar tensões e reflexões que compuseram o processo de escrita. Num movimento de escrever-atraves, escrever-com escritoras, antropólogas, filósofas. Lembro-me de um sonho significativo em que minha orientadora sugeriu que escrevesse com a poeta e escritora Ana Martins Marques, para que eu pudesse desenrijecer minha escrita acadêmica. No sonho, encontrar com Ana Martins significava “brincar” com as palavras, e suas composições, experimentar, como propõe o LE-E (Laboratório de Experimentações Etnográficas), no qual sou vinculada desde a graduação. Experimentar as palavras e estranhá-las enquanto produzo uma dissertação de mestrado era a possibilidade de criar uma fenda, uma fresta, como discuti outrora neste trabalho, em e com minha própria escrita.

O conceito de escrita *sampler* propõe abrir um sulco na escrita. O texto não é um condomínio gradeado - o sulco se abre e propõe novos fluxos textuais, musicais, visuais (WALICKOSKY, 2019). O sulco veio através de entrevistas e livros da Ana Martins Marques, conversas com amigas pesquisadoras, artistas e demais escritores através de seus livros. Neste fluxo, imergi em um processo de inflexão sobre o meu fazer etnográfico e descritivo. Me apropriei de livros de literatura com o intuito de farejar alguma pista ou elemento que me engajasse e trouxesse substância aos meus textos. Ler literatura e poesia também foi um esforço para desprogramar uma forma apenas de escrita, como se eu pudesse desarmá-la. Longe de chegar a algum lugar com essas indagações e buscas, o que sobrou desses desdobramentos foram certos caminhos mapeados acerca dos movimentos que minha escrita e o meu texto poderiam fazer, com quem eu seguiria em diálogo, quais efeitos e campos imagéticos eu gostaria de provocar.

Gostaria de abrir mais uma fresta para uma reflexão sobre as linhas de escrita enquanto um processo que se pensa com as mãos, com os dedos, levando em conta a metáfora do trançar e do trabalho artesanal, que envolve o tempo das mãos e a paciência. Vê-las trançando cabelos, me fez pensar e produzir esse texto num esforço e tentativa de fazê-lo com

outras partes do corpo, não tanto com a cabeça mas, como mencionei, com as mãos, no sentido de permitir que as mãos discorram, escrevam e, através desse ato, se suceda o processo de pensar, refazer, revisar, analisar. Um processo artesanal em que permito a experimentação do texto, ao passo que reflito e reconheço os caminhos que vão sendo tomados por ele, ora com “controle” do andamento, ora com “soltura”.

Nesse sentido, foi interessante observar as similitudes e diferenças entre os cursos de Trança e Artesanato. No caso, a similitude envolvia a presença das mãos e do tempo das mãos para trançar e para fazer a modelagem de massas para biscuit. Ambas diziam sobre a *paciência* nesses processos. *Só quem faz sabe o valor que tem*, uma delas comentou. Havia o *tempo das mãos* para solver a massa, prensá-la sobre a mesa, abri-la, forçá-la sob nossas mãos, fechá-la novamente. A técnica seguiu nesse ritmo nas oficinas de Artesanato. Algumas mulheres sentiam dificuldades em realizá-la, devido às articulações nos pulsos que estavam enfraquecidas.

No campo, observei que asicineiras presentes nas aulas de artesanato tinham, majoritariamente, acima dos quarenta anos. E, enquanto modelavam massas e pintavam painéis, também faziam dos encontros um momento de partilha pessoal. Havia espaço para trocas e diálogos, entendendo-se enquanto parte um núcleo, não necessariamente homogêneo, mas um núcleo do qual se compartilhava territórios comuns.

Com o passar da minha experiência em campo, compreendia que um espaço de apoio, de fortalecimento de vínculos, de escuta e aconselhamentos havia se formado. Elas aprendiam as técnicas e partilhavam fatos entre si. Lembro-me de ouvir a professora Maria dizer sobre o processo de *pegar o jeito: depois que você pega o jeito, você vai!*. E, enquanto elas fabricavam suas peças e artesanatos, foram surgindo comentários a respeito dos procedimentos técnicos de feitura. Antônia nos contou como o movimento de solver a massa de biscuit era *tão bom pra cabeça da gente*. Logo em seguida, uma moça comentou: *agora eu tiro o meu stress*.

Naquele mesmo dia, entre desabafos, risos e partilhas, Maria, a professora, caminhou entre cada uma das participantes, auxiliando em suas dificuldades e orientando-as. Em um dado momento, eu também recebi uma massa de tom lilás claro para aprender o *ponto* correto que as molduras para biscuit deveriam conservar. No final daquela manhã, elas me permitiram

fotografá-las à medida em que modulavam as massas que seriam utilizadas para a construção de *bonequinhos* de biscuit.



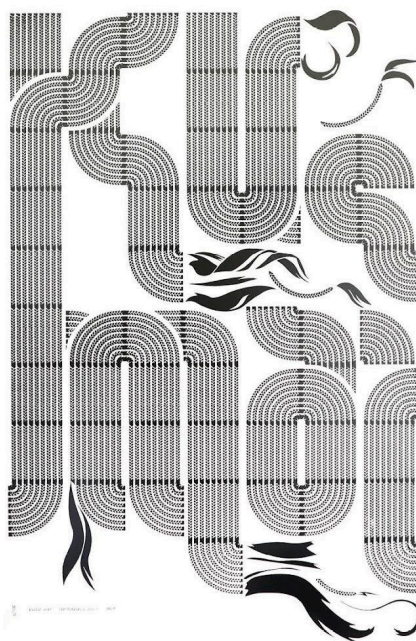
Legenda: Modelagem das massas para a feitura de bonecos. A esquerda, encontra-se os braços e o corpo do boneco, feito através de uma garrafa de vidro.

O fato de atuar como professora na Estrela da Manhã facilitou o meu ingresso no Trançando Vidas. O estranhamento partiu de minha parte, na verdade, que acionei o modo antropóloga-pesquisadora naquele espaço que era familiar para mim enquanto educadora. Fui eu quem sai desse primeiro encontro com certos incômodos, sem compreender exatamente os meus papéis enquanto pesquisadora e enquanto educadora. Minha indagação também permeou como as mulheres enxergavam o meu envolvimento com o projeto. Esses questionamentos tinham relação com a ideia de performance, ética e postura profissional que envolvia esse processo.

No dia seguinte, em uma sexta-feira, tive o meu primeiro contato com a oficina de Trança Afro. De imediato, houve um certo estranhamento por parte das mulheres com a minha intromissão, no entanto, por conhecer Célia, a professora do curso, rapidamente foram se sentindo mais confortáveis com a minha presença. Eu e Célia cumprimentamo-nos, e em seguida, eu também me apresentei. Comentei com elas sobre o trabalho de pesquisa que

realizaria junto ao projeto, e que as acompanharia por alguns meses, para que esse trabalho pudesse ser realizado.

Foi ao longo dos meses, e em parte com o reflexo do *tempo das mãos* que pude observar a trança como um ato que reverberou nos processos de escrita. Reescrever frases, reelaborar parágrafos e “costurar o texto”, como dizia minha orientadora, envolvia um esforço repetitivo. Me lembrou do processo de produção das tranças, que envolve trançar-refazer tranças-trançar novamente, com *paciência* para *pegar o jeito*. Ainda, sobre tais aspectos, trago como referência a obra abaixo da artista visual Nontsikalelo Mutiti, para pensarmos as implicações políticas e estéticas das tranças como uma prática decolonial, que de certa forma orientou o desenho deste trabalho.



Kusina Mai, da artista zimbabweana Nontsikalelo Mutiti.

Neste jogo de caminhos, a artista materializou uma reflexão sobre tecnologia analisando as similitudes dos processos de tranças à lógica computacional, tanto em seus escritos textuais e de linguagem, quanto em seus padrões gráficos: repetição, entrelaçamento, retornos, modulação, encruzilhadas. Seja na trança de cabelos, na lógica computacional ou na escrita etnográfica, penso como a artesanaria da escrita também é um processo que se exige retornos, repetições, entrelaçamentos. É quando se forja e se entrecruza uma palavra a outra,

uma frase a outra é que um texto se forma. Entrelaçar como meio de reproduzir e repetir, mas também como mecanismo para produzir outros fluxos textuais e visuais. Esta foi a tentativa e o esforço desta dissertação, de certo modo.

4.1 Futuros arranjos do cuidado

Durante os primeiros meses na pós-graduação em Antropologia Social, havia uma certa curiosidade de minha parte sobre os percursos desse trabalho, para onde ele seguiria devido aos efeitos e influências da pesquisa de campo. Me perguntava quais seriam os referenciais teóricos, os movimentos do trabalho etnográfico, as trilhas do processo de escrita. Havia expectativas acerca dos rumos desta pesquisa, e dos “lugares” que ela chegaria enquanto trançava as descrições etnográficas, as análises teóricas e as experiências que compuseram a travessia na Estrela da Manhã.

A nível antropológico e metodológico, coube refletir como o processo de produção do texto me fez questionar as ambiguidades, conexões e conflitos entre o eu-pesquisadora e o eu-educadora, considerando os efeitos dessas imbricações nas tessituras da dissertação. Tais entrecruzamentos refletem que, o meu vínculo enquanto educadora proporcionou certas facilidades de inserção em campo, ao passo que, o meu papel enquanto pesquisadora adentrou em um território “cinzento” e ambíguo.

A vinculação com a escola e com o projeto Trançando Vidas costurou e estruturou amplamente a minha trajetória nos últimos anos enquanto pesquisadora, pois fizeram-me aprofundar nos estudos de gênero, feminismos, particularmente o feminismo negro e o feminismo decolonial, contribuindo assim, com este campo de estudo. Essa vinculação teórica proporcionou olhares outros e desdobramentos a partir dos materiais coletados em campo. Revisitar conceitos e noções já estabelecidas por uma certa vertente do feminismo ocidental, como a casa, produziu movimentos e fissuras relevantes para compreender os processos para manutenção e sustentabilidade da vida através das redes de cuidado entre as mulheres da comunidade.

Em relação ao projeto Trançando Vidas, um de seus principais objetivos envolvia o fortalecimento de vínculos entre as mulheres. Foi notável observar através das entrevistas e da pesquisa etnográfica, o fortalecimento de vínculos e a construção de redes de cuidado entre elas. Ouvir suas histórias, trajetórias, experiências e desabafos as fez criar um senso de coletividade e de compartilhamento de um território comum. Trançar os cabelos as aproximavam de suas raízes negras, seu passado e ancestralidade. Lembro-me de que, entre as

funcionárias da OSC, o projeto ter atingido o seu objetivo era uma questão recorrente para elas.

As frestas ora encontradas através do movimento do texto, ora produzidas pelas mulheres, propiciaram aberturas para analisar a relação entre público e privado, a casa enquanto espaço de trabalho, de produção de vida e afeto, não apenas confinamento e opressão como o feminismo ocidental discorreu. Tais desdobramentos, junto as discussões teóricas do feminismo negro e decolonial produziram perspectivas distintas para assuntos extensamente discutidos no campo das teorias de gênero. Essas perspectivas outras contribuíram para repensar certas categorias de análise. A pesquisa com as mulheres e oficinas do projeto Trançando Vidas abriram extensões para deslocar a noção de cuidado.

Perguntas como: “Qual o valor do cuidado afetivo e sexual? Quais são as linhas que delimitam as fronteiras do trabalho do cuidado?” realizadas em capítulos anteriores orientaram parte das indagações e reflexões da pesquisa, e apresentaram as contradições, desafios e ambiguidades ao discutir sobre tais assuntos. O confinamento de mulheres, particularmente de mulheres negras como cuidadoras, traz à tona a demarcação social e histórica na divisão sexual e racial do trabalho.

Para mediar esta desigualdade estruturante, elaborou-se a primeira versão do Plano e Política Nacional de Cuidados, que são discussões e políticas públicas ainda incipientes sobre o trabalho de cuidado no país. Este plano está em processo de análises e pesquisas para inserção e legitimação pública, e enquanto política pública. O PNC representa um avanço importante em relação à divisão sexual do trabalho e ao trabalho do cuidado, no entanto, ainda há poucos materiais e publicações a respeito. É preciso, portanto, atentar aos efeitos e decisões políticas a partir do Mapa Conceitual do Plano e Política Nacional de Cuidados, publicado no mês de outubro de 2023. Observar, analisar e descrever as tessituras de cuidado entre as mulheres-oficineiras em sua comunidade foi um exercício que levanta questões futuras, em especial o modo como os arranjos locais e os arranjos em nível nacional, como o Plano e Política Nacional de Cuidados podem trançar deslocamentos, frestas e indagações que propiciam campos adjacentes de investigação.

5. Anexo: Fragmentos das Entrevistas

Entrevista Conce

Tainá: Aqui... deixa eu pegar... tenho essa listinha. Então, são, ó... As informações eu já te dei... São seis perguntinhas. Aí a primeira é o que que você tem achado do projeto, que que você tem achado das oficinas que você tem participado...

Conce: Uhum.

Tainá: Enfim... Se você tá gostando, não tá gostando, como que tá sendo pra você.

Conce: Uhum. Ah, eu tô gostando do artesanato, pela primeira vez. Eu tô gostando muito, né? Nem sempre eu posso tá vindo nas aulas...

Tainá: Uhum.

Conce: Mas eu achei que era uma coisa que eu não iria fazer, que eu não conseguiria. Falei "ah, jamais vou conseguir fazer isso". Eu vim por vir mesmo.

Tainá: Uhum.

Conce: Mas eu tô gostando. Gosto muito da professora, muito gente fina. As meninas são legais. Eu no meu caso sou manicure, eu ando... eu vivo nas casas, eu conheço muita gente. Então eu tenho facilidade em lidar com as pessoas.

Tainá: Entendi.

Conce: Eu gosto. Eu gosto de coisas, eu gosto de conhecer pessoas. As pessoas são muito legais comigo no curso. A professora eu gosto demais, porque ela fala calmo, ela me acalma, ela acalma a gente.

Tainá: É, eu percebo isso.

Conce: Fala manso.

Tainá: (risos)

Conce: Então, se você for com uma pessoa que grita, que fala forte... Sabe? Você não sente bem, por mais que esteja gostando. Como ela fala calmo, às vezes por mais que eu não esteja gostando, ela acaba me acalmando.

Tainá: Uhum.

Conce: Então eu tô gostando, gostando muito. Eu gosto de vir pra cá.

Tainá: Uhum. Legal. É...

Conceição: E tô aprendendo, né, também, a fazer alguma coisa. Às vezes eu não sei... não quero... não sei se eu vou levar isso pra mim.

[...]

Tainá: É... e aí tem uma pergunta aqui mais ligada a você, assim. Você falou que cê anda muito, né? Cê vai atender e tudo. Tipo, quais lugares você frequenta mais, assim, na cidade, ou no bairro? Que lugares você vai mais, assim, no seu dia a dia?

Conce: Ah, no Proara.

Tainá: No Proara?

Conce: Vou muito no Proara. Eu faço jiu-jítsu, faço...

Tainá: Uhum.

Conce: Dança, exercício, faço vôlei. Frequento muito lá. O povo diz que eu moro lá. E as casas... toda semana eu tô na casa de alguém. De quinze em quinze dias, uma vez por mês.

Tainá: Mas essas casas são aqui no Antenor?

Conce: Aqui no Aracy, todas. E tem também fora daqui, em outros lugares.

Tainá: O Proara fica no Aracy, né?

Conce: No Aracy.

Tainá: Tá. E você sente falta de alguma coisa, assim, aqui no bairro? Tipo, sei lá, algum mercado, algum posto de saúde, alguma coisa mais pública, assim? Cê sente falta?

Conce: Aham. Sinto falta de banco, é... os mercados maiores... aqui no Aracy tem aquele Todo Dia, mas você tem que (trecho ininteligível - 03:22)...

Tainá: Uhum.

Conce: Então você não tem pra onde correr aqui. É muito mercado pequeno. ãhn... posto de saúde também tá uma negação. Você não tem, não tem... Você chega lá, e cadê a consulta? Não tem. Agenda lá pra quando... Entendeu? Então, tá faltando muita coisa, por ser um bairro grande...

Tainá: Sim.

Conce: Uma população grande. Tá faltando. Só tem uma lotérica, não tem nenhum banco, praticamente.

[...]

Conce: É... posto de gasolina só tem um ali, entendeu? Então você tem que sair do Aracy, se quiser alguma coisa tem que sair do Aracy.

Tainá: Nossa, é tão grande mesmo...

Conce: Material pra ser manicure eu tenho (trecho ininteligível - 04:05), porque lá perto quase não vende e é caro. Não tem uma perfumaria aqui, não tem nada que você tenha pro centro.

[...]

Tainá: Aí a gente vai entrar agora pra umas perguntas, é... mais ligadas aquilo que eu falei da situação financeira, né? E aí são duas perguntas, né? Tipo, a primeira é como que ficou a situação financeira da sua família na pandemia. Se alguém perdeu o emprego, se ficou faltando, se teve benefício... Como que tá hoje, né, porque a pandemia deu uma melhorada, assim... tipo, se melhorou ou não... como é que tá, se recebe algum auxílio do governo...

Conce: Ah, durante a pandemia eu praticamente não trabalhei, nada, ficava em casa o dia inteiro, porque ninguém vinha aqui mesmo fazer unha.

Tainá: Ähn...

Conce: Meu marido ficou afastado pelo governo, recebia muito pouco. O único auxílio que eu recebi é o auxílio mesmo, aquele auxílio que dava...

Tainá: Uhum.

Conce: Que ia pro mercado. Uma cesta básica, às vezes eu pegava. E... a situação financeira é só isso mesmo, só pro mercado, gastar, fazer compra. E tudo caro, foi aumentando, foi subindo, foi subindo... aí os armários começaram a esvaziar. E hoje, é... a gente tem como trabalhar, a gente voltou a trabalhar. Mas do que adianta, voltou a trabalhar, mas os preços aumentaram? Entendeu? As coisas aumentaram, mas o que a gente faz... a unha não aumentou muito, o salário não aumentou muito...

Tainá: Uhum.

Conce: Mas o resto das coisas aumentaram. Aí tu quer pegar uma cesta básica, pede a assistente social, tu num consegue. Vem falar?

Tainá: Uhum.

Conce: E aí fica assim, todo dinheiro que tu encontra é no mercado, tudo vai para o mercado. Luz aumentou, água aumentou. Aí fica assim... voltamos a trabalhar, mas...

Tainá: Vocês pagam aluguel, tem algum financiamento, ou não?

Conce: Paga pra caixa. Isso.

Tainá: Uhum.

Conce: A menorzinha também faz trabalho de casa, faz trabalho bem bonitinho. Funerário, que a gente tem que ter. Porque um tempo atrás filho dele morreu e a gente teve que passar cartão, porque num tinha o funerário. E eu pago uma coisa e ele paga a casa, e assim vai. Mercado eu compro um pouco, ele compra outro, e se divide.

Tainá: E tá tudo tão caro mesmo no mercado, né?

Conce: Tá, um absurdo. Caríssimo. Você não sai do mercado com duas sacolinhas menos de cem reais.

Tainá: E vocês tem algum outro trabalho extra, alguma renda extra?

Conce: Não.

Tainá: Tipo essa coisa de artesanato?

Conce: Não.

Tainá: Você pensa em transformar isso em alguma possível renda?

Conce: Ah, eu não sei... Tem que ver. É bem trabalhoso pra mim, porque em casa tem que cuidar filho, tem que levar eles pra escola, depois tem que buscar.

Tainá: Uhum.

Conce: Aí quando eu tenho alguma coisa pra fazer eu deixo ela no projeto, às vezes eu ligo pra alguém buscar pra mim. Aí agora eu tô fazendo faxina com uma amiga, mas não tá compensando. É muito trabalhoso, muito cansativo.

Tainá: Uhum. Fazendo faxina às vezes e...

Conce: Hoje eu não fui... Eu fico com as faxinas de cem reais, cinquenta pra cada uma. Aí eu tenho que sair daqui em cima oito horas da manhã com ela, chegar lá a casa é pequena, mas a mulher enrola, fazendo comida. Aí eu fico lá com ela. Aí termina, cinquenta reais, aí cada uma dá cinco de gasolina, quarenta e cinco. Que que você faz?

[...]

Conce: Outro dia eu troquei o óleo, foi trinta reais de óleo. Porque a gente tá andando muito, nós duas. Aí quando eu cheguei lá, a mola do freio teve que trocar, mais quarenta. Eu estou devendo lá na oficina, vou ter que levar quarenta reais. Só aí já são setenta.

Tainá: Entendi.

Conce: Entendeu? Aí eu tenho que ver isso...

Tainá: E você falou que tem filhos, né?

Conce: Uhum.

Tainá: Você... tipo, elas são maiores? Você precisa pagar alguém pra cuidar, ou você deixa com alguém? Como que é isso?

Conce: A menorzinha vai comigo. Onde eu vou, ponho na moto. Ela tem sete anos, ela vai comigo fazer unha.

Tainá: Hm...

Conce: Para faxina eu peço pra alguém pegar ela. Ajudo, ou faço uma unha de alguém... Eu pergunto quanto é, sabe? Assim, eu me viro. A maior tem vinte e um anos, ela tá na faculdade, ela vai segunda e quinta, fisioterapia. Ela tá fazendo também uns produtos aqui no centro pra arrumar um emprego agora.

Tainá: Hm...

Conce: Agora que ela arrumou emprego. Então ela não pegou nem o primeiro salário ainda, ela (trecho ininteligível - 11:22) do serviço. Ela tem que pagar a faculdade, quinhentos e quarenta. Ela entrou com um salário de quinhentos e noventa.

Tainá: Uhum.

Conce: Três dias. Mas os outros dia que ela vai ela faz hora extra. Mas até agora não sei.

Tainá: Entendi.

Conce: É mais pra pagar a faculdade mesmo que ela foi trabalhar. E no dia que ela não vai, ela fica com a menina pra mim. Ela busca no projeto, leva na escola, busca, e assim vai. Aí agora que ela bateu o carro, que ficou sete mil e quinhentos pra arrumar, mais os três mil e duzentos do homem...

Tainá: Meu Deus...

Conce: Mil e duzentos eu tive que passar no cartão, e outros mil e duzentos fazendo faxina eu consegui pagar. Paguei. Tem no meu sete mil e pouco. O carro também não pode ficar parado lá. Uma chuva dessa, que eu vou buscar a menina aqui... Aí se adocece tem que levar na médica. Vai levar de quê, uber?

[...]

Conce: Então, às vezes eu falo... eu dou graças que eu tenho, eu vou, faço a unha, eu tenho dinheiro para... todo dia tenho corrido. E quem tem um monte de filhos?

Tainá: É...

Conce: Olha, então, a minha colega tava me dando leite. Ela estava pegando leite no postinho, ela estava me dando. Todo dia um litro, dois litros. Aí ela parou de pegar. Eu já comprei de uma semana passada pra cá foi três caixas já.

Conce: Três caixas de litro, de sexta-feira pra cá.

Tainá: E estava oito reais, sete reais.

Conce: Peguei na promoção, por quatro e cinquenta e nove.

Tainá: Hm...

Conce: E agora já acabou, eu tenho que ir no mercado comprar leite. Então o que você ganha...

Tainá: Sim.

Conce: Ontem eu fiz uber para uma menina. Ela fez uma roupa pra minha amiga e ela não quis cobrar. Paguei cinco reais no litro de gasolina... É um litro de leite.

Tainá: Uhum.

Conce: Aí eu fico meio assim...

Tainá: E realmente vai tudo pro mercado, como você falou.

Conce: E as outras necessidades? Tem roupa...

Tainá: Sim...

Conce: A minha menina tem roupa de frio, sapatinho, uma sandalhinha... Um danone que ela quer... sabe, uma coisinha? Um brinquedinho. Isso a gente deixa pra lá, né?

Tainá: Sim...

Conce Difícil. Tá muito difícil. E a gente pode trocar de governante aí com...

Tainá: E cê quer comentar mais alguma coisa, tipo, além disso? Ou do que você quiser, do projeto, da... de você, não sei. Fica à vontade. Porque a ideia era meio essa, assim, saber como que... que que cê tá achando do projeto...

Conce: Sim...

Tainá: E saber como é que tá a situação financeira da família, né?

Conce: Sim, sim.

Tainá: E se também tem alguma ligação, tipo, se o trabalho aqui pode ser alguma fonte de renda, né? Se...

Conce: Ah, sim, a trança que as meninas estão fazendo... eu ia fazer a trança, mas eu achava que como eu já tava no artesanato... eu acho... a manicure... eu acho que vai dar pra ganhar um dinheirinho. Quando a pessoa tem a tendência também, né?

Tainá: É. É que tem que comprar muito material também, né?

Conce: Tem que comprar muito material. Então você tem que gastar pra fazer. Ou até, pra mim, se eu for fazer um aniversáriozinho, tenho que dar uma lembrança pra alguém, eu já vou economizar. Eu mesmo já sei fazer.

Tainá: Sim.

Conce: Vou lá, compro o material e faço.

Tainá: Uhum...

Conce: Então eu já vou tá economizando nisso.

Tainá: Sim.

Conce: Sabe? Mas se outra vez tiver outro curso de alguma coisa, aí eu quero ver pra ver se... Igual botar trança, botar trança seria bom. Mas agora tá caindo bastante, viu, a trança?

Tainá: É?

Conce: Caiu bastante. Muita gente não tem dinheiro pra pagar, né? Então por isso que eu prefiro fazer unha. Por isso que eu queria ter entrado no curso de... Manicure. Porque aí tem coisas para eu me atualizar mais, atualizar em algumas coisas.

Tainá: Uhum.

Conce: Tem coisas que as pessoas gostam, né, de coisas...

Tainá: Sim. É.

Conce: Como eu vou nas casas, eu tenho bastante coisa. Então quanto mais eu puder tá economizando e renovando, pra mim melhor.

Tainá: Aham.

Conce: E aí é isso.

Tainá: Mas é isso... Brigada, viu?

Conce: Pois tá bom. Nada.

Entrevista Célia

Célia: Fiquei muito feliz porque elas pegam bem rápido.

Tainá: Tem o vínculo, que você falou, né? O que mais? Que você gosta muito de...

Célia: Ah, eu gosto, assim, de conversar... Porque eu percebo que elas são pessoas bem carentes, sabe?

Tainá: Uhum.

Célia: Sabe? E aos poucos elas vão se abrindo, vão se abrindo, se sentindo à vontade aqui. E, em matéria de aprender, elas também têm um desempenho bem legal.

Tainá: Uhum.

Célia: Só que falta o que? Aumentar a autoestima delas e a confiança nelas mesmas. Porque elas são meio inseguras ainda.

Tainá: Uhum.

Célia: Porque como alunas elas estão de parabéns. Me surpreendeu. Porque não faz tanto tempo que elas estão aprendendo.

Tainá: Vou anotar isso aqui. E você, quanto... nesse lugar de professora, né, de alguém que tá ensinando, como que tá sendo isso para você?

Célia: Ai ai. Pra mim foi tudo novidade (risos).

Tainá: É?

Célia: Principalmente ler, né?

Tainá: Hm...

Célia: Aprender a teoria, né? Tem coisas que eu não sabia.

Tainá: E você está gostando de ensinar, assim? De...

Célia: Ah, eu tô. Muito! Eu tô gostando. De ver, assim, do que você ensinou, a pessoa tá aprendendo, sabe?

Tainá: Uhum.

Célia: É irado isso aí.

[...]

Tainá: Aí a pergunta dois é: quais lugares que você mais frequenta, assim, na cidade e no bairro. Tipo, aonde você mais vai, onde você costuma ir.

Célia: Ai. Quase não saio nunca, né? (trecho ininteligível - 02:49) um tempo aqui.

Tainá: Uhum.

Célia: É... Tem meu trabalho, né, que é em casa, na garagem, onde faço as tranças.

Tainá: Você vai bastante pra escola também?

Célia: É, escola e ONG. Eu vou todos os dias.

Tainá: Essa escola é... é aqui?

Célia: É o Deriggi. E a ONG (trecho ininteligível - 03:14). Que todo dia eu vou (risos).

[...]

Tainá: É... e você sente falta de alguma coisa aqui no bairro? Tipo, algum estabelecimento, algum serviço público?

Célia: Ah, falta. Tipo, do Centro Comunitário que tinha, tinha várias atividades.

Tainá: Uhum.

Célia: Aqui não tem uma praça legal pra você brincar com seus netos, seus filhos. O que mais que precisa? É... alguma ocupação para os jovens, sabe? Assim, que fosse alguma coisa que já levassem eles para trabalhar.

Tainá: Uhum.

Célia: Tem muito jovem parado. Muito jovem parado. Aí é uma maneira deles ocuparem a cabeça, né?

[...]

Tainá: E aí, é... Tipo, como que ficou a situação financeira da sua família, né, a sua, na pandemia. Se, tipo, piorou, se, por exemplo, faltou cliente, se ficou a mesma coisa. Se vocês receberam auxílio, se ficou com alguma dívida... Enfim.

Célia: Olhe, na pandemia em si, a gente não teve, assim, mudança... que eu achei que íamos ter. A gente trabalhou normal. Conseguimos receber o auxílio, esse auxílio que o presidente deu durante a pandemia. Eu achei que... piorou depois que acabou a pandemia.

Tainá: Ah é? Achou que piorou depois?

Célia: Porque aumentou tudo, então... Não que não tenha cliente, mas a prioridade é você... se você tiver passando uma necessidade dentro de casa, você vai suprir a necessidade em vez de arrumar seu cabelo.

Tainá: É.

Célia: Então eu acho que depois. Porque na pandemia a gente não... graças a Deus, assim, da minha família, a gente não passou dificuldade. Mas...

[...]

Célia: É assim... teve pandemia, para muitas pessoas foi ruim. Pra mim não foi, entendeu? Porque a gente continuou trabalhando. Tá bem que... eu não cheguei a ficar uma semana parada e falei "não, eu tenho que trabalhar". Aí voltei, as clientes foram, a gente tomava todo o cuidado. Só que depois que acabou a pandemia, as coisas começaram a subir, subir, subir.

Tainá: O preço?

Célia: As pessoas que iam todo mês... Aí já vão, tipo, daqui dois meses. Então, continua tendo, mas as pessoas dão um espaço maior.

Tainá: Entendi.

Célia: Porque as coisas estão muito caras. O nosso dinheiro perdeu o valor. Então agora você tem que viver, assim, mais regradinho, né? Graças a Deus, não passo necessidade de comida, essas coisas. Mas às vezes... As coisas apertam em matéria de dinheiro. A gente tem dívida.

Tainá: Uhum.

Célia: Essas coisas, né? Mas... tá dando pra levar, por enquanto. Mas eu percebi que depois da pandemia a coisa ficou feia. Bem feia assim mesmo. Esse é o modo de dizer, né?

Tainá: Uhum.

Célia: Porque a gente trabalhava, pelo menos, a semana inteirinha. Mas aí você não tinha horário. Então você percebe, assim, nos dias que já está diminuindo.

Tainá: Hm...

Tainá: É... E aí tem as duas últimas, que é... Você já até começou a responder, né? Que é como está hoje a situação financeira.

Célia: É... Assim, está estável. Mas assim, antes da pandemia, até terminar a pandemia, estava bem melhor.

Tainá: Hm... E... e você, hoje, só trança, né? Você tem outro trabalho, assim, outra renda, ou você não tem?

Célia: Não. Eu só vivo agora, daqui, né? Mas eu só vivo do meu trabalho mesmo.

Tainá: E... o que você acha que vocês mais gastam? Com o que vocês mais gastam, hoje, na sua casa?

Célia: Ah, você fala assim... Em casa o que a gente mais gasta é com produto higiênico e beleza, porque assim... A gente não gasta tanto em alimento.

Tainá: Ah...

Célia: Porque as crianças praticamente ficam na escola o dia inteiro. Só tem eu e uma outra filha, que trabalha comigo, que fica em casa. Então muitas vezes a gente não faz nem um almoço e come, sei lá, vai se virando com o que tem.

Tainá: Uhum.

Célia: Então a gente não gasta. Mas assim, como eu tenho cinco cachorros...

Tainá: Ah...

Célia: Então eu gasto muito com produto, né, de higiene. E, assim, shampoo, sabonete papel higiênico é... que nem água. Então eu falo que a gente gasta mais com essas coisas do que com comida, na verdade.

Tainá: Entendi.

Célia: E também eu tenho o salão, aí... (trecho ininteligível - 09:54) papel higiênico, e shampoo, essas coisas. Isso gasta bastante na minha casa.

[...]

Tainá: Sim. Você não tem... é, você tem os seus filhos, né? Você tem duas filhas?

Célia: Que moram comigo.

Tainá: Isso. E aí essas crianças... elas ficam com você, ou elas ficam na escola, vocês, por exemplo, pagam alguém pra ficar com elas, ou deixa na casa de alguma família?

Célia: Não, não, elas ficam... Não. Elas... quando elas não estão na escola, elas estão comigo.

Tainá: Hm... Entendi.

Célia: Aí elas ficam aí. Mas é raro, que todo dia elas vão pra escola. Com chuva, com sol, todo dia eu levo.

[...]

Tainá: Tipo, no campo da dívida, se acumulou alguma dívida na pandemia, se não... Como está isso para vocês hoje. E se gastam com as crianças, se gasta muito com elas. E aí, também, a final é aberta. Se você quiser comentar alguma outra coisa que você acha interessante que eu não perguntei, se você quiser comentar. Que tem a ver com o projeto, ou que tem a ver com... enfim, com o que você quiser.

Célia: Assim, eu mesma não cheguei a acumular nenhuma dívida. Mas teve caso na minha casa, né, que mora comigo que se atrapalhou e... tem que renegociar, essas coisas.

Tainá: Entendi.

Célia: Mas, assim, como eu sempre fui, sou uma pessoa bem controlada. Como eu trabalho assim, então, tudo... Eu ganhei cinquenta, eu guardo. Se eu ganhar cem, eu guardo. Essa pessoa, aquela pessoa. Mesmo assim passa apertado, mas consigo, por enquanto, então tomara que consiga sempre, pagar minhas dívidas, né?

Tainá: Uhum.

Célia: E com as crianças eu tô sempre ajudando, né? Principalmente para os que moram em casa, porque, ah, fica doente. Às vezes é porque... Minha filha, a mãe das crianças, ela é assalariada, né? Ela é enfermeira. Então ela tem é o pagamento lá. Às vezes acaba o dinheiro, né?

Tainá: Uhum.

Célia: E aí a criança fica doente... Se eu tenho, a gente se vira, a gente vai lá e faz. Mas assim, não dá tanto gasto as crianças não. Como eu falei, eles não ficam em casa.

Tainá: Uhum.

Célia: Porque lá eles almoçam... Então eu pego eles agora, eles chegam em casa... eles comem, assim, ou uma fruta, ou um pão, o que tiver, eles comem. Aí eu já levo pra ONG.

Tainá: Ah...

Célia: Aí chega na ONG, eles já recebem o café da tarde, e depois mais a janta.

Tainá: Hm... Entendi.

Célia: Então eles comem pouca coisa em casa. Só no final de semana.

Tainá: Aham.

Célia: Então, assim, graças a Deus sempre tem uma bolacha, um danone ou alguma coisinha não falta, assim, pra eles.

Tainá: E tem mais alguma outra coisa que... Por exemplo, vai ter esse texto, né, vai ter esse trabalho que vai ser escrito, tá. E o que você gostaria que tivesse lá? Alguma coisa que você queria dizer, que você acha que gostaria que eu colocasse? Enfim, alguma coisa de alguma experiência aqui que você teve com as meninas, que você achou que foi muito legal, que você queria que isso aparecesse. Ou alguma coisa da sua história, também, que você quisesse que aparecesse.

Célia: Olha... a experiência que eu tive aqui, que eu achei super legal, é o desabafo das alunas com a gente. Comigo, sabe? Assim... Eu fiquei muito feliz, porque é difícil hoje em dia você confiar em alguém.

Tainá: Sim.

Célia: Principalmente para conversar. Então, são coisas que cada vez vão me surpreendendo mais.

Tainá: Uhum. De elas confiarem em você para contar. Elas pedem conselhos às vezes pra você? Já aconteceu isso, assim?

Célia: Assim, não, elas não pedem diretamente um conselho. Mas só de conversarmos, a gente já aconselha.

Tainá: Entendi.

Célia: Tipo, um desabafo com, entre aspas, alguma pergunta: “O que eu faço?”.

Tainá: Uhum.

Célia: Na verdade eu fiquei, sabe, eu fiquei bem, assim, feliz e triste ao mesmo tempo, pelo fato que aconteceu. A aluna fazia trança comigo, chegou (trecho ininteligível - 15:43), começou a desabafar. Chorar, sabe, assim?

Tainá: Hm.

Célia: Então, aí eles acolhem a pessoa, sabe, assim?

Tainá: Uhum.

Célia: Aí eu falei “nossa”. Porque você fica meio assim, né? Aí ela teve que interromper, porque aí já viu, né, outras pessoas. Aí ela entrou, eu falei “ah”. Ela perguntou por que estava chorando ontem, que ela não pôde dar o bolo para menina lá fora, tal tal tal, mudamos de assunto.

Tainá: Uhum.

Célia: Então, assim, eu percebi que elas pegaram uma confiança tão grande, que é um dos assuntos, tipo... Eu sei que eu não vou poder fazer nada, mas só para você apoiar e ouvir a pessoa.

Tainá: Sim.

Célia: É muito legal.

Tainá: Já faz muita diferença, né? Que hoje em dia eu vejo, assim... é... Pra falar, todo mundo quer, né? Todo mundo quer falar. Mas ouvir... Realmente ouvir.

Célia: É, e criticar também. Você me desculpe, mas vou ter que ir (risos).

Tainá: Não, tudo bem. Obrigada. Desculpa.

Célia: Não, mas tá certo.

6. Documentos e Materiais Consultados

A Economia Solidária e o Programa de Fomento à Economia Solidária. s. d.

<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/trabalho-emprego/163445-a-economia-solidaria-e-o-programa-de-fomento-a-economia-solidaria.pdf>

Ana Martins Marques – A relação do poema com o tempo e com a linguagem. 2020.

https://www.youtube.com/watch?v=zID8otNTR00&ab_channel=Ita%C3%BACultural

Constituição da República Federativa do Brasil. 2016.

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf

Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil. 2023.

<https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>

Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (Pnad contínua). 2020.

Microdados. Rio de Janeiro: IBGE. https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/M. Acesso em 26 jan 2023.

Projeto de Lei Política Nacional do Cuidado. 2015.

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1351022

7. Referências Bibliográficas

- AFONSO, M. L. M., & FILGUEIRAS, C. A. C. **Maternidade e Vínculo Social**. *Estudos Feministas*, 4(2), 319–337. <http://www.jstor.org/stable/24327388>.1996.
- ALMEIDA, L. **Eu empregada doméstica: narrativas, sentidos e significados na luta pela efetivação de direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. 2019. 182 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.
- BATLIWALA, S. (1994). “**The meaning of women’s empowerment: new concepts from action**”. In: G. Sen, A. Germain & L.C.Chen (eds.), *Population policies reconsidered: health, empowerment and rights*, pp.127-138. Boston: Harvard University.
- BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras. ISBN 978-65-5921-232-3. 2022.
- BÖING, E.; CREPALDI, M. A. **Os efeitos do abandono para o desenvolvimento psicológico de bebês e a maternagem como fator de proteção**. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 21, n. Estud. psicol. (Campinas), 2004 21(3), set. 2004.
- BORGES, A. **Mulheres e suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul**. *Cadernos Pagu*, (40), 197–227. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645076>. 2016.
- BUENO, Winnie. **Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre: Zouk, 2020.
- CARNEIRO, Sueli. “**Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**”. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.
- CARRASCO, Cristina. “**La sostenibilidad de la vida humana: un asunto de mujeres?**”, In: León, Magdalena (org.) *Mujeres y trabajo: cambios impostergables*. Porto Alegre, 2001.
- COLLINS, Patricia Hill.; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. 1. ed. Cambridge: Polity Press, 2016. v. 1.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

COSTA, F. S. de M., SANTOS, C. S., & RODRIGUES, M. E. T. M.. (2022). **Racismo, colonialidade do poder e trabalho doméstico remunerado no Brasil**. *Revista Katálýsis*, 25(Rev. katálýsis, 2022 25(2)). <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84573>. Acesso em 26 jan 2023.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Trad. Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. (Coleção Perspectivas do homem, v. 99, série ciências sociais), 1984.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. **Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica**. *El Cotidiano*, núm. 184, março-abril, 2014, pp. 7-12. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/325/32530724004.pdf>>. Acesso em: 19 out 2022.

FAZZIONI, N. H. **Manter-nos juntos: casa, corpo e cuidado em diferentes arranjos**. *Anuário Antropológico*, [S. l.], v. 48, n. 1, p. 171–188, 2023. DOI: 10.4000/aa.10625. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/49157>. Acesso em: 11 jul. 2023.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

_____. Silvia. **Calibán y la bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2010.

_____. Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 388p. 2018.

FIGUEIREDO, Angela. **Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial**. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020.<http://dx.doi.org/10.5965/2175180312292020e0102>.

_____. Angela. **Condições e contradições do trabalho doméstico em Salvador**. In: MORI, Natália; FLEISCHER, Soraya; FIGUEIREDO, Angela; BERNARDINO-COSTA, Joaze; CRUZ, Tânia. (org.). *Tensões e experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas*

de Brasília e Salvador. Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Brasília, 2011. p. 89-131.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Por uma Escuta da Arte: ensaio sobre poéticas possíveis na pesquisa** Rev. Bras. Estud. Presença, Porto Alegre, v. 11, n. 1, e100045, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-266010004>.

GASPAR, Waldir José. **Proposta metodológica de avaliação do grau de satisfação de população de área urbana**. Estudo de caso: bairro Antenor Garcia, município de São Carlos, SP.. 2006. 181 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

GOMES, Nilma Lino. 2006. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982.

_____, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos** / Organização: Flávia Rios; Márcia Lima. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, N. A. **Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado**. *Cadernos Pagu*, (46), 59–77. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645358>. 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In *Cadernos Pagu*(5): pp. 07-41, 1995.

HERRERO, Yayo. Economía ecológica y economía feminista: un diálogo necesario. Con voz propia. **La economía feminista como apuesta teórica y política**. Cristina Carrasco (ed.), Madrid: La Oveja Roja, 2014.

HIRATA, H. **Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado**. *Cadernos Pagu*, (46), 151–163. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645399>. 2016.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo** / bell hooks; tradução Bhuvi Libanio. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

INSTITUTO MULHERES E ECONOMIA (IMUÊ). **A abordagem etnográfica e o desafio das composições coletivas**. São Carlos: imuê, 2019.

KABEER, N. (1999). **Resources, Agency, Achievements: Reflections on the measurement of women's empowerment**. *Development and Change*, Vol. 30, no. 3, pp.435-464.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

LIMA, Tânia Stolze. 2013. **“O Campo E a Escrita: Relações Incertas”**. *Revista De Antropologia Da UFSCar* 5 (2):9-13. <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/93>.

LOPATE, Carol. **Women and pay for housework**. *Liberation*, pp. 8-11. May-June. 1974.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: Ensaios e Conferências**. Trad. Stephanie Borges. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MATOS, P. B. L. et al.. Vulnerabilidades evidenciadas pela pandemia de covid-19 na perspectiva da bioética. **Revista Bioética**, v. 30, n. 4, p. 900–909, out. 2022.

MIZRAHI, Mylene. 2019. **AS POLÍTICAS DOS CABELOS NEGROS, ENTRE MULHERES: ESTÉTICA, RELACIONALIDADE E DISSIDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO**. *MANA* 25(2): 457-488, 2019 – DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1678-49442019v25n2p457>.

MORAWSKA, Catarina. **Engajamentos Coletivos nas Fronteiras do Capitalismo**. 1. Ed. São Carlos:EdUFSCar, 2021, 227p.

MOSEDALE, S. (2005). “Policy arena. Assessing women's empowerment: Towards a conceptual framework.” *Journal of International Development*, 17, 243-257.

OROZCO, Amaia Pérez. Ameaça à tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico. In: **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**. SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, São Paulo, [2006] 2012.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. In: *Rev. Estudos Feministas*, (v16, n. 2), 2008.

OYĚWÙMÍ, Oyeronké. **La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los**

discursos occidentales de género. Bogotá: Editorial en la Frontera, 2017.

PATEMAN, Carole. **Críticas feministas a la dicotomía público/privado.** In: **Perspectivas feministas en teoría política.** Barcelona: Paidós. 1996.

PRESTES, Clélia R. S.; PAIVA, Vera S. F. **Abordagem psicossocial e saúde de mulheres negras: vulnerabilidades, direitos e resiliência.** Saúde e Sociedade [online]. 2016, v. 25, n. 3 [Acessado 16 Janeiro 2023], pp. 673-688. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-129020162901>>. ISSN 1984-0470. Acesso em: 04 fev 2023.

PIRES, M. R. G. M.; FONSECA, R. M. G. S. DA .; PADILLA, B.. A politicidade do cuidado na crítica aos estereótipos de gênero. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 69, n. 6, p. 1223–1230, nov. 2016.

PUIG DE LA BELLACASA, Maria. *Matters of Care: Speculative Ethics in More than Human Worlds.* Minneapolis: University of Minnesota Press. 2017.

REIS, Izis Moraes Lopes dos. 2018. **Lugares ambíguos e Antropologia: reflexividade e dilemas éticos sobre ser profissional não acadêmica e pesquisadora.** *Áltera - Revista de Antropologia*. v. 1 n. 4 (2017): Dossiê Desafios para a atuação de antropólogos/as: Problematizando a formação, ética e narrativas de trabalho.

SARDENBERG, Cecília. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista** (transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, NEIM/UFBA, Salvador, 2006. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848> >. Acesso em: 28 jan 2023.

SAUTCHUK (ORG.), Carlos E. **Técnica e transformação: perspectivas antropológicas.** Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017. 500 p. ISBN 978-85-87942-52-4. Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/administrator/product/files/142_00160298.pdf. Acesso em: 13 out 2022.

SEGATO, Rita. 2021. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda.** Tradução: Danielli Jatobá e Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 346 pp.

SELFA, A. de S., & Spinelli, L. M. (2018). **As críticas de Carole Pateman e Susan Okin à dicotomia público/privado.** *Revista Sociais E Humanas*, 31(1). <https://doi.org/10.5902/2317175825746>. Acesso em 19 jul 2023.

SIMAS, Luiz Antonio. **O Corpo Encantado das Ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SIMÕES, J. **Cuidado e Cuidadoras - as várias faces do trabalho do care***. Cadernos Pagu, n. Cad. Pagu, 2015 (45), dez. 2015.

SOUZA, M. T. S. **Terapia familiar e resiliência**. In: OSÓRIO, L. C.; VALLE, M. E. P. (Org.). Manual de terapia familiar. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 193-207.

STRATHERN, Marilyn. 1999. **“The Ethnographic Effect I” In: Property, Substance and Effect: Anthropological Essays on Persons and Things**. London: The Athlone Press.

TEIXEIRA, Juliana Cristina. **As artes e práticas cotidianas de viver, cuidar, resistir e fazer das empregadas domésticas** / Juliana Cristina Teixeira. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós Graduação e Pesquisas em Administração. 2015.

TSING, Anna Lowenhaupt. **The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins**. Princeton University Press. 2015.

VALERIANO, M. M., & TOSTA, T. L. D. (2021). **Trabalho e família de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: Uma análise interseccional**. *Civitas: Revista De Ciências Sociais*, 21(3), 412–422. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40571>.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. de Dias, Jamille Pinheiro; Camargo, Raquel. São Paulo: Editora Ubu, 2020. 144p.

WALICKOSKY, Marcos, 2019. **Escrever-através**. ISBN: 987 65 992273 1 8. Editora Editora. Santa Catarina: Fundação Catarinense de Cultura.